

Gil Vicente

---

— PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE —  
**MANUEL ALVES DE OLIVEIRA**  
RUA DE EGAZ MONIZ, 87 — GUIMARÃES  
— COMPOSTO E IMPRESSO NA —  
**TIPOGRAFIA MARQUES**  
— PORTO - RUA DE CAMÕES, 75 —

SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA



# Gil Vicente

N.ºs 1 e 2 — VII VOLUME

Directores: { D. José Ferrão  
{ Manuel Alves de Oliveira

GUIMARÃES

revista de cultura  
literária: nacionalista



## QUINTILHAS

Tive orações, junto ao berço ;  
Pequeno, orei, no meu lar ;  
Mais tarde, e em todo o universo  
Perdi-me, a buscar em verso  
O que se encontra a rezar .

Mas, entre livros, senhores  
Da ciência a mais subtil,  
De novo achei (que esplendores!)  
- Qual Jesus entre os Doutores  
Minha "Cartilha Infantil".

Maus Filósofos deixando,  
Parando em meu desatino,  
Em mim olhei... - E foi quando  
Latinas velas soldando,  
Meti ao Rumo Divino .

(Do 2º v. das  
"Cartas em Verso")

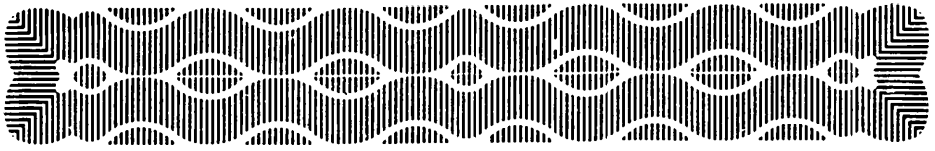


# HOMENAGEANDO UM POETA

---

**E**M maio de 1930, nêsse mês belo das flôres, quando as almas se elevam em cânticos de louvôr à Virgem Mãe de Deus, a Mocidade Académica de Coimbra, prestou a Corrêa de Oliveira, Alma grande de Português e de Poeta que sabe sentir os seus versos e transmitir-lhes tôda a encantadôra espiritualidade cristã, uma justissima homenagem, que resultou grandiosa, sincera e inolvidavel.

«Gil Vicente» que tem por Corrêa de Oliveira a admiração e o apreço que são devidos a quem se tem afirmado «o poeta mais português de todo o Portugal!» vem hoje prestar-lhe a sua homenagem humilde, homenagem que quer sêr, ao mesmo tempo, uma recordação viva daquela festa tão simpática que a Mocidade Académica promoveu na «mui gloriosa e fermosa, lirica e doutôra Cidade de Coimbra.»



# Discurso proferido, na Sala dos Capelos, pelo Ex.<sup>mo</sup> Snr. Dr. Domingos Fêzas Vital, muito ilustre Reitor da Universidade de Coimbra

---

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES,  
SÁBIOS PROFESSORES E DOUTORES,  
SENHORES ESTUDANTES,  
MINHAS SENHORAS,  
MEUS SENHORES :

**S**UA Excelência o Senhor Ministro da Instrução Pública, na impossibilidade de aceder ao gentil convite da Associação dos Estudantes de Letras, concedeu-me a honra de o representar nesta sessão, e incumbiu-me de, com as suas saudações, transmitir ao Poeta Corrêa de Oliveira e aos Senhores Académicos o júbilo com que êle, quer pessoalmente, quer como Ministro, recebeu a notícia da homenagem prestada a um dos poetas que, no seu lirismo, tão simples e tão nosso, melhor tem sabido, creio eu, auscultar a voz subtil da Natureza, e mais suavemente a tem traduzido em versos imortais; um dos poetas que, por viver perto de Deus, melhor tem cantado o que de divino neste mundo se descobre, em versos penetrados de tão poética unção religiosa que, para serem recitados sem irreverência, deveriam sê-lo de mãos postas e de joelhos, como os crentes rezam as mais tocantes das suas orações.

E para dar público testemunho da sua admiração pela obra, eminentemente nacionalista, do poeta do *Auto do fim do dia*, pediu-me ainda o Sr. Ministro para, antes do encerramento da sessão, comunicar que o Conselho da Ordem de S. Tiago, por proposta sua, deverá conferir, a Corrêa de Oliveira o grau de Grande Oficial da mesma Ordem.

MINHAS SENHORAS :

MEUS SENHORES :

Tive, há pouco mais de dois meses, a honra de, nesta Sala, presidir à sessão organizada pela Academia de Coimbra, para solenizar o centenário do nascimento de João de Deus, e, então, disse :

“A presença, nesta Sala, de Professores e Acadêmicos, para em perfeita união espiritual e sentimental, renderem preito de vassalagem à memória dum poeta, enche-me de orgulho e de esperança.”

“É que neste período de lutas sem tréguas e de materialismos, os mais grosseiros, delicia o espírito e consola o coração vêr a mocidade universitária unir-se, num esquecimento absoluto de malquerenças e de paixões, para solenizar, em moldes de pura intelectualidade, o centenário do nascimento do mais simples, do mais dôce, do mais suave dos poetas que a Morte, sempre implacável, nos roubou, tão simples, tão dôce, tão suave, como o nome que de Deus lhe veio.”

Palavras quási idênticas a estas poderia eu proferi-las em referência ao poeta que a Academia está consagrando, como havia consagrado o poeta do *Campo de Flores*.

O contentamento de hoje é, porém, mais vivo ainda, porque, a atenuá-lo, não surge a certeza de haver desaparecido dêste Mundo, e para sempre, um dos espíritos que, com mais constância, tem sabido interpretar as exigências da alma portuguesa.

O poeta de *A Minha Terra* têm-lo aqui, junto de nós, na plêna pujança do seu gênio criador, para nos assegurar que, na sua ascensão gloriosa, o zenith está bem longe de ser atingido e que podêmos confiar no futuro, como o Poeta em Deus confia.

Não vimos, como então viemos, prestar homenagem à memória dum homem a quem a Pátria ficou devendo algumas das mais raras preciosidades do seu tesouro literário; mas antes significar a Corrêa de Oliveira que a mocidade soube compreendê-lo e admirá-lo nas suas realizações e nos seus intuitos, esperando que a emoção sentida hoje saberá, por sua vez, despertar, na sua requintada sensibilidade, imprevisitas reacções, geradoras de novas e fecundas energias.

MEUS SENHORES :

Se as homenagens prestadas aos mortos que, em vida, engrandeceram o nome do seu país, nos consolam, porque delas o espírito de

lisonja se afasta como o bem se afasta do mal, as prestadas aos vivos, quando nascidas de corações moços, que na própria juventude encontram a defeza maxima contra mentirosos convencionalismos, consolam-nos, tantas vezes, mais ainda, porque, nos espiritos bem formados, a certeza da própria glória, dando-lhes conta das responsabilidades contraídas, força-os a corresponder, no máximo das suas possibilidades, às desinteressadas esperanças do sonhador espírito juvenil.

A Corrêa de Oliveira eu peço, em nome dos estudantes que, como demonstração de carinho, só própria desta inconfundível Academia, o fizeram estudante também, em nome dêles lhe peço que se sinta, de facto, estudante, que se sinta, de novo, um jovem môço de vinte e poucos anos que, coberto já de glória, reconheça estar fadado para . . . maiores glórias; eu lhe peço que, de hoje em diante, venha, sempre que possa, a esta encantadora terra, viver, junto dos seus companheiros, alguns momentos de íntima camaradagem, para, recebendo dêles a juventude que dia a dia, para nós, se vai murchando, lhes transmitir, de viva voz, as lições de «Beleza, Amor e Bondade da sua Alma e da sua Vida».

É para fechar com chave de ouro esta sessão, compensando a minha inferioridade, porque, disse-o já em tempos nesta Sala, para falar dum poeta ninguém como outro poeta, e eu, infelizmente para mim, não o sou, lerei uma quadra de Corrêa de Oliveira, a qual, concentrando nos seus quatro versos todo o ardente patriotismo inspirador da sua alma, seria, só por si, bastante para imortalizar o seu autor:

*Bandeira das Cinco Chagas,  
Se Deus a visse no chão,  
Viria, do Céu à terra,  
Erguê-la por sua mão.*

DISSE.

Coimbra, 23 de Maio de 1930.

# Minha capa de estudante

---

*Minha Capa de Estudante,  
Fitas de Senhor Doutor,  
Ganhei-as, cantando versos . . .  
Agora, seja o que fôr!*

*Deu Jesus ao rude Apóstolo  
Divina luz, dupla vista:  
A mim, sem vir aos Estudos,  
Também me fez Quintanista!*

*Eu tinha um irmão na terra  
Outro no Céu, mais distante;  
Agora, tenho-os aos mil,  
Desde que sou Estudante.*

*Meu inverno, escuro e frio!  
— Negra Capa, quando a pus,  
Foi como achar-me ao fogo  
Foi como acender a luz.*

*Vendo os meus cabelos brancos,  
Olhos lindos, doce olhar,  
Dirão: — «Aquêlê Estudante  
Passou a noite ao luar!»*

*Louvado seja o Senhor!  
Tudo sei, por luz secreta:  
Letras, Ciências, Direito . . .  
— Quem me ensina a ser poeta?*

*Pois não vês que eu faço Acto?  
O' capa! Vá: Sereninha!  
Não me revões em volta,  
Em anseios de andorinha . . .*

*Nas fitas da minha pasta,  
Ao cimo da tua rua  
Eu hei-de prender o Sol,  
Eu armo laços à Lua.*

*Que se faz das negras Capas,  
Depois do nosso abandono?  
Um manto para as estrêlas,  
Ao terem frio no outono.*

*Meus Irmãos em Pátria e Cristo,  
O' meus irmãos Estudantes,  
Estudando o que é Futuro  
Na lição do que foi Dantes:*

*Meus filhos trouxe a ensinar-lhes  
Que um dia façam assim,  
Rapazes! a algum de vós,  
O que me fazeis a mim.*

*A Capa dos Estudantes,  
— Sendo o que passa e não passa . . . —  
Quem a herdára (Pai a Filho)  
Como a Terra, o Nome e a Raça!*

*Negra capa que me deram,  
Tanto vá crescendo em brilho  
— Que um dia a veja em Capêlo  
Sobre os ombros de meu filho.*

*O' Coimbra! Reza e Canto:  
Voz de Inez e de Isabel  
Dos roussinois do Mondego  
E dos de tinta e papel.*

*Ouvi que lenho bons versos!  
Mas não o creia ninguém.  
Jesus me disse: — «Bons Versos!  
Só os hd, se fazem bem.»*

*Senhor Reitor, eu vos rogo,  
Eu vos peço, Senhor Lente,  
Que me reprovem êste ano...  
Para voltar novamente!*

*Raparigas de Coimbra:  
Que vos não falte à lição  
Sonho de amor a que abirdes  
As aulas do Coração.*

*O' Mães que estais escutando:  
Que os filhos que vós amais  
Hajam da Pátria, algum dia,  
As bênçãos que hoje lhes dais.*

*Rapazes! queimai as Filas;  
O mesmo não farei eu:  
Não aconteça ao queima-las,  
Pegar fogo à terra e ao Céu!*

*Estudantes de Coimbra,  
O' Mõços de Portugal:  
Vivi, sofri, meio século,  
Mas, — por fim, — sou vosso igual!*

*Minha Capa, lindas Filas  
Onde o Sol desmaia a côr...  
— Ninguém diga, sobre o mundo,  
Que não cheguei a Doutor!*

*Minha Mãe pensava, a ouvir-me:  
— «Que pena não ser formado!» —  
Mãesinha! espreita do Céu:  
Anda ver-me ao teu agrado...*

*Belinho, 26- Abril-930.*

ANTONIO CORREA DE OLIVEIRA.



# Discurso proferido, na Sala dos Capelos, pelo Presidente da Associação dos Estudantes de Letras, Snr. Dr. Júlio Catarino Nunes

---

SENHOR ANTÓNIO CORRÊA D'OLIVEIRA :

**G**RAÇAS a não sei que inventados méritos fui eu escolhido pelos meus colegas para trazer até junto de vós, Senhor Corrêa d'Oliveira, até bem junto do vosso coração, as palavras do seu sentir e do seu pensar. Dizem-me que é duma grande responsabilidade o que vou dizer-vos, — o que devo dizer-vos, — mas eu creio firmemente, e foi essa crença que me trouxe aqui, creio que se a uma vasta erudição, a um apurado espírito crítico e a uma apurada inteligência, — que não tenho, — eu substituir um coração aberto para receber o vosso coração, vós não mal-direis a troca e não ireis, — isso vos rogo, — aquilatar do que vos poderia dizer qualquer dos meus colegas pelo que vou dizer-vos.

Os Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na justa compreensão do seu dever, vieram hoje aqui saldar uma divida em aberto, rendendo o seu preito de humilde mas sincera homenagem a Alguém que já de há muito se vem impondo ao espírito de todos como uma inteligência clara ao serviço duma alma diamantina; a Alguém que pela sua obra como pela sua vida é um exemplo a seguir pela mocidade que chega, pela mocidade académica que será em pouco a geração literária dum momento.

Eu li agures que «para se entender um poeta era necessário ser-se poeta também», mas eu creio que para se entender Corrêa de Oliveira é necessário simplesmente ter um coração que vibre nas palpitações dum pequenino verso, que viva a vida da sua alma, que não esteja preso à

Terra por grilhões *dourados*, mas possa voar no Espaço; uma bôca que saiba cantar e sorrir, uns olhos que saibam chorar as lágrimas bemditas que espiritualizam o pecado!

Eu era pequeno ainda quando me chegou às mãos um livro pequenino, mas tamanho pelo seu valor: os «Dizeres do Povo». Eu tinha então pelos literátos e sobretudo pelos poetas uma quasi supresticiosa admiração e mal sabia distinguir, na meia sombra da minha inteligência, um poeta e um anjo! Li o Livro: tam simples e tam belo como linfa que escorra entre rochedos, que pouco a pouco eu sentia invadir-me um não sei quê de estranho, indefenido e vago e... puz-me a fazer versos, dedilhando com as mãosinhas débeis e imperitas as cordas duma lira que quebrei!

Mais tarde outros e outros livros me chegaram às mãos e eu os lia com a mesma religiosa admiração, até que um dia mãos amigas me entregaram como oferta a vossa «Teresinha».

Não sei dizer-vos o que senti ao ler êsse livro que para mim resume duma forma admirável a alma do nosso povo, dêste nosso bom povo português; mas creio que se outros motivos, e altos, não houvesse, êsse só por si bastava para me orgulhar da Pátria em que nasci: é que eu senti profundamente, sinceramente, que Portugal vivia, que a alma de Portugal vibrava como no primeiro momento vibrou no coração de Afonso. Eu senti que Portugal não era um castelo demolido, mas uma fortaleza ativa nos seus alicerces de oiro, erguida nos montes Herminios, sentinela que não dorme, mãe extremosa que vela sempre pelos filhos queridos, soldado que olha altivamente o inimigo atravez da viseira meio erguida! É que se os «Lusíadas» são a nossa bíblia de povo aguerrido e forte, os livros de Corrêa de Oliveira são seguramente a nossa bíblia de povo generoso e são.

É vasta, muito vasta, a obra poética de Corrêa de Oliveira e não é a mim que cabe aprecia-la nos seus pormenores como arte, mas no seu conjunto como alma.

Eu não sei de português que não sinta os versos do Poeta, que não sinta mais ardente e mais forte o amor que deve à sua Terra, que não ame mais e mais o Sol que nos aquece, o rincão de terra que nos dá o pão, o mar que nos beija carinhosamente. Não sei de português, por mais céptico, que não olhe para Deus de alma ajoelhada ao lêr, num sussurro de préce, os versos divinos da «Teresinha», que não sinta humedecer os olhos de lágrimas de amor e de perdão.

A Terra, esta Terra que foi banhada pelo sangue generoso e quente dos herois e regada palmo a palmo pelo suor abençoado de rudes



lavradores, a nossa Terra é duas vezes bemdita: e os versos de Corrêa de Oliveira, hinos à Terra, rincões de gleba, bemditos pois.

MEUS SENHORES:

Esta festa significa muito por Corrêa de Oliveira, mas quere-me parecer que significa alguma coisa mais: é o espírito remoçado que traz consigo a certeza duma reacção idealista, intelectual, radicalmente oposta ao brutalismo *post-bellum*, ao materialismo sem freios que ainda cheira a pólvora e anda envolto em sangue!

Os novos, os que chegam, querem e podem libertar-se dêle, podem e devem viver mais para o espírito do que para a matéria. E porque não admitir que esta festa de homenagem ao grande Poeta António Corrêa de Oliveira é o princípio dum fim que não vem longe e em que o homem, cansado de sofrer, e de vêr sofrer deixe de sêr o *homo homini lupus* para sêr alguma coisa de mais nobre, de mais belo, generoso e são?

Porque não havemos de ser nós, rapazes de hoje e homens de amanhã, quem, num rejuvenescimento intelectual, dê liberdade ao espírito, esquecendo um pouco a estátua de barro?

SENHOR CORRÊA D'OLIVEIRA:

Perdoai se a nossa sinceridade vos não basta; perdoai se envolvendo-vos numa capa nêgra de estudante vos fizemos baixar do vosso pedestal diamantino, mas aceitai-a como o pai aceita o beijo com que seu filho recompensa o trabalho e o amor de muitos anos.

Os estudantes de Coimbra, os estudantes de Portugal, estão aqui a vossos pés não como súbditos dum soberano em trôno, mas como irmãos que querem colocar a auréola sobre a cabeça de seu irmão mais velho. Não como alunos perante o austêro professôr, mas como colegas que vêem sem desgosto, antes com júbilo, a distinção concedida a um colega.

Senhor Corrêa d'Oliveira, muito e muito querido camarada, deixai que num abraço sôbre o coração, num abraço em que vai a alma dos estudantes, a alma das nossas capas, eu vos testemunhe bem sinceramente, bem sentidamente, toda a consideração e todo o amor dos estudantes, vossos colegas, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



## Palavras de Corrêa d'Oliveira

(Excertos do discurso que a comoção do Poeta não deixou proferir na Sala dos Capêlos e depois pronunciou no Sarau de Gala).

EXCELENCIAS :

.....

**E**tu, — alma dos Séculos, na imarcescível, eterna flôr das almas em flôr, — ó mui gloriosa e fermosa, lírica e doutora Cidade de Coimbra :

.....

*«Post tot tantos que labores...»*

Meio século de vida. Trinta anos, e mais, de ardente lavoira poética: à raiz da Montanha, nas lavas da Cidade, ou, agora, no doce e húmido torrão do meu hôrto minhoto.

Meio século... Tristezas, angustias, renuncia voluntária. Batalha e oração. Profunda e religiosa humildade interior, orgulho das lágrimas que por bem choramos.

Sempre versos para o meu Pão? Nem sempre pão para os meus Versos. Horas de fé, ao murmúrio duma estrofe? Mêsês de humilhado, soturno, escombroso silêncio, gelando em mim mesmo como sôbre as cinzas mortas de fogueira que nunca mais houvera de acender-se... Exaltação e desânimo. Alegria e dôr. Paixão e tédio. Asa e tropêço. A inspiração, a florando à limpida, perfeita, angélica Via-Etérea? a palavra barbara qual chapada de treva, traição de amizade e juramento, frio estilhaço de vidro raspando, ferindo a rósea e gemente carne da Harmonia...

Bemdito seja o Senhor! — *Post tot tantos que labores*, eis chegado



ANTONIO CORRÊA D'OLIVEIRA

o dia mais afortunado e belo, e deslumbrador, da minha jornada literária: dia da Colheita e da Abundância, da Benção e da Multiplicação: pródigo dia de Prodigio.

Prodigio? Sim! É ver: Num dêstes impulsos de que só ela sabe o segredo (e talvez não saiba! acaso sabe a Terra que nos dá a flôr e o pão?) num dêstes magnânimos impetos de que só ela tem o transfigurador poder, por mim, — pobre, obscuro, bisonho, enclaustrado poeta! — por mim chamou a Mocidade Portuguesa.

E vim...

No Porto, — primeiro Passo do Deslumbramento, — eu tive sôbre o coração o coração ardente e fremente dos Rapazes; entre as minhas algumas das mais gloriosas mãos de Artistas de Portugal.

A entrada em Coimbra, qualquer coisa de Triunfo, de Aclamação medieval:

Longas ruas pisando as negras capas, — as capas que eu quiséra beijar! — à rubra lumieira das lanternas e dos archotes, incendiando a noite e ao fogaréu das vozes môças, ainda mais incendiantes e rubras, porque eram o sangue, porque eram a alma, — porque eram o Sonho dos que *me sonharam*.

Em todos, e em tudo, um ar de bôas-vindas. Ao peito, estremeidos abraços a reacender velhas afeições; na bôca, nos olhos, que de sorriso, qual crepitante fermento a levedar amidades novas!

E hoje? Que direi desta hora suprema?

Sôbre a minha cabeça passou num rumor de largo Vento, numa rajada de luz, torrente de Confirmação e Sagração, a Palavra de Sapiencia, a Oratória do Amor: grandiloqua formosura, provida e serêna como o outono ou jorrante e inquieta como a primavera, enchendo-me de tão millionária dádiva, tão insigne favor que sobêrba e glória fôra para o maior Artista, — tanto mais para mim que mais não fui do que um simples Cavador de Ritmos, rude Poveirinho das Redondilhas... *mare nostrum*.

— Prodigio, sim! Já que me não atrêvo a chamar-lhe milagre, embora algumas vezes eu tenha sentido sôbre os caminhos da vida (e assim nestas horas de Coimbra) a misericórdia de Deus.

No entanto, — ó bons Amigos! — contra mim se levanta, do fundo da consciência, perturbadora, acusadora quási, uma voz terrível... É

qual se eu houvera fortuitamente achado um imenso Tesouro, e, — sabendo a quem pertence, — o não restituia! É qual se eu fosse, neste momento um usurpador de tronos!

Quero dizer: eu sinto, eu conheço, eu confesso humildemente que não mereço tamanho esplendor. A Outros, por cem juramentos de glória, bem melhor caberia, — e caberá! — a altíssima e triunfal escaleira, à qual suma bondade e incompreensível eleição da Sorte por um segundo me forçou a subir.

Basta relançar a vista por esta sala, ou por esse país fora, onde imperam tão belos Prosadores e Poetas que, — pois que são grandes em Portugal, — dos maiores serão em todo o mundo.

Disse Deus: — Faça-se! — E a terra fez-se.

Porém, montanhas ou areia, orvalhos ou Oceano, ela ha de passar. O que jámais passará é o Verbo Criador, eternamente se repetindo no Infinito.

Ora (e quanto me socega e justifica tão restituidora ideia!) o que nesta Festa há a considerar, não sou eu, evidentissimamente.

Eu, apenas fui (como direi?) eu apenas sou o *Vocabulo*; nem tanto mesmo.

— A Voz Colectiva que o profere aqui: a sonoridade, a vibração, a fôrça e a ternura, o sentimento e o sentido que lhe deu... Oh! isto sim! isto é que é belo, enorme, comovedor e perduravel.

Senhores! eu, — que me sinto cheio de confusão, ou vergonha, e quisera pedir-lhes desculpa de estar aqui, — rogo, imploro! que de mim se abstraia.

Seja eu um vago Simbolo, tão sómente. Ou que, — pois todos temos o nosso Artista preferido, qual amamos mais certa flôr, certa árvore, certo ideal, — cada um de vós, em fácil e pronto esforço de imaginação, amor e justiça, a mim me interdiga e deponha: aqui erguendo o santo da sua intima devoção.

Na verdade, só *despessoalizando* para mais livremente se espiritalizar, é que se poderá vêr o que deve sêr visto a longos e fundos olhos: o *Significado desta Hora*.

Mas o que significa ela, esta hora esplendida?

Na mais apertada sintese, e na mais ampla generalisação: — A Mocidade portugueza chamando ao seu culto aquela outra portugueza e eterna mocidade das almas: A POESIA.

E, quem diz poesia diz beleza: beleza que vai do transitório ao

imutavel: ondulação concêntrica e infinita, mal começando, às vezes, numa pétala de rosa a acordar as aguas dormentes, e logo órbita de mundos. Estética moldando a Édtica, qual adolescente, formoso, são e virgem corpo ao mando duma alma necessariamente celeste.

.....

Eu creio (e quanto isso me consola e repõe no indizível contentamento e orgulho de me encontrar aqui!) eu creio, Senhores! que esta memorabilissima Festa pode e deve estar destinada ao feliz inicio de novo, redentor e aureo Ciclo literário, — porque não artistico? e científico? — em terras portuguezas.

Em terras portuguezas, os Artistas, — especialmente os Escritores, sobretudo os Poetas, — arrastaram sempre a cruz duma existência dolorosa e abatida, sem quási ninguém dar por êles.

O Publico não os lê. O Estado, em geral, ignorou-os ou desdenhou-os. Todos, mais ou mênos, os lamentam e interdizem como perdulários que malbaratam, sem utilidade nem designio social, tempo e talentos...

Todavia, já tem acontecido serem êles, — os videntes Poetas que ninguém viu! — quando encarnadoramente veem do seu Povo, os sublimes guias do seu Povo.

Antelóquios dos destinos da grei, e, depois, seus verdadeiros epitomes e indices: sejam êles, como Camões, cultos até às fontes gregas e latinas; ou, como Bandarra e os tropeiros anónimos, populares até à raiz da linguagem, ao cerne da Raça, à perpétua flôr do sentimento nacional.

Telescópios de angustias! Portentosas máquinhas de sensibilidade fabricando a Dor!

Almas em batalha, espíritos em estrema Acção: audácia capaz de mover estrêlas, — e braços caídos ante as quotidianas lutas da vida: sem saberem ou poderem laborar o palmo de terra (e quantas vezes nem teem êsse palmo de fraga...) que é o seu Pão, o Pão dos que amam.

Desventuradas e bemaventuradas existências de Aspiração e Insatisfação, de Grito e Silêncio, de Consciência e Sub-consciência! de Impeto heroico e Pasma extático!

Criadores do Ideal que move a Terra, e criaturas de miséria pun-gindo em lágrimas!

Cantam, soluçam, predicam sôbre as ruínas de Sião; ou acarretam, aos ombros nus e em sangue, floridos madeiros e reconstructoras pedras do novo Templo.

— E passam como sombras, inglórias e desconhecidas das gentes, se não escandalo e ludibrio do mundo...

Ah! assim tem sido.

Mas, Vós, — ó Rapazes de Coimbra! — não quereis que seja assim, não deixais que continue a ser assim: começando a encher de palmas e heras o caminho dos Poetas... Talvez porque estivesse no fim, fui eu o primeiro a tentar o passo? a sumir-me, como tímido e sombrio vulto, sob o viridente Arco do Triunfo? Vós o fazeis, não de decepados ramos, não! mas sim entrelaçando os ramos de duas árvores vivas, arraigadas até ao amêgo da terra, e em Cálice e Pomo: a Mocidade e a Esperança. E êle espera Outros: outros virão, — bem mais excelentes e mais fortes, — amanhã, e sempre, na jornada dos tempos:

*Meus filhos trouxe, a ensinar-lhes  
Que um dia façam assim  
— Rapazes! — a algum de vós,  
O que me fazeis a mim.*

A estátua humana modelou-se no barro: o barro era nada. O Espírito que lhe insuflou a Vida é que foi e é tudo. O barro transita; só o espirito persiste. Eu, pobre, imperfeito, escuro e quebradiço barro, em breve hei-de passar. — Porém, o espirito que criou a encantadora Obra dêste momento, ficará para sempre: e êsse espirito é o Vosso. Sois vós, e não eu, quem nêle se deve glorificar e abençoar.

.....  
— Estudantes de Coimbra! Estudantes de todo Portugal que haveis de ensinar Portugal ao mundo inteiro: eu creio em vós! espero em vós!

Os Mortos, mandam! — porque êles vivem: Sendo aquela mística parte da Morte que nem em si própria pode morrer, pois é Essência: e a essência não morre.

Sim! os Mortos mandam. Mas, vós podereis mandar muito mais do que os Mortos se, — ouvindo-lhes a Suma Lição das duas Pátrias, — *fôrdes a Vida.*

Eles, são a Terra: e já sabem como a terra é por dentro... São a Altura: e já sabem como é o Reino de Deus.

Por êles, vós sois o Passado; por Vós, sois o Presente. — Por Eles, por Vós, por Nós todos, sereis o Futuro. Sereis o Verbo-lusiada conjugado em seus modos: a Terra e o Céu; conjugados em seus tempos: Ontem, Hoje e Amanhã; conjugado em suas pessoas... Não! — Em sua unica, verdadeira e eterna pessoa, que é Portugal.

.....

Senhores! perdoai-me. Não sou eloquente. Não sou improvisador. Fixando estas pobres notas, eu bem sabia que a minha extrema comoção, e confusão, me não permitiriam ordenar dois trechos de clara oratória. E, mesmo assim, tão mal as atreverei a ler! Pela vez primeira subo a uma tribuna: e que tribuna esta! Pela primeira vez enfrento um auditório: e que soberano auditório êste! — Perdoai minhas faltas, à palavra formosa e ao hierático Protocolo.

Excelências! A quantos honraram a nossa Festa com a dignidade da sua assistência e a consolação do seu carinho; a quantos, de tão alto, — a luz cai sempre do alto, — alumiarão e magnánimamente engrandeceram o meu nome com o favor, deleite e consagração da sua Palavra; ao Senhores Ministro da Instrução, Embaixador do Brasil, Reitor da Universidade, Director da Faculdade de Letras e seus Mestres que, desde o inicio e de tão perto, acompanharam e esforçaram o generoso e belo pensamento dos Estudantes. — A todos, desde os que puseram ombros de atlante ao arrôjo dêste monumento espiritual, ou simplesmente me trouxeram a graça dum sorriso:

Senhores! a todos, a minha alma de poeta, o meu coração de homem, na maior, mais profunda, mais comovida gratidão.

Para o fim, — para o fim que de tudo foi principio, — inda outra vez e sempre, Rapazes! meus irmãos (ia a dizer: meus filhos!) ó Estudantes de Portugal que haveis de ensinar Portugal ao mundo inteiro: eu vos abraço ao peito, — feliz por vós, ao vosso lado orgulhoso e rejuvenescido.

*E... Post tot tantos que labores...*

Bemdito seja o Senhor!





# António Corrêa d'Oliveira

---

Agradecendo a oferta  
das suas Cartas em verso

*És o Poeta da minha alma . . . A luz  
Dos teus poemas lembra-me o conselho  
Divinal e constante, que Jesus  
Nos dá na Folha Eterna do Evangelho.*

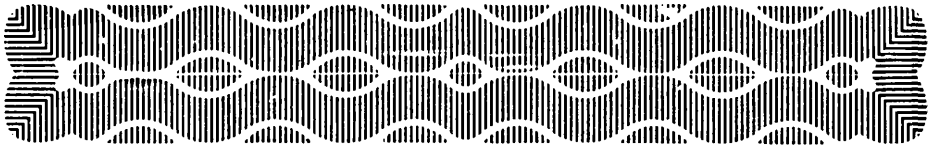
*Dentro de ti, rebrame, canta e resa,  
Num milagre de amor, — qual é teu verso —  
A Alma, a grande Alma Portuguesa,  
Filha do Céu e Mestra do Universo.*

*Poeta de Jesus, só por Jesus,  
Teus livros giram, a semear estrelas,  
Trazendo nêles o Sinal da Cruz,  
Como as nossas vêlhinhas Caravelas.*

*Que Portugal inteiro oiça o teu canto  
E a Ele, sempre a Ele te consagres.  
— Poeta que ande em Jesus também é santo,  
Com faculdade de fazer milagres.*

*Oh! Continua sôbre o teu caminho,  
Atirando canções à Terra e ao Mar,  
A Poesia é Sol, é Pão, é Vinho,  
Perfume de jardim, Unção de Altar.*

MOREIRA DAS NEVES.



## Un Nobile Carattere

**I**N Antonio Corrêa d'Oliveira noi dobbiamo ammirare non solo un grande Poeta, ma anche un nobile carattere di letterato e d'artista.

Perché egli non fa «l'arte per l'arte», non é un giocoliere che si compiace di cercar rime rare e parole preziose, per dimostrare la sua abilità; non é un paziente cesellatore di immagini peregrine, destinate a suscitare l'ammirazione dei salotti eleganti e dei letterati oziosi. Egli intende l'arte come un santo ministero di educazione religiosa e civile, come un mezzo di elevazione spirituale della sua gente.

Egli canta le glorie e le memorie della sua Terra per accendere negli animi il culto e la venerazione per i Santi e per gli Eroi nazionali: Egli canta le speranze consolatrici e confortatrici della vita anche più umile; Egli canta la nobiltà del lavoro, la poesia del sacrificio.

Nelle ore dolorose, quando gli animi sono presi dallo sconforto, Egli ci soltera, ci esalta, ci ammonisce, ci incoraggia. Egli é la voce della sua Terra, l'espressione della idealità più nobile, più pura, più grande.

Egli non cerca l'applauso dei cenacoli letterari, l'elogio dei critici delle gazzette, ma l'approvazione dell'anima popolare: vuole che i suoi canti vadano fra il popolo, sieno ripetuti presso il focolare domestico, nelle case degli umili lavoratori dei campi, e vi portino una parola di benedizione e di consolazione.

Per Antonio Corrêa d'Oliveira l'Arte é una missione divina, un ministero santo.

Onore al suo eletto ingegno e al suo nobile cuore!

Coimbra, 1931.

GUIDO BATTELLI.



## Algumas palavras, sobre o grande Poeta, de um dos mais belos espiritos de Portugal

---

**E**M resposta ao pedido que lhe fizemos de colaborar neste numero de homenagem ao grande Poeta Luziada, do *Auto das Quatro Estações*, enviou-nos o eminente prozador Sr. Dr. Jaime de Magalhães Lima a carta que se segue e que vale por si só o mais belo dos artigos:

«Muito difficil me seria satisfazer honestamente o pedido de V. ... Sôbre António Corrêa de Oliveira nunca *escrevi* nem espero escrever; porque escrever, nos têrmos ordinários de tal mester, é gesto demasiado profano para a auréola de um grande poeta, será de uma familiaridade abusiva em tão sagrado comércio e de um duvidoso respeito para o dar-dejar de uma inspiração que, se muito nos ilumina e comove, não menos nos confunde e retrai.

Sôbre António Corrêa de Oliveira algumas vezes tenho *confessado* publicamente a minha devoção, da qual ainda há pouco fiz confissão geral na «Ilustração Moderna». Repeti-la agora será abastardar em anúncio a oração, e acrescentá-la, glosá-la ou emendá-la poderia fácilmente suscitar a suspeita de leviandade ou minguada consciência no primitivo acto de fé, traiçoeiras encruzilhadas das quais procuro fugir.

Por êstes escrupulos me vejo inibido de acudir à invocação com que V... me honrou; entretanto e sem embargo me sentindo absolutamente fiel à glória daquêle altissimo Poeta e me reconhecendo, com estremada consideração e estima,

De V. ...

Venerador e amigo muito obrigado

JAIME DE MAGALHAES LIMA».

# Ávé, Poeta!...

*Correia de Oliveira,  
o filho muito amado  
das asperezas rústicas da Beira,  
é o lírico inspirado  
no verde-e-azul da nossa Natureza  
tam cheia de beleza!  
É o místico Poeta da Ternura,  
o trovador da Alma portuguesa  
tam ardorosa e pura,  
que canta, e ama, e résa...*

*Ensinou-o a cantar  
uma das ninfas de água  
que, ternamente, para o ensinar  
vinha, de frágua em frágua,  
dos alcantis tam ingremes da serra...  
Por isso é que êle tem, na voz, no canto,  
o amor tam sacrossanto  
da sua linda Terra!...*

*A aragem fugidia  
na harpa da floresta  
disse-lhe como a lira se tangia...  
Ouvii cigarras no calor da sesta, ...  
sinos de ermidas gargalhando em festa...  
E viu ceifeiras, pelo fim do dia,  
cantando, pelo atalho,  
na volta do trabalho.*

*Os nossos passarinhos,  
filhos das primaveras,  
cantando, à bórda de seus fôfos ninhos,  
amores e quimeras,  
tambem lhe deram o subtil gorgείο . . .  
Por isso é que o Poeta, quando canta,  
não é êle que canta! —  
irrompe do seu seio  
a voz da nossa Patria linda e santa! . . .*

\*

*Oh minha doce Pátria! curva a fronte,  
cruza, no peito, os braços, com amor,  
em atitude esguia,  
como o Anjo que, rasgando o horisonte,  
um dia veio, à «escrava do Senhor»,  
dizer: Avé, Maria!*

*E vai também, oh Patria tam fagueira,  
do Mar filha dilecta!  
vai saüdar Correia de Oliveira  
teu doce menestrel!  
Como o Arcanjo à Virgem de Israël  
Dize-lhe: Avé, Poeta! . . .*

*Gaia, Outubro de 1930.*

MARIA AUGUSTA NOGUEIRA.



## Sôbre Correia de Oliveira

**C**ORREIA DE OLIVEIRA é o poeta mais português que eu conheço. Aquêlê que melhor tem compreendido e traduzido a alma da nossa Raça.

Os seus versos, simples como o falar do povo, só podem ser compreendidos por nós.

Os versos de Correia de Oliveira não têm tradução em língua estranha.

Fôra preciso mudar a alma ao tradutor para que percebesse como em tanta singeleza cabem ideias tam profundas.

O amor, nos versos dêste grande poeta, tem a pureza virginal dos nossos humildes camponêses.

Um cravo rubro na jañela, duas bôcas que se beijam — um amor que se eternisa sob o arco da Igreja.

Tudo frescura, delicadesa e sonho. Amor casto, intuitivo e nobre. Jámais um verso lúbrico a despertar curiosidades doentias.

O amor, nos versos de Correia de Oliveira, aparece tal como é na alma do nosso povo.

Sem especulações nem artificios. Cheira a cravos e majericos. Não sabe a essências de Paris. É natural, bendito e abençoado.

Acho que o poeta Correia de Oliveira traz o povo da nossa terra dissolvido no coração. Por isso, quando faz versos, — é o povo português que lhe rima e mede a fráse.



## Na Quinta das Rosas

---

**J**A se lá vão quasi dois anos, depois que estivemos na Quinta das Rosas, em Belinho, na casa florida e fresca de António Corrêa de Oliveira, situada entre a serra e as Ondas, para além da Vila de Espozende. Já se lá vão quasi dois anos... Mas ainda têmos saúdaes da sua presença, do seu convívio, da sua conversa pelos jardins, entre rosas brancas e sombras errantes de asas de pombas mansas...

O seu perfil, ainda o conservamos na lembrança: alto, magro e escuro. As suas palavras, ainda vibram dentro da nossa alma, numa ressonância constante e cariciosa, palavras sâdias, cheias de fôgo, luminosas como clarões do ceu. Ouvimo-lo falar de Deus e da Fé; da Pátria de nós todos e da sua querida Beira; das glórias do Passado, das incertezas do Presente e das esperanças do Futuro.

Ouvimo-lo falar da Mocidade cristã e portuguesa, da Mocidade que canta e resa e crê.

E ao falar da Gente Nova, de olhos imaculados e lábios em murmúrio piedoso, a voz do Poeta adquire acentuações vibrantes, alarga-se-lhe o peito, como a não conter a labareda do entusiasmo interior, e a sua alma revela-se-nos toda, vestida de renúncia, de martírio e misticismo, como a alma abnegada e pura de um asceta.

Corrêa de Oliveira, quando fala, lembra uma fogueira de lume crepitante, que uma rajada de vento faça erguer, numa gloriosa exaltação, num impeto sagrado e transfigurador.

Possui o verdadeiro e grande sentido do Verbo.

Os seus gestos, de uma veemência estranha, são contundentes, sugestionantes, dominadores.

Sêco e alto, não mete mêdo a uma andorinha.

As pombas andam-lhe em roda, esvoaçantes e a arrulhar, como um âureo enxame de versos alados, que o seu próprio cérebro crie para alimentar a sua ternura em horas de vagar e melancolia! Acarinha as flôres, como quem afaça almas.

Tem dois filhos. Sôbre êles poisa os seus olhos salientes de visionário, e, sempre que os fita, resa, baixinho, uma oração, para que Deus lhes abra, na vida, um caminho branco de estrelas e de benções. Nunca nos poderêmos esquecer dos dois dias felizes que passamos em casa do Poeta.

Foi lá que ouvimos, ainda inéditas, algumas poesias do seu último livro — as *Cartas em verso*.

Podesse a nossa voz, neste momento, assumir a vibração dum clarim, para, acordando as almas, levá-las à leitura salutaríssima e reconfortante dos versos de António Corrêa de Oliveira!

Corrêa de Oliveira têve já a homenagem calorosa das capas negras dos Estudantes de Coimbra

Um dia, que não virá longe, ha-de ter, na sua Quinta das Rosas, a homenagem das crianças de Portugal.

Homenagem pequenina, simples, sem discursos longos, nem jantares de confraternização, homenagem de poucos minutos ou poucas horas, mas homenagem verdadeira, cheia daquela candura e daquela franqueza que o Poeta tanto ama no rosto e no coração dos seus filhos.

Esperêmos que a hora chegue!...

MOREIRA DAS NEVES.





# Cantigas

(Inédito)

---

*Alvas pombas, sôbre a Igreja,  
Poisam na tôrre mais alta...  
Eu hei-de trazer da Igreja  
A Pombinha que me falta.*

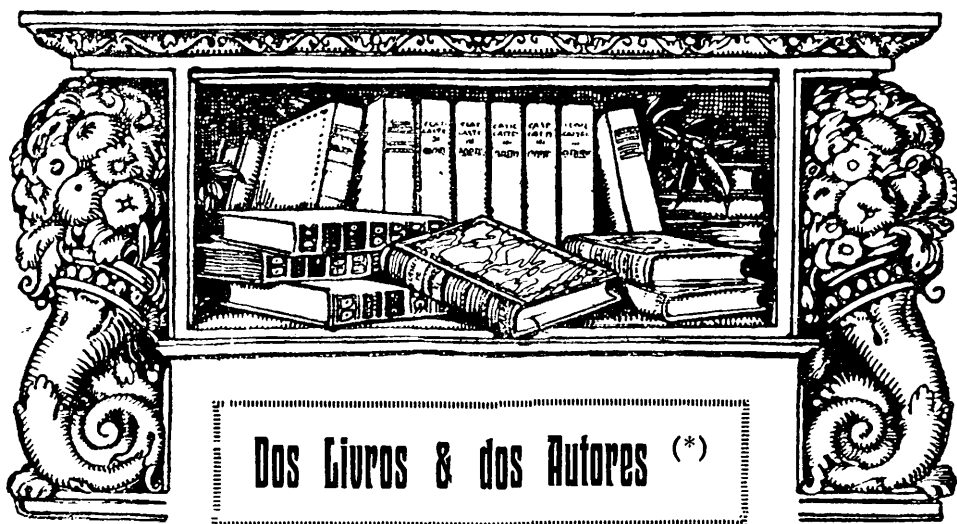
*Jesus mandou-me, eu mandei-lhe  
O Bem, que é pombo correio;  
Bem que eu faça, a Deus o solto:  
Por um que foi, outro veio.*

*Não te debruces no Tanque,  
Não te espelhem seus cristais:  
Não vá, saudosa, ao fugir-lhe,  
Pôr-se a fonte a chorar mais.*

*Nossa Senhora de Fátima,  
Quando poisou em terreiro,  
Mandou vénias e recados  
À Senhora do Sameiro.*

ANTONIO CORRÊA DE OLIVEIRA.





*CARTAS EM VERSO (1.º volume) — por Antonio Corrêa  
d'Oliveira (Quintanista de Letras por aclamação dos Estu-  
dantes de Coimbra). — Barcelos, 1930.*

Embora se diga, freqüentemente, que Portugal é terra de poetas, o que é certo é que os livros de versos bons rareiam . . .

E como não ha-de sêr assim, se os tempos que correm são tão avessos à ingénua emoção da Poesia? O nosso século é o século da tremenda tirania utilitária, dos ferozes egoísmos fraticidas, da agitação estonteante que nos arrebatava e que tudo corrompe e subverte!

Vivemos no crepúsculo indeciso duma época provisória. Os nossos olhos afa-  
zem-se a custo às realidades que nos rodeiam; e as nossas almas mal distinguem, se  
esta luz espiritual que as ilumina é o clarão de agonia de qualquer coisa que finda, ou  
o dealbar duma idade que desponta.

Caminhamos ainda entre ruínas — avermelhadas pelo clarão sangüinolento do  
rescaldo duma guerra sem igual, enegrecidas pelo mistério nebuloso dos horizontes dis-  
tantes, — para uma Nova Era, que ha-de vir . . .

Pela sua natureza sensitiva e vibrátil, o Artista é um receptor de emoções da  
vida que o cerca; e sendo assim, como não ha-de êle sentir estiolar-se-lhe na alma os  
mais nobres anseios, perante a crua materialidade da sociedade contemporânea?

Ah! é um drama, um verdadeiro drama íntimo, a luta heroica e violenta, que

---

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em  
*duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu  
valor intrínseco.

tem de travar tôdo aquêlo que, nos domínios espirituais da Arte e do Pensamento, procura reagir contra a onda bárbara do nosso tempo !

É por isso que um dôce prazer me invade e o meu coração se alvoroça de contente, ao receber um livro novo de Corrêa d'Oliveira. É que, antecipadamente, eu sei que os meus olhos vão encontrar naquelas páginas a sempre suave frescura do velho lirismo português e que a minha alma por essas estâncias se espraia, em minutos de repouso e esquecimento, embalada na beleza musical das suas rimas . . .

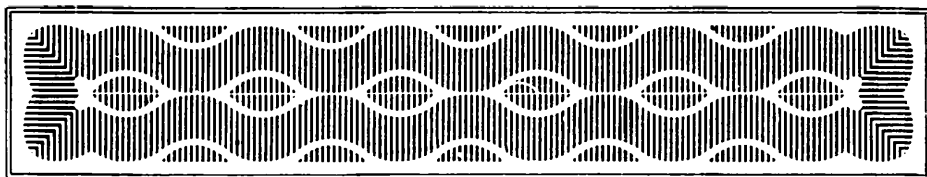
«Cartas em Verso» é o seu último livro, e que a sua mão delicada de Poeta me envia, com linda e enternecedora dedicatória. Todo o livro é uma colecção de formosas *cartas em verso*, escritas nessa ingénua, terna e simples linguagem do coração quando fala, em que o Poeta de Belinho é mestre único e inegalável na moderna literatura portuguêsã.

Tão característica é a sua maneira de dizer e tão *dèle* é o *sabôr* das redondilhas, que quem a elas se afizer logo as estrema das demais e conhece o autor, a distância, como se fossem arautos os seus versos ! . . . Desde as judiciosas sentenças de tão profundo conceito a *Maria Moderno* e *Em louvor dos livros Santos*, até ao pitoresco naturalismo da carta *Que me diz do seu pomar* e a gracil infantilidade de *Ao colo*, tudo neste livro se lê em deliciado encanto.

Muito desejaria eu dizer desta obra ; falar dela longamente ; poder comunicar ao leitor, que a não leu, tôda a beleza das emoções que senti. Mas tenho de reconhecer a inutilidade do meu esforço e a distância que vai da Ideia que surge, ao pobre desejo de lhe dar fôrma escrita, — tortura imensa esta, que só quem escreve experimenta e que o Poeta sintetisa em magnífica quintilha :

*« Um Pensamento — deitado  
No papel — sereno, absorto,  
Lembra um Santo ou um Soldado  
Em sepulcro esculturado  
Marmóreo, pálido e morto ».*

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.



## Para o grande Poeta Corrêa de Oliveira (\*)

por JOSÉ FERRÃO

MEUS SENHORES:

**Q**UIZ Alves de Oliveira, companheiro combativo, persistente e de claríssimo espírito na campanha *reaccionariamente nacionalista* que fazemos ha anos na Revista «Gil Vicente», que fôsse eu que tivesse a honra de compôr e lêr algumas palavras perante o estranho solitário de Belinho que, aqui isolado no seu subjectivismo, é a mais eminente personalidade literária da nossa geração.

São palavras banais e inexpressiveis para Corrêa de Oliveira as que vou dizer-lhe, pois êle vive ha muito numa ambiência de ideias sublimes, afastado do mundo que lá fóra se dissolve e desorganiza, no vicio, na ambição e no egoísmo, que formam êsse «estúpido século XIX», de que nos fala Leon Daudet.

O genial Poeta começando a inspirar-se nas tradições, nos factos da história gloriôsa e unica da sua Pátria, fadada por Deus para os mais altos destinos do Universo, fez versos admiraveis e maravilhosos, accessiveis e sugestivos para todos, numa linguagem vasada pelos grandes mestres das épocas aureas do nosso grande passado.

No meio do desalento e da miséria moral em que a pobre Pátria, atordoada e louca, se tem debatido ha muitos anos, surge o *formidavel profeta* que, com um lirismo sublime, com uma convicção e uma fé incom-

(\*) Discurso lido na Quinta de Belinho, no dia 30 de Julho de 1931, por ocasião da homenagem prestada por esta Revista ao grande Poeta Lusíada António Correia de Oliveira.

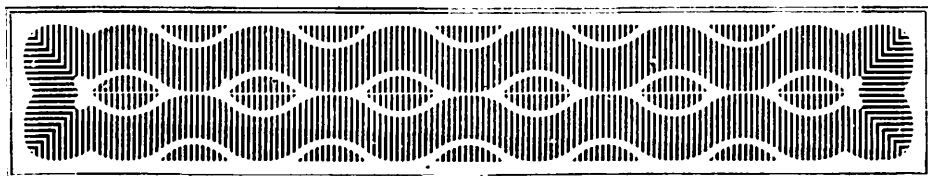
paraveis, e... sobretudo com uma altíssima filosofia, agita as ideias nacionalistas e religiosas e procura falar directamente com a alma do Povo português.

A geração de todos nós foi buscar aos versos do poeta o movimento literário, artístico e político, renovador da Pátria, que está em marcha há anos e que tem florescido em poetas e prosadores notáveis. Estamos assim num movimento semelhante ao da Renascença, que o genial poeta previu e preparou.

Ele vai ascendendo constantemente num caminho intangível para nós, que nunca poderemos acompanhá-lo no subjectivismo do seu altíssimo espírito, divinamente fadado, até chegar à inspiração arrebatadora da sua extraordinária epopeia que êle chamou «Verbo sêr e verbo amar». O Poema Religioso, assim denominado modestamente, devia sêr lido em extasi sublime por todos os portugueses de fé inteligente e de sensibilidade delicada, debaixo das naves do mosteiro da Batalha, tão evocadoramente nacionalista.

Nenhum homem do nosso tempo conseguiu elevar tão alto o seu espírito e por isso eu termino dizendo que devêmos adorar Corrêa de Oliveira cujo nôme ha-de perdurar através de todas as gerações que vierem da imortal Raça Portuguesa.





# CANCIONEIRO

---

por ALBERTO V. BRAGA

A ANTONIO CORRÊA D'OLIVEIRA

*Se não fôra ter recebido de vós, Ex.<sup>mo</sup> Senhor, — naquela tarde quente de fins de Julho, linda tarde que jâmais esquecerei, pelas muitas recordações que vieram e ficaram dentro de mim, — o sorriso acolhedor da vossa grande alma de Poeta, simples e bondosa como tôdas as almas grandes que são feitas de pureza e humildade, abrindo-me os braços e a casa numa franqueza amiga de quem vem de longe num conviver fraterno, eu não ousaria dedicar-vos tão confiadamente o que abaixo segue e que pouco vale.*

*De maneira que o meu nome, à falta de melhor corresponder, fica gravado neste numero da revista «Gil Vicente», traduzindo o meu reconhecimento por tanta gentileza recebida e pelo prazer espiritual de algumas horas tão agradavelmente vividas e tão intimamente passadas junto da vossa companhia.*

A poesia popular entra amplamente em todos os campos da mais aguda e variada filosofia.

Ela é o encanto sugestivo das almas, que do rosário das cantigas fazem sempre a oração da alegria e da tristeza.

Pelos tempos fora e ao sabor dos costumes, dos usos e das tradições, a poesia popular é a que mais tem lucrado em gradação de aumento e variante, sendo quási sempre assimilada e tocada de notas pessoais e locais, surgindo uma boa parte das cantigas de casos acontecidos, muitas em tom

burlesco ou sentimental, mas tôdas de inspiração modilhada ao gôsto e sofrimento de cada improvisador.

Assim, como regra geral, correntemente formada esta tendência, a cartilha cresce sempre, e muito, em rezas de novo cantar.

Conheço alguns fazedores de versos, rudes e pobres rimadores, que por encomenda se entregam ao ganho de algumas pingoletas e bebedeiras, arranjando séries distintas de versalhada, para a noite pandegosa do S. João, para grupos gaiteiros a sair de tocata com chocalhos, ferrinhos e pandeiretas pelos Santos Reis, para as *sortes* das rifas e para qualquer festividade de arraial improvisado onde reinem a alegria e a dança.

Conheço alguns da aldeia, que são os mais interessantes, pelo tom ingênuo que dão às suas composições, muitas delas sofríveis e bem arranjadas.

Feitas de encomenda, ferem sempre a nota local, a nota do sítio da festança, com o tique mais característico de certos costumes da freguesia.

Quando são para cantar pelos Reis, a nota pessoal é ferida, e vem então à baila, nos seus defeitos e nos seus podres, a gente mais conhecida dos lugarejos.

Estes poetastros, sendo uns doutores na freguesia, são os que escrevem as cartas àquela roda de criaturas que só sabem lêr no azul dos céus, redigem os programas desta ou daquela festa profana, e fazem os versos para os segredos das rifas e para os coletes e lenços das lavradeiras.

Eu conheço um barbeiro do campo que tem certo jeito para a derivação poetica. Conheço também um carpinteiro, que aliando ao seu saber habilidoso uma boa meia dúzia de ofícios, em sendo preciso se atira às musas para proveito de qualquer função.

O *Inácio Rejão*, entre nós, foi o mais popular e curioso tipo de improvisador e repentista, quer no leiloar das prendas pelas festas e presépios, quer no canto do desafio, nos arraiais de romaria.

Puxava exageradamente a nota erótica, o que afinal é vulgaríssimo entre contedores de desgarrada.

A poesia lucra sempre com os improvisadores, com os cantadores de desgarrada e com os fazedores populares de versos de encomenda.

Entra em assimilação, em adaptação, e espalha-se por feiras e romarias, por serões e esfolhadas, tornando cada vez maior e mais variado o cancionero.

Abundante como os beijinhos do mar e fecunda como o seio da terra, filha das águas e dos campos, a poesia popular teve sempre a sugestão do anonimato, com a característica da generalidade acentuadamente portuguesa, nacional, verdadeira nota de criação que prendeu ao trabalho

e ao amor, gerações do mais puro ideal, gerações de guerreiros e de trovadores.

Os antigos trovadores, ao povo iam buscar as jóias do seu cantar para arranjos do seu compôr.

E pela imitação, pela compostura, pelo arranjo, pelas necessidades de mais expressivo falar, costumeira alterada neste ou naquele sentido, afirmações mais claras, farpadas mais directas, rosaltar mais venenoso, amor mais confessado, relações mais disfarçadas e ensinamentos de vida mais ajustada à vida que se vai vivendo, em transições de processos e de características, tornaram-se os cantares mais maleáveis, mais frescos, cantares de romaria, de folga, peneirados de certas origens e de bentos moldes de cantilena chorada.

Reforma de muitos anos; abundância de trabalho em lento germinar de espontaneidade.

O povo, em todos os tempos, foi o criador máximo da poesia, o seu rezador constante, persistente batalhador na luta da improvisação povo de garantia tradicional, anónimo, é a melhor fiança do nosso patrimonio nacionalizador.

O povo confunde-se no valor da criação, da inovação, e sendo o fervoroso continuador de tradições e usos, é sempre um e o mesmo, e aparece junto, muito junto, em mole anónima, sempre o povo, na graça das romarias, no culto da igreja, na penitência da procissão, no brado dos clamores e das vias-sacras, nas rezas das jornadas encarísticas, no alento das peregrinações, nas ofertas da sua dor, nas confissões dos seus erros, na alegria e nas danças em arraiais de movimento, cantigas ao ar lançadas como fogo a cair em lampos em noites de festa... sempre junto o mesmo povo, e sempre anónimo e desconhecido...

Tem a valia do mar extenso e profundo, que esconde maravilhas e tesouros e não revela segredos.

(EXCERPTO)



# Do Mar

*Oh, mar! Divino mar! Eu cismo, enquanto  
Vejo correr as ondas, uma a uma,  
Em ais de dôr e em ósculos de espuma,  
Misto de amor e ódio, riso e pranto!*

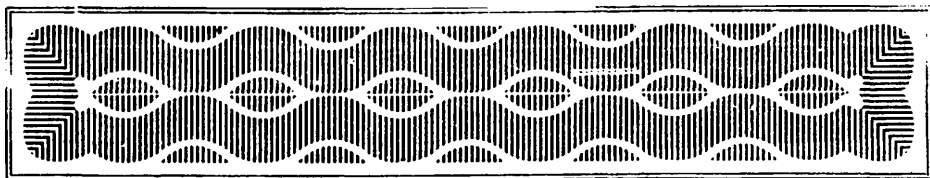
*Foi Portugal quem te quebrou o Encanto,  
Mar tenebroso de lendária bruma!...  
Por isso teu anélito o perfuma,  
Por isso o amas e acarinhas tanto!...*

*Tu és da grande Natureza o orgulho,  
Beijes a praia em lânguido marulho  
Ou chores, rouco, em convulsões de dôr!*

*Profundo, imenso coração das águas,  
Absorta cismo, ouvindo as tuas mágoas,  
Quão poderosa é a Mão do Criador!...*

Do livro inédito «Estrela d'Alva»

MARIA AUGUSTA NOGUEIRA



# A Vida, o Amor e a Morte na poesia de Florbela Espanca

por GUIDO BATTELLI

**N**UM soneto do « Livro de Máguas » intitulado *A flor do Sonho*, Florbela Espanca confessa que desde o dia em que se abriu miraculosamente no seu coração « a flor do sonho alvissima divina »

*Voou ao longe a aza da sua alma  
E nunca, nunca mais pois se entendeu . . .*

É o destino fatal de todos os grandes artistas, de todos os grandes poetas. Desde o instante em que brilha ante seus olhos a luz fulgurante dum mundo ideal, cheio de ternura e de beleza, tornam-se estrangeiros a este mundo, à vida dos homens vulgares, que vivem só para comêr e amam só para reproduzir-se. Disso deriva a sua infelicidade. O mundo não os compreende; julga-os sonhadores, fantásticos, voluveis e deixa-os morrer ao abandono. Tasso e Beethoven morreram no hospital, Rembrandt e Camões não tiveram outro amparo na sua miséria que a caridade duma criada e dum servo. Cervantes finou-se tão olvidado que ninguém sabe onde está a sua sepultura. São os « vencidos da vida », destinados a triunfar depois da morte.

A vida foi má, verdadeiramente má, para Florbela Espanca. Ela dizia que, ao nascer, « una má fada a encantou. »

Filha ilegítima, Ela não teve nem o amôr duma mãe, nem o carinho duma familia; a sorte não lhe concedeu nem a saúde, nem a riqueza, nem quem fôsse capaz de compreender o seu génio e de apreciar a sua enorme superioridade intelectual. Tinha só um irmão, que era todo o seu amparo, e êste irmão morreu trágicamente, desaparecendo uma noite nas águas do Tejo. A partir de então, ela perdeu o sono, e não

dormia senão recorrendo aos remédios que haviam de ser tão fatais para a sua saúde, para o equilibrio dos seus nervos.

;E que lhe valeu enfim espalhar o seu canto divino, se o público olhava para ela com olhos indiferentes e os críticos alfinetavam-na com as mais estúpidas insinuações?

*Lançar um grande amor aos pés d'alguém  
O mesmo é que lançar flores ao vento!*

Ninguém julgue, porém, que Ela se insurgia contra o seu destino; pelo contrário aceitava-o resignadamente, com esta calma magnânima da qual a alma feminina, muitas vezes melhor que a dos homens, nos dá o exemplo. A sua superioridade moral transparece neste admirável soneto *Ódio*, que se pode lêr a pag. 66 do « Livro de Soror Saudade ».

*Ódio por êle? ... Não ... Se o amei tanto  
Se tanto bem lhe quiz no meu passado,  
Se o encontrei depois de o ter sonhado,  
Se à vida assim roubei todo o encanto ...*

*Que importa se mentiu? E se hoje o pranto  
Turva o meu triste olhar, marmorizado,  
Olhar de monja, trágico, gelado  
Como um soturno e enorme Campo Santo?*

*Ah! Nunca mais ama-lo é já bastante!  
Quero senti-lo d'outra, bem distante,  
Como se fôra meu, calma e serena ...*

Calma e serena como a Dido vergiliana no reino das sombras; calma e serena como a poetisa grega que Leopardi cantou no seu *Ultimo canto di Saffo*... Quando a ultima ilusão desapareceu, quando o ultimo sonho se perdeu como uma nuvem no ar

*Soror Saudade entrou no seu convento  
E, até morrer, resou, sem um lamento  
Por um que se perdera no caminho! ...*

Que nobreza de alma, que grandeza moral nesta atitude de resignada aceitação do seu destino!

\* \* \*

Florbela Espanca tinha a certeza de ter vivido outrora feliz, num mundo ideal, além da vida. No soneto *Nostalgia* da « Charneca em flor » (pág. 32) fala do seu país de maravilha, das riquezas que ela possuía e que deixou ali quando a má fada a encantou tornando-a num ser mortal.

*Nesse país de lenda que me encanta,  
Ficaram meus brocados, que despi,  
E as joias que p' las aias reparti  
Como outras joias de Rainha Santa !*

O seu unico desejo era voltar a êsse « País de sonho e de ansiedade » donde trouxera « a magia dos seus versos » e donde lhe vinham, de quando em quando, « vozes misteriosas, écos longinquos ».

*Tanto poeta em verso me cantou !  
Fui Essa que habitou Paços Reais ;  
No mármore de curvas ogivais  
Fui Essa que as mãos pálidas poisou . . .*

Surpreendida perguntava :

*Tinha o manto do Sol . . . Quem m' o roubou ?  
Quem pisou minhas rosas desfolhadas ?  
Quem foi que sôbre as ondas revoltadas  
A minha taça de ouro despedaçou ?*

E como infelizmente nada trouxera do seu reino encantado, olhando as suas mãos vazias, dizia :

*Na vida nada tenho e nada sou ;  
Eu ando a mendigar pelas estradas . . .  
No silencio das noites estreladas  
Caminho, sem saber para onde vou ! . . .*

« Quero voltar! » Eu não sei quem sou, nem que hei-de fazer aqui na vida

*Sei lá! Sei lá! Eu sei lá bem  
Quem sou? Um fogo-fátuo, uma miragem...  
Sou um reflexo... um canto de paisagem  
Ou apenas cenário!...*

*Sei lá quem sou? Sei lá! Sou a roupagem  
Dum doido que partiu numa romagem  
E nunca mais voltou! Eu sei lá quem!...*

Ó Morte, Dona Morte dos dedos de veludo, quebra-me o encanto da má fada, deixa-me voltar à minha terra desejada, ao reino que é meu! Tu tens a chave de ouro do paiz do meu sonho!

\* \* \*

Poder-se-ia fazer um belo livro, escolhendo de entre os 154 sonetos de Florbela Espanca os seus *Versos de Amor*.

Não sei se na literatura moderna portuguesa alguém falou sobre este tema com tanta sinceridade e com tanta profundidade: mas sei que nalguns dos seus sonetos palpita a mesma intensidade de paixão, a mesma ternura de sentimento que se encontra nas Cartas de Soror Mariana.

Como epigrafe deste livro eu poria os versos que se lêem a pág. 42 de « Soror Saudade ».

*Livro do meu amor, do teu amor,  
Livro do nosso amor, do nosso peito...  
Abre-lhe as folhas devagar, com geito,  
Como se fôsem pétalas de flor.*

O primeiro soneto deveria ser aquele em que descreve o nascer da sua paixão amorosa:

*Eu era a desdenhosa, a indiferente,  
Nunca sentia em mim o coração  
Bater em violências de paixão  
Como bate no peito à outra gente.*

.....  
*Minh'alma, a pedra, transformou - se em fonte ;  
 Como nascida em carinhoso monte,  
 Toda ela é riso e é frescura e graça !*

*Nela refresca a bôca um só instante ...  
 Que importa ? Se o cançado viandante  
 Bebe em todas as fontes, quando passa ? ...*

No coração do poeta, o amor torna - se naturalmente canto, como a água na fonte.

*Deixa dizer - te os lindos versos raros  
 Que a minha bôca tem p'ra te dizer !  
 São talhados em mármore de Paros,  
 Cinzelados por mim p'ra te ofer'cer.*

*Têm dolencias de veludos caros,  
 São como sedas pálidas a arder ...  
 Deixa dizer - te os lindos versos raros  
 Que fôram feitos p'ra te endoidecer !*

*Mas, meu Amor, eu não t'os digo ainda ...  
 Que a bôca da mulher é sempre linda  
 Se dentro guarda um verso que não diz !*

*Amo - te tanto. E nunca te beijei ...  
 E nesse beijo, Amor, que não te dei  
 Guardo os versos mais lindos que te fiz !*

Reparai que limpida ternura nêste sonêto : « Suavidade », que faz lembrar os versos de Gabriel d'Annunzio à mãe, no *Poema Paradisiaco* :

*Poisa a tua cabeça dolorida  
 Tão cheia de quimeras, de ideal.  
 Sobre o regaço brando e maternal  
 Da tua doce Irmã compadecida.*

*Hás de contar-me nessa voz tão querida  
A tua dor que julgas sem igual  
E eu, p'ra te consolar, direi o mal  
Que à minha alma profunda fez a Vida.*

Porém, bem cêdo o Amor se transforma numa paixão ardente:

*Longe de ti são ermões os caminhos,  
Longe de ti não ha luar nem rosas,  
Longe de ti ha noites silenciosas,  
Há dias sem calor, beirais sem ninhos !*

*Vejo-te só a ti no azul dos céus,  
Olhando a nuvem de oiro que flutua, ...*

*...  
Nos vultos que deviso pela rua  
Que cruzam os seus passos com os meus.  
Minha bôca tem fome só da tua,  
Meus olhos têm sêde só dos teus !*

*Sombra da tua sombra, dôce e calma.  
Sou a grande quimêra da tua alma  
E, sem viver, ando a viver contigo ...*

*Deixa-me andar assim no teu caminho  
Por toda a vida, Amor, devagarinho,  
Até a Morte me levar consigo ...*

Foi nesta altura que desabrocharam da sua alma os dois sonetos admiráveis *Silencio* e *O maior bem*, que se podem ler à pag. 83-84 da « Charneca em flor ».

« O cacto purpurino » do amor apaixonado abre ao sol as suas pétalas de seda, e « os nervos guisos de oiro a tilintar » cantam na alma a estranha sinfonia

*Da volúpia, da mágua e da alegria  
Que me faz rir e que me faz chorar !*

As noites voluptuosas de outono fazem-na delirar, soluçando de amor.

*Meu corpo! Trago nele um vinho forte :  
Meus beijos de volúpia e de maldade !*

*Trago dâlias vermelhas no regaço,  
São os dedos do sol, quando te abraço  
Cravados no teu peito como lanças !*

*E do meu corpo os leves arabescos  
Vão-te envolvendo em círculos dantescos  
Felinamente, em voluptuosas danças . . .*

E numa efusão ardente da sua alma desvairada, ululante, grita :

*Eu quero amar, amar perdidamente,  
Amar só por amar. Aqui, além,  
Mais este ou aquele, o Outro e toda a gente.*

*Há uma primavera em cada vida:  
É preciso canta-la assim florida  
Pois, se Deus nos deu voz, foi p'ra cantar !*

*E se um dia hei-de ser pó, cinza e nada,  
Que seja a minha noite uma alvorada  
Que me saiba perder . . . p'ra me encontrar.*

Eis-nos chegados ao «fortissimo» da sinfonia beethoveniana da paixão amorosa. Mas agora vamos ouvir de improviso uma voz de pranto. E' a triste experiencia da vida, que aos labios de Fausto fazia brotar as palavras: «O ideal foi sonho e a realidade foi dôr!».

*Tudo é vaidade neste mundo vão . . .  
Tudo é tristeza ; tudo é pó, é nada !  
E mal desponta em nós a madrugada,  
Vem logo a noite encher o coração !*



*Até o amor nos mente, essa canção  
Que o nosso peito ri à gargalhada.  
Flor que é nascida e logo desfolhada,  
Pétalas que se pisam pelo chão!...*

*Beijos d'amor! P'ra que? Tristes vaidades!  
Sonhos que logo são realidades,  
Que nos deixam a alma como morta!*

*Só acredita neles quem é louca!  
Beijos d'amor que vão de boca em boca  
Como pobres que vão de porta em porta!...*

Nun outro soneto, intitulado *Inconstância*, confessa abertamente

*Procurei o Amor, que me mentiu...*

Noutra parte diz:

*É vão o amor, o ódio ou o desdem;  
.....  
Todos somos no mundo um « Pedro Sem »  
Uma alegria é feita dum tormento;  
Sabe-se lá um beijo d'onde vem!*

*A mais nobre ilusão morre...*

Nos olhos do seu amado já ela leu o abandono:

*Os teus olhos são frios como as espadas  
E claros como os trágicos punhais;  
.....  
Vejo neles imagens retratadas  
De abandonos cruéis e desleais...*

Desesperada, ela grita ao seu amado:

*Não me digas adeus, ó sombra amiga,  
Abranda mais o ritmo dos teus passos,  
.....*

*Não vás ainda embora, ó sombra amiga!*

.....  
*Espera, espera . . . , ó minha sombra amada,  
 Vê que p'ra além de mim já não há nada  
 E nunca mais me encontras neste mundo!*

Vão pedido!

*O nosso amor morreu . . . quem o diria!  
 Quem o pensára mesmo ao ver-me tonta,  
 Céguinha por te ver, sem ver a conta  
 Do tempo que passava, que fugia!*

E quem poderá lêr sem lágrimas o admirável soneto *Sobre a neve?*

*Sobre mim, teu desdem, pesado jaz  
 Como um manto de neve . . . quem dissera  
 Porque tombou em plena primavera  
 Toda essa neve que o inverno traz?*

*Coroavas-me inda há pouco de lilás  
 E de rosas silvestres . . . quando eu era  
 Aquela que o Destino prometera  
 Aos teus rútilos sonhos de rapaz!*

*Dos beijos que me deste não te importas  
 Asas paradas de andorinhas mortas . . .  
 Folhas de outono em correria louca . . .*

\*

\*            \*

«Detesto a vida porque me mentiu sempre», escrevia-me numa carta Florbela Espanca. Talvez ela pedisse à vida mais do que esta lhe podia dar . . .

Desiludida, desprezada, incompreendida, Ela teve ainda a calma

de escrever êste admiravel Soneto *O maior bem*, que nós encontramos, depois da sua morte, entre os seus papeis mais intimos.

*Este querer - te bêm sem me quereres,  
Este sofrer por ti constantemente,  
Andar atraz de ti sem tu me vêres  
Faria piedade a toda a gente.*

*Mesmo a beijar - me a tua boca mente . . .  
Quantos sangrentos beijos de mulheres  
Poisa na minha a tua boca ardente,  
E quanto engano nos seus vãos dizeres ! . . .*

*Mas que me importa a mim que não me queiras,  
Se esta pena, esta dor, estas canceiras  
Este misero pungir, árduo e profundo*

*Do teu frio desamor, dos teus desdens,  
E' na vida, o mais alto dos meus bens ?  
E tudo quanto eu tenho neste mundo ?*

\*

\*            \*

Os ultimos dias da nossa pobre Florbela foram uma das tragédias mais dolorosas. Quem lê o soneto *Loucura*, a pag. 92 das «Relíquias», compreende a tempestade que a arrebatou e que a arrastou à morte. No mistério da noite, rodeada de calma e de silencio, no seu pequeno quarto aonde a sua lampada, a par duma estrêla, ardia, sósinha, sôbre as negras casas adormecidas à beira do mar, escreveu as suas ultimas disposições, deixando às amigas as suas coisas mais caras, e lembrou-se tambem de dois versos que Ela escrevera um dia, rogando que

*. . . em braçadas de lírios e mimosas  
No crepúsculo que desce a enterrassem !*

Em braçadas de lírios e mimosas, num triste crepúsculo de Dezembro, acompanhâmo-la à Igreja de Matozinhos.

O céu era cinzento, coberto de nuvens que ameaçavam a cada instante com a chuva: o mar, bravo, arrojava com grande estrondo as suas ondas revoltas contra a praia. Os sinos dobravam sinistros, como nas noites lúgubres dos naufrágios.

Acabadas as práticas religiosas, quando nos dispunhamos a sair da igreja para ir ao Campo-Santo, as nuvens derramaram o seu pranto com tal furor que nos foi absolutamente impossível formar o cortejo, e a nossa pobre Florbela passou a sua última noite numa capelinha contigua à Igreja.

Então regressando sob a chuva torrencial, lembrei-me dos versos que Ela tinha escrito no soneto *Mistério* :

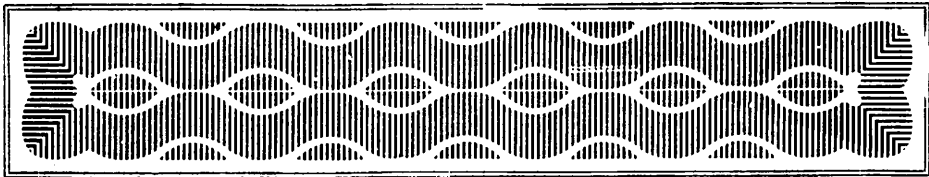
*Gosto de ti, ó chuva, nos beirados,  
Dizendo coisas que ninguém entende !  
Da tua cantilena se desprende  
Um sonho de magia e de pecados.*

*Dos teus pálidos dedos delicados  
Uma alada canção palpita e ascende,  
Frases que a nossa bôca não aprende,  
Murmúrios por caminhos desolados.*

*Pelo meu rosto branco, sempre frio,  
Fazes passar o lúgubre arrepio  
Das sensações estranhas, dolorosas . . .*

*Talvez um dia entenda o teu mistério . . .  
Quando, inerte, na paz do cemitério,  
O meu corpo matar a fome às rosas !*

Mas, das pessoas que formavam o cortejo, quem suspeitara de ter acompanhado ao Campo Santo a maior Poetisa portuguesa não só de hoje, mas de todos os tempos?



## DATAS DA HISTORIA

# O nosso S. Bartolomeu

por FERNANDO CAMPOS

**O** DIA 24 de Agosto, anniversário do *nosso S. Bartolomeu*, como José Acursio das Neves lhe chamava, convida-nos a recordar uma das datas mais funestas da história de Portugal, a da revolução de 1820, em que pela primeira vez se ergueu no Porto o pendão da Liberdade, dessa Liberdade metafísica e estrangeira, que viria depois a estrangular as nossas liberdades tradicionais, positivas. «*Dia de infausta e execranda memória,*» <sup>(1)</sup> dizia o sábio Arcebispo de Evora, D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, ao referir-se ao 24 de Agosto, em que anda o diabo à solta...

Faltaria de-certo à verdade, quem negasse que eram de facto melindrosas as condições económicas e políticas do país nêsse período posterior à catástrofe das invasões napoleónicas, exigindo grandes cuidados e sacrificios a sua reconstituição. Mas não era, sem dúvida, arremetendo contra a Regência do Reino e atentando contra as próprias instituições seculares, que semelhantes transtornos haviam de solucionar-se por fórma consentânea com os interesses da Nação.

Para honra da Inteligencia portugêsa, assim o reconheceram e proclamaram, desde a primeira hora, e com rara coragem e lucidez, alguns dos melhores espiritos do século passado, importando não esquecer que, num momento, se achavam o monarca e os governadores do Reino

---

<sup>(1)</sup> *O Punhal dos Corcundas*, 1823, N.º 1, pág. 7.

empenhados, precisamente, em conjurar os males de que o país enfermava. (1)

Se os fins da revolução eram ainda os de reagir contra o predomínio inglês e a prolongada residência da Côrte no Brasil, conforme a historiografia oficial tem pretendido sustentar, também essas razões não justificavam, de modo algum, a rebelião de Fernandes Tomás e dos seus doze pares.

É um facto averiguado, incontestável, que nunca a Regencia suportára de bom grado a situação preponderante de Beresford, nem jâmais se acomodára com os elevados poderes de que o marechal se tinha investido, correspondendo-lhe êste, francamente, com idênticos sentimentos.

É sabido como os historiadores mais favoráveis à causa do Liberalismo, e por isso mesmo insuspeitos nêste ponto, não se escusaram a registá-lo, habilitando-nos assim a refutar um dos motivos apresentados. (2)

A permanência da Côrte no Rio de Janeiro não podia igualmente justificar a sedição, porquanto o sentido imperialista da política de D. João VI no Brasil, — a cujo estudo Oliveira Lima veio trazer novos e preciosos elementos (3) — só nos valorizava como potência colonial e civilizadora, só nos elevava, como realmente elevou, no conceito das nações.

Não passavam pois, de méros expedientes, os motivos aduzidos pelos cronistas do Constitucionalismo, segundo êles próprios se encarregaram de o demonstrar, quando formulavam a justificação da revolta liberal de 1820, assim como da conspiração de 1817, à qual se atribuíam já as mesmas causas referidas.

O objectivo dêsses dois movimentos sediciosos vinha a ser muito diferente, como fáclmente concluirá quem se der ao cuidado de lêr atentamente as suas proclamações revolucionárias e os comentários dos historiadores que citei, não esquecendo que o General Gomes Freire fôra grão-mestre da Maçonaria, pertencendo às sociedades secretas os implicados na sua conspiração, assim como os iniciadores da Revolução de 1820.

Ao concluir o relato das circunstâncias que precederam a conjura

(1) Segundo o testemunho de José Acurso das Neves, nas *Cartas de Hum Portugal aos seus concidadãos*, 1823, pág. 134.

(2) Vejam-se, por exemplo, Luz Soriano, *Hist. da Guerra Civil*, etc. 3.<sup>a</sup> ep. tomo I, pág. 241; Pinheiro Chagas, *Hist. de Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed. vol. VIII, pág. 160; Raul Brandão, *1817 — A Conspiração de Gomes Freire*, 3.<sup>a</sup> ed., pág. 276.

(3) Oliveira Lima, *D. João VI no Brazil*, 1808-1821, Rio de Janeiro, 1908.

de 1817, não hesitou Luz Soriano em traçar as seguintes linhas, num rasgo de louvável sinceridade: «Parece-nos todavia que a revolução a que nos referimos foi obra da maçonaria, se não pelos trabalhos de toda esta sociedade, pelo mênos por alguma das suas lojas, ou dos seus influentes.» (1)

E outro historiógrafo, não mênos desassombrado nas suas opiniões, ao rematar o enunciado das causas da mesma conspiração, escrevia estas palavras elucidativas: «Depois, as idéas liberaes fermentavam em toda a Europa, e na Hespanha principalmente, que chegara a reunir Côrtes e a proclamar uma constituição democrática. Era natural que essas idéas se comunicassem a este paíz tão vizinho, e natural tambem que os liberaes hespanhoes procurassem abrir comunicação com os liberaes portuguezes, para juntos trabalharem na empreza da regeneração dos povos.» (2)

Seria tudo isso muito natural para os propagandistas do Liberalismo, do romantismo político. Mas, porque êsses movimentos se propunham realizar a tal *empreza da regeneração dos povos*, em que falava Pinheiro Chagas, e com prejuizo certo dos interêsses nacionais e da ordem religiosa e política, é que a *História verdadeira*, aquela História que desconhece os partidos, os envolve hoje a ambos na mesma condenação.

Na sua fúria revolucionária, fôram êsses maus portuguezes de 1820, os demagogos do *Sinédrio*, aos ultimos extremos, não duvidando até apelar, na realização dos seus designios, para a intervenção estrangeira, para o auxilio do exército espanhol, que, nêsse momento crítico, chegou a ocupar as fronteiras da Galiza, conforme se conclui de uma proclamação dos mesmos revolucionários vintistas: «Portuguezes! — dizia a proclamação — Temos forças, temos meios de sustentar a nossa causa. Ella é justa; é tambem a causa dos nossos vizinhos, os hespanhoes, e por isso tropas d'elles occupam já nossas fronteiras na Galliza, aonde se acham promptas a auxiliar a nossa independência.» (3) Não estava má independência... E' claro que essa *independencia* era a dêles, a dos precusores da Liberdade, com um L gigantesco...

Melhor porém do que as proclamações e manifestos dos revolucionários de 20, nos pôdem esclarecer os seus actos, durante êsses três anos

(1) *Hist. da Guerra Civil*, etc. 3.<sup>a</sup> ep. tomo I, pág. 260.

(2) Pinheiro Chagas, *Hist. de Portugal*, vol. VIII, pág. 138.

(3) Pôde lêr-se na, integra, na *Hist. da Guerra Civil*, de Luz Soriano, 3.<sup>a</sup> ep. tomo I, pág. 461-62. Veja-se tambem a *Hist. de Portugal* de Schaefer, continuada pelo sr. José Agostinho, vol. VI, pág. 214.

incompletos de rãgabofe democrático, cuja história Herculano classificou de «*comedia de mau gosto*,» tamanhos fôram os desvarios e ridiculos dos *regeneradores*, que «Eram arremedos de Rôbespierre e de Pombal; eram montes de ignorância prática e ausencia de espírito administrativo.» (1)

E tantos fôram os seus crimes e desconcertos, que nem só aos contra-revolucionários contemporâneos do cataclismo se limitou a crítica e a censura do *nosso S. Bartolomeu*. Também a exercêram, implacavelmente, muitos liberais, como Herculano, Garrett, Luiz Soriano, Oliveira Martins, etc., aos quais a paixão política não turvou a clarividência do espírito. Talvez que por isso mesmo, os descendentes dos demagogos vintistas lhes tenham querido impôr a pena do esquecimento não se havendo ainda lembrado de glorificar Garret e Herculano, pelo bronze, ao passo que têm prodigalizado essa homenagem a tantos manipulansos da Liberdade.

Mas, a verdadeira história do Constitucionalismo está por fazer, e não é certamente nos escritos do partido vencedor em 1834, que devêmos procurá-la. Dela só poderêmos recolher alguns factos, e êsses mesmos sujeitos às precisas correcções.

Não pôde pois dispensar-se de recorrer ao testemunho dos nossos contra-revolucionários, quem pretenda conhecer, em todos os seus pormenores, o que foi o primeiro ensaio da *normalidade constitucional*, efectuado ha cento e onze anos no Porto.

De todos os depoimentos que nos restam, poucos serão tão autorizados e espontâneos, tão elucidativos, como o de José Acursio das Neves, nas suas *Cartas de Hum Portuguez aos seus concidadãos*.

Conhecia êle, de perto, os homens da revolução, e de perto acompanhou os acontecimentos políticos do seu tempo, tendo sido até eleito deputado, — contra os desejos da facção dominante e os seus próprios — às Côrtes ordinárias de 1822, onde se distinguiu como defensor inteligente e ardoroso dos direitos da Rainha D. Carlota Joaquina, que se recusava enérgicamente a jurar a Constituição.

Homem de um só parecer, português leal à fé jurada e ao seu Rei, êle soube servir o país em que nasceu, com invulgar desinterêsse, sacrificando a vida e os haveres aos princípios que professava.

Após o brado sedicioso do Campo de Santo Ovídio, factos bem

(1) Oliveira Martins, *Hist. de Portugal*, 8.ª ed. tomo II, pág. 255.



curiosos se passaram, como êste, por exemplo, que o panfletário nos descreve na sua linguagem sugestiva, e que tantos, talvez, ignorem:

«Os bens das ordens religiosas — escrevia José Acursio — serão declarados na sua totalidade bens nacionaes, e entregues como taes á voracidade da facção, sem exceptuar aquelles, que lhes tñhã sido doados, ou deixados em legado por particulares, os que ellas tñhã comprado, ou adquirido pelo seu trabalho, e industria, e por quaesquer outros titulos por onde se adquire o dominio, os quaes erão tanto seus, como he minha esta folha de papel em que estou escrevendo. Já começava a fazer-se mão baixa sobre elles; os Frades, e as Freiras já andavã de Muda; e em alguns dos conventos d'onde sahirão, e nas suas igrejas trabalhava o machado em abater os retabulos, e os altares para serem convertidos em usos profanos.

A sua prata, e as suas alfaias caminhavão para a Casa da moeda. Os Francezes, quando em 1808 despojãrão as igrejas, respeitãrão os vasos sagrados reputando como taes as custodias, e os resplendores das imagens: os nossos vandalos indigenas, para salvarem apparencias tambem exceptuãrão os vasos sagrados, mas na execução não entendêram como taes as custodias, de que sómente reservãrão as meias luas, ou ostensorios onde se collocão as sagradas formas, nem os resplendores» E José Acursio das Neves, prossequindo no seu curiosissimo depoimento, conta-nos ainda que: «As imagens dos Santos já andavão pelas ruas de Lisboa. Na sua conducção para o armazem do Colleginho da Graça humas em carros, outras ás costas de Gallegos. E nem escapou o symbolo da fé figura colossal que ornava o frontespicio do palacio do Rocio. Em 30 de agosto de 1822 começou o trabalho de se apeiar esta figura, e concluiu-se em 5 de Setembro pela tarde entre muitos vivas e algazarras da populaça; á noite foi conduzida por quarenta Gallegos, entre as algazarras da mesma populaça rodeada de archotes, e acompanhada da Musica de hum batalhão de caçadores para hum armazem do thesouro velho. Erão as saturnaes da impiedade.» (1)

Não permitem os limites dêste artigo mais dilatada transcrição, mas ela basta para amostra do que foi a experiêcia liberalista dos homens de 1820, a «comedia de mau gosto» de Herculano. No pensamento de outro adversário da superstição democrática, do Padre José Agostinho de Macedo, uma das mais poderosas inteligências e das mais sólidas culturas do século

(1) *Continuação das Cartas aos Portuguezes, Lisboa, 1823, pág.79-80.*

passado, em Portugal, «A Revolução de 1820 foi o attentado maior, e o crime mais execrando, que se cometteo em Portugal desde que começou a ser Reino independente, até aquelle mesmo infausto momento; primeira chapa, que abre o buril da Historia. A Revolução de 1820 foi o alçapão, o engano mais insidioso, que se fez aos Portuguezes desde a origem da mesma Monarchia; segunda chapa que tem que abrir o buril da Historia, e depois destas duas gravuras não tem mais que fazer.» E explicava da seguinte forma a sua afirmativa: «Foi o delicto mais atroz, que se tem commettido, porque despojarão o Rei da liberdade, e da Soberania, convertendo o Governo Monarchico em democratico, dando ao Povo a Soberania roubada sacrilegamente ao Monarca. Todos os outros crimes simultaneamente commettidos não fazem hum crime tão horroroso, e abominavel como este.» (1)

O grito da Liberdade, que os energumenos do *Sinédrio* soltaram no Porto, no dia 24 de Agosto de 1820, daquela Liberdade estrangeira, inimiga das liberdades tradicionais, que os expedicionários da Terceira haviam de implantar definitivamente em 1834, ecoou por mais de um século sobre a terra portuguesa. A obra que iniciavam, foi, como escreveu o sr. Dr. Alfredo Pimenta, «a primeira avançada da Democracia; foi a primeira investida da soberania nacional, foi a primeira República.» Ela conduziria o país à beira de um abismo tenebroso, de que só milagrosamente o Exercito português veio a salvá-lo em Maio de 1926. E não hesito em dizer que veio salvá-lo, porque o notabilissimo discurso proferido pelo sr. ministro das Finanças, dr. Oliveira Salazar, em 30 de Julho do ano passado, (2) e no qual eram traçadas as directrizes da Ditadura, declarada a falência da Democracia e da falsa Liberdade, e proclamado superior «a todos os interesses o interesse de todos — o interesse nacional, marcou inconteste-tavelmente o inicio de nma nova era politica para Portugal. O periodo de guerra civil aberto pelo *nosso S. Bartolomeu* em 1820, êsse periodo a que o meu querido camarada dr. Caetano Beirão chamou acertadamente «a guerra dos cem anos,» encontrou, por fim, o seu termo, no ano de graça de 1930.

(1) Cartas de José Agostinho de Macedo a seu amigo J. J. P. L., Lisboa, 1827, carta 32.<sup>a</sup> pág. 5-6.

(2) Veja-se a revista «Gil Vicente» — VI volume — fasc. 7 e 8, 9 e 10, pág. 119 — 123 e 154 — 163.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Ha que olhar com calma mas com firmeza para a desorientação do momento, e pôr na defeza do intéresse de toda a colectividade pelo ménos a energia e decisão com que outros pretendem impor-nos o intéresse do seu grupo, do seu partido, da sua classe ou simplesmente o triunfo da sua ideologia desvairada».*

ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR.

### Na quinta de Belinho

**O** NOSSO ultimo fasciculo foi consagrado ao grande Poeta Corrêa d'Oliveira. Coincidindo com a passagem do 52.º aniversário do Poeta, reuniram-se na Quinta de Belinho, no dia 30 de Julho pretérito, todos os que trabalham nesta revista, para prestarem ao Poeta Corrêa d'Oliveira o preito sincero de muita estima e admiração.

Foi uma festa modesta mas grande pelo seu alto significado, que deixou em todos nós as mais gratas e perduraveis recordações.

Não conhecia pessoalmente o grande Poeta. Conhecia-o, porém, atravez dos seus livros tão admiraveis, tão cheios de beleza, tão sentidamente portugêses. E naquela tarde mais fortemente me senti atraído por essa grande alma de portugêes, que foi, na hora incerta e brumosa que passou, o cantor glorioso dos nossos destinos históricos e o mensageiro da hora nova e resgatadora de Portugal.

Agora é ainda Corrêa d'Oliveira que eleva as nossas almas na contemplação dos horisontes claros anunciadores da era nova que vai seguir-se e que êle, com a sua mística cristã e nacionalista, com os seus livros de maravilha, com os seus versos de tão suave ritmo e tanto ao sabôr popular, foi paciente e profecticamente preparando.

Da nossa homenagem guarda o Poeta o fasciculo que lhe entregamos, com uma capa de percalina que Laurentino Cerdeira, nosso hom camarada, desenhou com arte e com sentimento.

Dessa visita ao Poeta guardo eu as mais belas recordações. E não esquecerei nunca aquele abraço amigo em que Corrêa d'Oliveira, na hora da despedida, me apertou de encontro ao seu peito forte de português.



**NA QUINTA DE BELINHO EM 30 DE JULHO DE 1931**

**Os Directores e Redactores da nossa Revista com o grande Poeta Corrêa d'Oliveira**

**Da esquerda para a direita: D. Bernardo Ferrão, D. José Ferrão, o Poeta Corrêa d'Oliveira, Dr. Guilherme de Barros Vasconcelos, Manuel Alves de Oliveira, Pe. Francisco Fernandes Silva, Dr. Bento Caldas, Alberto V. Braga e Horácio de Castro Guimarães.**

(Cliché de Laurentino Cerdeira).

Nêsse momento, que recordo enternecido, senti bem que «entre nós e a harmonia dos céus — como muito bem o reconheceu o primoroso escritor Jaime de Magalhães Lima —, está um enviado» que se crucificou «na sua religião, pela própria salvação e pela salvação da pátria e do próximo.»

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1830

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Julho

**Dia 1** — Por acordam da Alçada do Porto foi julgado o processo sumario do réu João António Gomes, negociante desta vila, que foi condenado em 2 anos de prisão, levando-se-lhe em conta o tempo da que tinha sofrido nas cadeias da Relação.

**Dia 3** — Por decreto desta data, foi reformado, na conformidade da lei, o coronel do regimento de milicias de Guimarães, António Cardoso de Meneses Ataíde Sousa e Vasconcelos o coronel Lameiras.

**Dia 7** — Vem a justiça eclesiástica de Braga para separar a mulher do «Biquilhau» negociante de mesteiral e morador defronte da casa do Cabido (largo de 1.º de Maio). Quando a mulher saiu da casa do marido foi apupada e apedrejada pelos rapases, vendo-se obrigada a recolher-se na igreja da Colegiada para escapar aos seus insultos. (P. L.)

**Dia 12** — Por acordam da Alçada se julgou o processo sumario do réu José da Ermida, cordoeiro, natural de Guimarães, assistente na cidade do Porto, que foi condenado em 2 anos de trabalhos públicos da calceta da mesma.

**Dia 17** — Decreto nomeando Coronel do regimento de milicias de Guimarães, o tenente de cavalaria, Barão de Vila Pouca.

**Dia 21** — Em vereação: por queixas feitas a este Senado, que na freguezia de Santa Maria de Souto se andam a fazer

algumas casas no monte maninho, sem titulo algum: determinaram que se passe ordem assinada pelo presidente para se demolirem as mesmas casas, notificando-se imediatamente quem as andar a fazer para apresentar titulo no acto, e não o fazendo se proceda à demolição.

**Dia 24** — Em cumprimento do officio de 20 dêste mês, do dezembargador corregedor, a câmara nomeou recebedor geral do almoxarifado das cisas da comarca, por haver falecido José de Castro Sampaio, Domingos Gonçalves Pereira, negociante e proprietário da rua Travessa, o qual prestaria 2 fiadores chãos e abonados. O vereador João Pinto de Carvalho Sousa da Silva, assinou vencido.

Alvará do Presidente da Alçada do Porto citando, por editos de 2 meses, 68 réus, que estavam auzentes, pronunciados em diferentes Devassas de rebelião remetidas a esta Alçada, entre os quais: José Peixoto de Freitas, de S. Romão de Arões, comarca de Guimarães; José Joaquim Vieira, assentista de Guimarães, pai do barão de Paçõ Vieira; José Peixoto de Veloso, da mesma; e Miguel Fernandes da Silva Vilela, da praça de S. Tiago, para virem livrar-se das culpas que lhes resultaram das ditas devassas.

**Dia 28** — É eleita abadessa de Santa Clara, D. Caetana (Clara dos Prazeres) da Porta da Vila. (P. L.) — Nota: O sr. Abade

de Tagilde, na resenha das abadessas de Santa Clara, fl. 27 do vol. x. da *Revista de Guimarães*, diz que foi a 28 de Agosto.

## Agosto

**Dia 1** — Chega noticia de ter sido nomeado coronel de milicias desta vila o Barão de Vila Pouca. (P. L.)

**Dia 2** — Decreto de El-rei D. Miguel, porque, continuando a merecer a Sua Real contemplação os serviços praticados pelo Visconde da Azenha, Martinho de Morais Corrêa de Castro, houve por bem verificar na pessoa de seu filho primogénito, Bernardo Corrêa de Morais e Castro, a 2.<sup>a</sup> vida que lhe foi concedida no mesmo Titulo por Decreto de 3 de Julho de 1823.

**Dia 3** — Decreto nomeando coronel agregado do batalhão de voluntários realistas de Guimarães, Fortunato Cardoso de Meneses Barreto.

**Dia 4** — Por acordam da Alçada do Porto, fôram regeitados os embargos do réu João Manuel da Guerra, penultimo cónego mestre escola da colegiada de Guimarães, condenado em 5 anos de degredo para as Ilhas de Cabo Verde e em 200 mil reis para as despezas da Alçada, com declaração, porém, que, atendendo ao estado morboso, crónico e incurável em que se achava o dito réu, verificado pelo exame a que procederam os 2 médicos da Relação, foi-lhe comutado o degredo em 5 anos de reclusão no convento de Santo António, da vila de S. Pedro do Sul, comarca de Vizeu.

**Dia 5** — Sai da casa do Lameiras a bandeira do batalhão de milicias desta vila e vai para casa do novo coronel, o Barão

de Vila Pouca, acompanhada por uma companhia de milicianos. (P. L.)

**Dia 6** — Por acordam da Alçada do Porto, fôram regeitados os embargos dos 3 réus condenados em 19 de Maio d'êste ano (vêr esta data), Padre José António de S. Paio — o Dionisio, fr. Fortunato de Santa Rosa e Vasconcelos e Padre Rodrigo Joaquim de Meneses.

**Dia 7** — Na cidade do Porto fôram metidos a bordo do hiate S. António Feliz 24 presos, condenados por acordãos da Alçada em degredos perpétuos e temporários para os domínios portugueses em Africa e Asia, para serem conduzidos à praça de Cascais e dai à torre de S. Julião da Barra, onde ficavam à disposição do Intendente Geral da Policia da Côrte e Reino, para seguirem os seus destinos na conformidade das reais ordens. Entre êstes presos iam José de Sousa Bandeira, escrivão em Guimarães, natural de Lisboa, condenado em degredo perpetuo para o presidio de Pungo Adongo. — O Padre José António Sampaio, «o Dionisio», presbitero secular, natural de Guimarães, condenado em degredo perpetuo para o presidio de Farzim. — Frei Fortunato de Santa Rosa Vasconcelos, da Ordem de S. Domingos, natural de Guimarães, condenado, como o acima, para o das Pedras Negras. — O Padre Rodrigo Joaquim de Meneses, egresso de S. Jeronimo, natural de Guimarães, como ôs outros para Caconda.

**Dia 11** — Entre os emigrados portugueses em Plimouth que assinaram uma adesão à declaração e protesto que nêste dia 11 alguns deputados portugueses residentes em Paris fizeram «contra todo e qualquer acto tendente a revogar ou modificar as Instituições Políticas dadas à Nação Portuguesa por seu Rei legitimo e por ela aceites e juradas» é a 2.<sup>a</sup> assinatura a de Manuel Inácio Pereira de Morais Cabral, provedor da comarca de Guimarães.

**Dia 14** — Por officio datado do Quartel General, em Braga, assinado pelo Visconde de Santa Marta, marechal de campo, encarregado do Governo do Minho, são demitidos os 5 officiaes subalternos da capitania-mór de Ordenanças de Guimarães, srs. António do Espirito Santo, ajudante do estado maior ; José Caitano da Silva, alferes do estado maior ; Bento José Coelho Rodrigues, alferes da 1.<sup>a</sup> companhia ; José Pereira Barbosa, idem da 2.<sup>a</sup> (êste demittido por não convir ao R. Serviço), e António José Fernandes, idem da 3.<sup>a</sup> companhia.

**Dia 17** — Morreu D. Clemencia Clara, viuva do comendador Lourenço Machado de Miranda Gusmão, Breia. Foi sepultada no dia 19 na igreja de S. Francisco. (P. L.)

**Dia 20** — São assinados os 5 dias da praxe ao presbitero Jerónimo Pinto Ribeiro, natural de S. Martinho de Sande, pronunciado pela Alçada do Porto. Fôra preso em Penafiel. A 20 de Junho de 1831, em cumprimento de ordens superiores, foi-lhe comutada a pena de reclusão, em que fôra condenado, na de 6 meses de prisão no aljube de Bragança, para onde foi remetido em 27 do mesmo mês.

**Dia 22** — Chega aqui o general da provincia, Visconde de Santa Marta, e hospeda-se em casa de seu primo o Barão de Vila Pouca. (P. L.)

**Dia 25** — Sai daqui para Braga o Visconde de Santa Marta, general da provincia. Na sua saída foi o batalhão de voluntários realistas espera-lo ao Campo da Feira onde êle, general, lhe fez uma espécie de revista e depois marchou, acompanhado dos officiaes dos voluntários e várias pessoas, principalmente militares. (P. L.)

**Dia 26** — Alvará do presidente da Alçada do Porto, citando por editos de 2 meses 84 réus pronunciados na devassa e

que se achavam ausentes, entre os quais José de Vasconcelos Ataíde de Meneses, ex-provedor de Castelo Branco e o padre Manuel Joaquim Rodrigues, coadjutor da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, para virem livrar-se das culpas e crimes.

**Dia 28** — Deu entrada na cadeia da correição José Ferreira Barbosa, de S. Lourenço de Sande, alferes de ordenanças da mesma freguesia, 34 anos, casado. Foi para a Relação do Porto a 1 de Maio de 1831 por ordem do corregedor.

## Setembro

**Dia 1** — Por acordam da Relação do Porto se fez auto sumário ao réu José Dias de Castro, negociante de lãs, preso nas cadeias da Relação, e se lhe assinou os 5 dias para êle dizer de facto e de direito.

**Dia 3** — Morreu João Manuel de Passos «Provem», Caneiros, proprietário e morador no terreiro de S. Francisco. Foi sepultado no mesmo dia na igreja de S. Francisco. O seu funeral foi o mais simples que pôde haver, sendo até enterrado de casaca. (P. L.)

**Dia 19** — Morre em casa de seu pai, em Brito, frei Domingos (do Rosário e Silva) Caserna, e vem no dia seguinte enterrar ao seu convento de S. Domingos (na 2.<sup>a</sup> sepultura detraz da capela do Rosário para a parte da sacristia). (P. L.)

**Dia 22** — Morreu o «Biquilhau» da praça. Foi sepultado no dia seguinte na capela dos 3.<sup>os</sup> Dominicos. (P. L.)

**Dia 24** — Por acordam da Alçada do Porto, foi julgado a final o processo sumário dos réus José Dias de Castro, negociante de lãs e Francisco José Teixeira, ambos desta vila, cujas culpas se julgaram expiadas com o tempo da prisão que sofreram desde

Outubro ou Novembro de 1828. O «Correio do Porto» dá êste acordam, com relação ao 1.º réu, nesta data e em 30 dêste mês.

**Dia 25** — Alvará do presidente da Alçada do Porto, citando por editos de 2 meses 145 réus que estavam ausentes, entre os quais o bacharel Joaquim Pinto Teixeira de Carvalho, desta vila, para comparecerem, a fim de se livrarem das culpas e crimes porque se achavam pronunciados pela Alçada. E por outro alvará, de 28 dêste, em que para o mêsmo efeito são citados mais 91 réus é também incluído Bento José Ferreira Guimarães, negociante desta vila.

**Dia 28** — Deram entrada na cadeia da correição.

Vindos da cadeia de Fafe, por ordem do respectivo juiz ordinário, João Batista de Araujo, cavaleiro da Ordem de Cristo, de 57 anos, casado e seu filho Francisco Julio de Araujo, solteiro, de 21 anos, naturais de Vila Real. Em 1 de Maio de 1831 fôram para a Relação do Porto por ordem do corregedor.

Vindos do Castelo, por ordem do corregedor: (1) Jacinto Gomes de Oliveira, de 44 anos, casado, negociante desta vila —

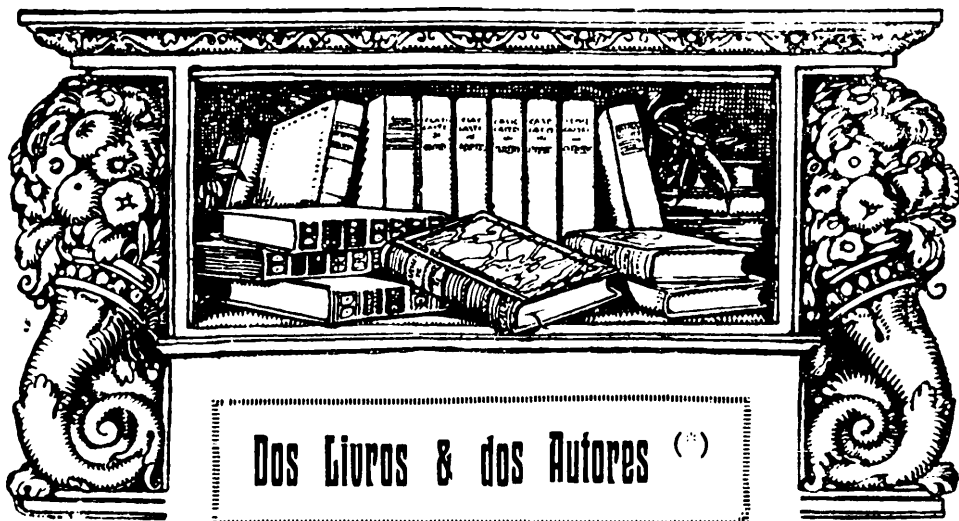
(2) António Ferreira de Melo Coutinho, de 73 anos, casado, da freguesia de Medelo, que havia sido preso a 8 de Outubro de 1828 pelo destacamento então em Fafe, que o trouxe para o Castelo — (3) António Moreira Alvações, de 24 anos, solteiro, caixeiro de Manuel Batista Sampaio, desta vila. O 1.º foi para a Relação do Porto a 13 de Agosto de 1831; o 2.º tornou para o Castelo em 15 de Julho de 1831 e voltou para esta em 13 de Agosto e para a de Bragança a 31 de Agosto de 1831 — o 3.º voltou para o Castelo em 30 de Junho e voltou para esta a 13 de Agosto de 1831.

**Dia 29** — Iluminação geral, repiques em tôdas as tôrres e bastantes foguetes, por ser o dia do nome de S. M. o sr. D. Miguel I (P. L.)

Casa em S. Miguel das Caldas o visconde de Azenha, Bernardo Correia, com D. Maria Custódia de Sousa Vasconcelos e Gouveia Coutinho, filha do Chanceler do Porto José Inácio de Pais Pinto de Sousa e Vasconcelos, da vila de Freixo de Numão, comarca de Trancoso.

JOÃO LOPES DE FARIA.





PLANALTO (Versos) por *Fausto José* — Edição da «Presença».  
— Coimbra. 1930.

Já há muito que eu conhecia de nome Fausto José, como um dos melhores valores poéticos das tertúlias académicas de Coimbra, — velho alfôbre de literatos e doutores, que o milagre de sucessivas gerações académicas eternamente remoja e viceja...

O que eu não sabia, (e que a *indiscreção* dum amigo comum me revelou) é que o poeta Fausto José não é mais do que a *reincarnação* do poeta Fausto dos Santos, antigo e apreciado camarada de letras nas páginas da «Labareda», nesses satídosos tempos em que, com Marques de Carvalho e Vasco Rodrigues, dirigi, no Porto, essa Revista. E deu-me prazer a noticia, porque julgava já Fausto dos Santos, como tantos outros camaradas de talento que tenho conhecido, definitivamente desligado da vida literária. Felizmente, porém, o velho camarada da «Labareda» surge de novo, sob o nome de Fausto José, a alimentar o *fôgo sagrado*, com uma nova braçada de produções de valor.

*Planalto* é o seu segundo livro de poesias (depois da *Fonte branca*, publicado em 1929 e que não tenho o prazer de conhecer). Logo reconheci nesses versos, repassados dum lirismo muito natural e doce, a antiga maneira do poeta, que sempre admirei e estimei pela sua inspiração espontânea e simples. Mas também notei, que Fausto José, durante esta meia dúzia de anos em que não voltei a ler nada seu, conseguiu progredir e aperfeiçoar-se bastante. Ele, que possuía já um temperamento nato de poeta lírico, adquiriu agora mais intensa vibração animica, como se pôde verificar pelas suas poesias *Mortos*, *Longe*, *Para além da morte* e *Gruta*, dum subjectivismo tão subtil. Em outras, como por exemplo: *Planalto*, *Tarde de inverno*, *Cantores*, *Manhã*, *Cegos*, etc. ganhou um forte poder de descritivo, côr, naturalismo.

Onde, porém, Fausto José é bem o antigo Fausto dos Santos, é na simplicidade quasi ingénua dessas lindas poesias, de tão suave lirismo: *A uma macieira florida*

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

*Minha romeirinha,  
De olhos sôbre o seio,  
Num cândido enleio,  
Com seu lenço verde,  
Verde de ramagens . . .  
Seus lentos meneios  
Doces . . . das aragens! . . .*

*Natal, Versos de pura saúde e Uma história simples*, onde o poeta nos fala de «uma menina» que «foi dos meus sonhos prometida» . . .

*Fiel e dócil companheira,  
Em mim vivia prisioneira,  
No seu jardim pequenino,  
No mundo que em mim trazia . . .  
É dos sonhos que sonhava,  
Como brinquedos que eu lhe dava,  
Seus olhos verdes recreava:  
Eu chorava . . . ela sorria! . . .*  
.....

A edição, duma sobriedade elegante, é da revista «Presença», de Coimbra.

A SANTA DOS IMPOSSÍVEIS — por *José Agostinho* — Edição da Parceria António Maria Pereira — Rua Augusta, 44 a 54 Lisboa, 1931.

O snr. José Agostinho é um polígrafo distinto, que suficientemente tem afirmado já o seu nome em diversos e notáveis trabalhos de erudição e de crítica. E se para o impôr à nossa admiração e respeito, não bastasse apenas o valor intrínseco de muitas das suas obras, o seu esforço infatigável de publicista honesto e consciencioso e a severa imparcialidade das suas críticas literárias no jornal «A Voz», — o livro que temos presente seria suficiente para consagrar, a nossos olhos, o labor apologetico d'êste escritor de tão excelentes intenções.

O snr. José Agostinho deu-nos, em «A Santa dos Impossíveis», uma monografia romanceada da adorável Santa Rita de Cassia. É um livro cheio de misticismo e leveza, onde a vida gloriosa dessa angélica *Perola da Umbria* resplandece, como sôbre o fundo azul do Céu, o oiro refulgente dum sol sem manchas.

Estilo sóbrio, natural e corrente, — como requerem narrações d'êste género — mas sem perder em valor literário e artistico, todo o livro se lê com interêsse e prazer, porque o seu Autor sabe prender-nos a atenção no desenrolar da vida formosa desta Santa. De todas as personagens do romance, é sempre Santa Rita de Cassia aquela que mais se nos impõe e se sobreleva; mas apesar disso, são duma beleza impressionante as figuras que o Autor deixa envoltas na suavidade duma penumbra ascética, como Fr. Gonçalo e Lucrécia.

«A Santa dos Impossíveis» é, pois, por todas as razões, um livro de arte e apologetica, que todos os católicos devem ler e possuir.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.

MARIA A PECADORA, por *Nuno de Montemór* — União Gráfica. — Travessa do Despacho, 16 — Lisboa, 1930.

Mais um livro formoso do infatigável trabalhador das lêtras cristãs, que é Nuno de Montemór.

*Maria a pecadora*, faz-nos reviver as cénas mais salientes da vida de Jesus. A descrição da paisagem, transporta-nos aos lugares onde nasceu o Redentor

e onde se desenrolou a tragédia do Calvário. E' feita com tal colorido e com tanta precisão que, pode-se dizer afoitamente, o A. conseguiu vencer a maior dificuldade num trabalho de tanta responsabilidade e de tão grande valor.

Depois a maneira como se descreve a vida e costumes da época, o arrependimento e conversão de Maria de Magdalo, o estilo simples e primoroso que, de tão simples e tão belo, nos arrebatava, elevando o nosso espirito bem alto, para além das mesquinhas coisas dêste mundo, tornam êste livro uma bela joia literária que faz bem às almas, purificando-as.

Na verdade não ha, — na época de tão profunda crise moral que atravessamos, — melhor incentivo ao resgate do espirito que lêr e meditar e sentir tôda a beleza e grandeza que se desprende da vida de penitência que Maria de Magdalo — a grande pecadora, — abraçou resignada e corajosamente para se tornar santa.

Este formoso livro de Nuno de Montemór, misto de arte e de apologética, deve sêr lido por tôda a gente, porque dêle se destila um balsamo suavissimo que refrigera as almas e purifica os espiritos.

As nossas letras ficam devendo a Nuno de Montemór, a êsse obreiro magnifico da seára do Senhor, mais um livro valioso, porque *Maria, a pecadora*, além de sêr uma obra moralizadora e apologética, é também, um trabalho literário de notável perfeição que vem enriquecer e elevar a literatura portugêsa contemporânea.

GUÉRISONS DE LOURDES EM 1927, 1928 e 1929, pelo  
*Dr. Augusto Vallet*. Pierre Téqui, Libraire E'diteur — 82, Rue  
Bonaparte, Paris, 1930.

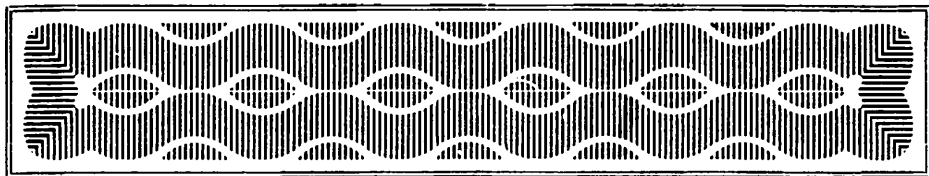
O eminente director do *Bureau des Constatations Médicales*, de Lourdes, estuda neste precioso documentário 22 casos de cura, verificados nos anos de 1927 a 29.

Ha quem queira desmentir os milagres de Lourdes, attribuindo - os a uma sugestão de momento. Neste livro do dr. Vallet demonstra - se o cuidado e prudencia com que são apurados os muitos casos de cura. Vê - se, por êle, que não ha, em Lourdes, a preocupação de *fazer milagres*, mas sim a de verificar as curas que se apresentam com caracter sobrenatural.

LES PUISSANCES MORALES ET SURNATURELLES  
DES FEMMES, por *J. M. Tissier*. — Piérri Téqui, Libraire  
— E'diteur. — 82, Rue Bonaparte, Paris, 1930.

Fala - se hoje muito em feminismo, nos direitos das mulheres e na sua emancipação. Geralmente os apóstolos desta doutrina defendem o amor livre, o divórcio, o onamismo. Para êles, são êstes os principios em que deve assentar a *emancipação* da mulher. A missão da mulher, demonstra - o Mgr. Tissier, ilustre Bispo de Chalons, deve circunscrever-se ao Lar, à Família. A dedicação, a virtude cristã, a fé, a caridade a educação, a força de sacrificio, é que impõem a mulher, a elevam e a dignificam; dignificando-a, também, como Esposa e como Mãe.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# DISCURSO

---

do Poeta Lusitana António Corrêa de Oliveira, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada em Belinho, pela nossa revista, em 30 de Julho de 1931, e que, por se haver desencaminhado o manuscrito, só neste n.º de «Gil Vicente» foi possível arquivar.

SENHORES DIRECTORES DA REVISTA «GIL VICENTE» ;  
ILUSTRES CAMARADAS ;  
AMIGOS MEUS :

.....

**H**AVENDO a «beleza que não morre», não será herético desmando filosofar que também haverá gestos e sons perpetuando-se através dos tempos, além das coisas,—sobretudo quando elles foram, (ou vão ser) vivos e destinaes reflexos da alma colectiva em Sonho e Acção.

.....

Ontem, da minha alta varanda, e alta noite, eu olhava o mar, quando a lua deixava nas ondas aquella imensa esteira de oiro à qual eu chamo a estrada da India.

Em vós cuidava, Amigos.— Pois em que pensaria eu ontem, em quem pensarei eu amanhã, se não em vós, na vossa visita, na vossa bondade para comigo? Eu bem sabia quem sois, meus nobres camaradas; e de onde virieis; e a que virieis,—vós que tanto trabalhais em endireitar os caminhos da Pátria para que eles tornem a ser os esplendidos e santos caminhos do Senhor.

Cismava na vossa jornada; e, passo a passo, sentimento a sentimento, a fui seguindo, na minha fácil e ávida e imaginativa, por oiteiros e vales, fraguêdos e hortos, desde as coroadas alturas de que descestes, ao nascente das terras portuguezas, até este fundo êrmo em que vivo

(lusco-fusco de arvoredos e praias) e onde tenho a ventura e a honra de vos abraçar.

.....  
 Desfez-se a enluarada esteira que de longe vinha, no tremor das ondas, como cansado, perdido caminho, entre poeiras de ouro, miragens de névoas, «fumos da Índia...»

De novo o pensamento me levou, desejoso de segurança e refúgio, lá cima, aos sagrados montes que foram os primeiros degraus do Trono português, chão firme de Portugal.

Visionei a Póvoa primitiva (que persistiria, como certas ervas, natural virtude do solo, subsistem a tôdas as culturas invasoras...) o crasto céltico; a latina Via Maris; as tôrres conventuais de Mumadona; enfim, os Paços nupciais de Teresa e Henrique.

E, revivendo certo Auto da «Hora Incerta», a mim mesmo perguntava se, — por uma noite assim, em que a lua parece a saudade de quantas luzes se apagaram, o próprio Silêncio parece o fantasma de quantas vozes se calaram, — não seria possível, — colado o ouvido às derradeiras pedras do vosso Castelo, — sentir ainda o ritmo daquêlo Bêrço que, acalentando o sôno (e já talvez o Sonho) dum terno infante, embalava uma das mais belas, fortes, egrégias Nações da história toda.

*«Que rumor seria aquêlo,  
 Na Torre, tão alto e fundo?  
 Talvez embalo dum bêrço,  
 Se um bêrço embalasse o mundo.*

*— Trupe! trupe! — O chão tremia;  
 O som esvai-se na luz.  
 Foi o coração da terra?  
 Foram passos de Jesus?*

*Nem o mar, batendo em ondas  
 Praias de bronze... Afinal,  
 Era a Virgem, embalando  
 O bêrço de Portugal.*

Sim! Pareceu-me que tal maravilha seria possível; pois que, se há «a beleza que não morre», gestos e palavras haverá também que espiritualmente se perpétuam, sobretudo quando forem a expressão duma Pátria que se move ao seu destino, a voz dum Povo que mal balbucia

ainda e logo canta, comanda e reza, qual nenhum outro melhor cantou, comandou e rezou.

Amigos! Essas são as terras sagradas de onde vindes carinhosamente, luminosamente, até ao meu obscuro Recolhimento; o torrão benedito de que me trazeis as mais piedosas, láureas, entrelaçadas palmas; a Cidade formosa e gloriosa onde a nossa Raça começou a dar às Espanhas, e logo ao mundo inteiro, suas nobres, magnificas, civilizadoras audiências de Pátria livre...

Ah! livre para sempre: porque, impassível em seu corpo de montanhas, mais imortal ainda no seu predestinado espirito, jámais as salgadas lágrimas da maior provação a dissolveram; jámais sombra que passasse lhe roubou a luz natural e irradiante; jámais o fogo de ambições estrangeiras de todo conseguiu ou conseguirá fundi-la no sôfrego e afogador abraço de outro Povo.

Eu sei, ó bons Amigos meus! a châma de puro e pátrio amor que arde em vossos corações.

A água que vos baptizou na Graça de Jesus Cristo, porventura rompeu do mesmo veio profundo que levou a inconfundível e imperecível graça da terra portugueza à pia baptismal do primeiro Afonso.

Quantas vezes, ao folhear a vossa Revista, (Lunário dos Tempos Novos, Borda d'Agua das eternas sêdes...) eu tenho sentido, no frêmito das suas páginas, não sei que rumor, ritmo de bêrço... Ah! mas não um bêrço que acalente e adormeça mais, não! pois já longos, tenebrosos e soturnas horas terá adormecido. Antes, ó meus irmãos em Pátria e em Cristo! um bêrço que acorde, para as santas e efectivas realidades e alegrias do mundo inteiro a reconstituir, o renascido Sonho da Nacionalidade.

Senhor! Envia o Vosso Espirito: tudo será criado e renovareis a face da terra.

\*

Pensando isto, melhor se comprehendem os extremos do meu jubilo, a singular, particularissima significação desta hora em que desceis os degraus do vosso Castelo a acarinhar, louvar, sobremaneira enaltecer — em magnanimidades de simpatia, — o que de portuguez porventura possa haver na minha pobre, confusa, amontoada obra.

— Deus vos pague, meus Amigos, Irmãos meus! a excessiva, triunfante recompensa que soberánamente me dais.

Uma só névoa poderia esmaecer tamanha alegria: a consciência de que não a mereço.

Fôra eu um grande Poeta, e então sim! Porque os poetas de génio, em verdade, algumas vezes compuseram, cantando, na solidão e amargura dos seus retiros ou exílios, a Regra Moral (e até a Regra Política!) da sua Raça.

Porém, a que incomensuravel, sombria distância, eu estou de tão relumbrantes cumeadas!

Jámais a minha inspiração por lá condorou, — ela, o humilde, quási bárbaro pardalito que nos beirais da pátria-casa foi criado e, sem altas e longínquas largadas de vô e canto, ali fez seu ninho de todo o sempre.

No entanto, talvez seja isto mesmo que vos entenece: Não festejais na minha voz de simples tropeiro o roussinol que vem dizer Cantiga de universal lirismo e logo abala mal a estação propicia declina; mas sim a caseira avesita que, bem ou mal, conforme soube e pode, chalrou alegrias nas manhãs de Maio, e ficou ainda; e sempre, — quantas mais penas mais alma... — nos longos, chorosos, doloridos invernos.

Certo que não mereço esta hora encantadora e glorificadora, como não mereci as que, desde o milagre de Coimbra, ultimamente me teem deslumbrado: Não me cansarei de o repetir: a outros bem melhor caberia.

Não porque amem mais a nossa Terra, não! Mas sim porque, sem duvida, mais esforçadamente de que eu (cenobitico e penumbroso contemplativo que sou) a teem servido, seja pela beleza, pelo ensinamento ou pela acção heroica e reconstrutiva.

\*

Como cantante pancada de aureo timbre, há pouco eu disse a palavra — Coimbra. Coimbra! Deixai que eu profira ainda a palavra saudosa, maravilhosa e linda: Coimbra! Deixai que eu associe, na minha lembrança e na minha gratidão, a hora de hoje áquelas outras horas do mais comovido sorriso e felizes lágrimas que sorrido e chorado tenho.

Eu creio que as duas Festas (como ainda há dias, a dos estudantes de Braga) intimamente se aparentam.

O mesmo espirito lhes deu corpo: a Arvore alongando os braços... E tanto assim que — oh bom Destino! — agora e aqui mesmo nos meus braços tive alguns daquêles corações que, sob as doutouras capas, mais ardente e devotadamente por mim pulsaram nos meus gloriosos dias de Quintanista Coimbrão.

Bem parece que, apesar de tudo, a mão de Deus se estende às vezes sôbre os poetas.

Senhores e ilustres Directores da Revista "Gil Vicente": de todo

o meu coração e do melhor do meu espírito, — obrigado! A quantos os acompanharam nesta caridosa, amorabilíssima visita, — Bem hajam.

Senhor D. José Ferrão: o seu discurso, tão lindo, tão carinhoso, entrou-me na alma: ela lhe servirá de memória! Confesso: tão poderoso comunicativo êle é em suas magnanimas afirmações, que, a ouvi-las, um deslumbramento de orgulho me venceu: mais do que simples e belas e amigas palavras, aí julguei ver (tanto póde o amor próprio!) um facto, uma sentença da minha vida literária... O Céu lhe ponha a virtude!

Senhor Manuel Alves de Oliveira: em si eu desejaría saudar também a vossa, a nossa querida Revista. Sei que esta será a melhor maneira de exprimir-lhe a minha gratidão, — porque sei as energias, o amôr, a fé, os sacrificios, o talento, enfim, o Sonho e a Acção que ela custa à sua vida e à sua alma de batalhador estrénuo.

Ao Senhor Laurentino Cerdeira, Director-representante de «A Ordem Nova» que generosamente se associou a esta grande Festa, sobremaneira honrando e ilustrando, mais uma vez, meu pobre nome de artista, de igual forma as profundas homenagens do mais comovido reconhecimento.

Este n.º da «Gil Vicente» com sua formosa e preciosa capa e simbolo que tanto ensina e edifica, eu o beijo e guardo para o legar a meus filhos como um troféu e uma reliquia.

Já de relance vi, no meio mistério das suas páginas, nomes queridos e venerandos: Que, lá de Cima, Deus os abençõe pela benção que sobre mim fizeram.

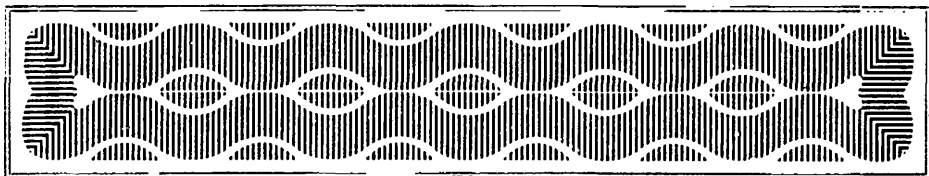
\*

Mas, agora que a Investidura está feita (e que insignias estas!) eu vos solicito a um doce encontro com aquelas árvores que, lá de fóra, há tanto tempo ávidamente nos espreitam.

É justo! Á sua sombra compus a maior parte dos meus versos: é justo que elas vos desejem conhecer e de alguma forma vos agradeçam, no verde orgulho das suas pompas, a triunfal alegria que me enche o coração, — também, de qualquer forma, se sentindo poetas com direitos de autoria!

— Camaradas, Amigos: que pela mão dos meus filhos a quem assim beijais, se esfolhem, sob os nossos passos, ao solsinho da tarde, as melhores rosas do meu jardim.





# Santo António no Teatro Português (\*)

por HIPOLITO RAPOSO

## I

**Q**UANDO Santo António nasceu, esta cidade de Lisboa contava apenas quarenta e oito anos de portuguesa e de cristã.

Era por então a urbe de um porto púnico-árabe, reflexo levantino no mar do Ocidente, que recobria na ondulação de congostas e hortejos, os declives âsperos do Castelo. Ao favor do sol, o casaredo pardacento escorregava para o Tejo, até ao rés d'agua, nas areias baixas de Alfama. Sôbre o lado oposto, fóra de portas, tinha assento de obrigação o bairro da Mouraria, por onde se aglomerava, confusamente, a população tolerada dos vencidos.

Para além da cinta da muralha mourisca, noutra colina mais luminosa e rica de longes, era o mosteiro de S. Vicente, cuja primeira pedra o Rei-Conquistador lançara, trinta dias passados sôbre a tomada da cidade, em cumprimento do voto feito no fragor do arraial.

A Sé era ainda branca, toda a face clareava no aparelho das cantarias e arquivoltas, tendo-se por duvidoso se estaria completa a fábrica principal, nesses anos de inquietação, perigos e sobressaltos, em que ia decorrendo a infância da nacionalidade.

Numa casota do sitio da Pedreira, nos terrenos ribeirinhos que haviam oferecido as rochas para os altares cristãos, devemos crer que no local até hoje consagrado pela tradição ininterrupta, nasceu o português Fernando, à vista das águas amplas do porto, *em cuja especiosa bahia o*

---

(\*) Conferencia feita no salão do Conservatório Nacional, em a noite de 12 de Junho de 1931.

*mar começa rio, o Tejo acaba Oceano*, no dizer gongórico de um cronista. (1)

Lisboa, para a Europa central, era uma terra *in extremis mundi sita*, ficava no cabo do mundo, conforme o exacto parecer de um biografo da *Legenda prima* do Santo. Às suas praias podiam vir piratear as faluas mouriscas de Alcacer do Sal, cujo castelo ainda manteria, até 1217, a honra da vanguarda islamita contra as avançadas de Palmela, já cristã e fiel ao Rei.

Se para a soberba empolada da heráldica antiga, a geração de Fernando não se confunde em duvidas, erguendo-o como flôr do sangue de uma arvore frondosa com raizes em tronos, a história mais exigente resigna-se a aceitar a sua corrente filiação como hipótese que está longe de se documentar em certeza. Apenas o nome Fernando, pode induzir à suposição da sua ascendência germânica, dado que muitos cavaleiros cruzados viveram em Lisboa e bastantes ajudaram a reconquistar-la aos mouros.

Da casa paterna, na vizinhança das cabanas dos pescadores da Ribeira, no convívio de pomareiros, cavadores e mesterais, o futuro Santo foi levado a baptizar às fontes da Sé, e ao corpo e alma da Sé se prenderia o seu destino, aprendendo a ler com o mestre-escola, pois que, fóra dos deveres desta dignidade catedralícia, ninguem mais ensinaria em Lisboa as primeiras letras.

Forçoso é admitir que assinalado e rápido seria o seu aproveitamento e exemplar a conduta moral da vida, para que aos quinze anos já fôsse digno de receber o hábito de noviço das mãos de D. Gonçalo Mendes, Prior do Mosteiro de S. Vicente de Fóra, entrando assim na regra e ordem de Santo Agostinho. (2)

Dois anos depois, em 1212, segue para Coimbra, onde vai incorporar-se na comunidade do Mosteiro de Santa Cruz. Como seja preciso justificar esta mudança, a generalidade dos biografos do Santo atribuem-na a um impulso de maior rigor ascético, a um propósito de se desprender, mais ainda, dos vãos romores do mundo com que amigos e parentes insistiam em violar o silêncio do claustro de Lisboa.

Afigura-se vão e insubsistente o intuito de esquecer as realidades possíveis, trocando-as por hipóteses imaginosas. Frei Fernando tem dezassete anos. Os cursos da Sé e a instrução claustral de S. Vicente já

---

(1) Fr. Braz Luis de Abreu — *Vida de Santo António*, pág. 5.

(2) Manoel Bernardes Branco — *O Padre Santo Antonio Lisboa*, pág. 21.

os venceu, mas eles não bastam ao desejo de um frade moço que Deus dotára de excepcionais talentos.

O próprio Prior do mosteiro facilitaria a transferência para a casa-mãe de Coimbra, depois de ter meditado nas vantagens de dar uma cultura superior àquele seu irmão, digno filho de Santo Agostinho.

Em comparação de Lisboa, Coimbra era então a cidade de maior importância do Reino adolescente. Capital e sede da Côrte, era também a *alma mater* dos estudos dos Portugueses na alta Idade-Média.

A sua importância politica crescia de ano para ano.

Poucos meses antes de ali chegar Frei Fernando, das Côrtes haviam saído as primeiras leis gerais, em que já se revelam vivamente os traços da arquitectura do Estado, equilibrando o poder real centralizador com as liberdades foraleiras do Povo. Também em Coimbra, no próprio ano em que o futuro Santo para lá foi, teria tido singular repercussão politico-religiosa a vitória das Navas de Tolosa (17 de Junho de 1212), alcançada contra Mahomed-el-Nasir pela coligação das armas cristãs da Península.

No Mosteiro de Santa Cruz continuou Frei Fernando os estudos que levava de Lisboa. Por esse tempo, ensinavam ali tres mestres insignes: Frei João, doutor de Paris, professava Teologia; Frei Raimundo era douto em diversas ciencias e letras; Frei Pedro Pires ensinava Gramática, Lógica, Medicina e Teologia.

Talvez algum mestre já fôsse do número daqueles bolseiros de Santa Cruz que à custa da fazenda do Rei Sancho I, por largo tempo andaram em peregrinação de estudo em França, como o célebre cônego Mendo Dias que por lá se graduou em medicina. Já vinha na tradição secular a fama dos estudos conimbricenses e da escola do bispo Dom Paterno, que, fundada no fim do seculo XI, pôde manter-se com vária sorte até 1130, quando D. Afonso Henriques, então com vinte anos, esforçando-se por alargar de Coimbra para o sul, os limites do condado que herdara, já recebia dos Portugaleses o titulo de Rei.

Depois, a êle se devem as condições materiais de desenvolvimento do Mosteiro de Santa Cruz que partilharia mais tarde com Alcobaça a maior glória e utilidade da cultura portuguesa, até à fundação da Universidade. (1)

Insiste-se nesta referencia aos altos estudos de Coimbra, para

---

(1) José Silvestre Ribeiro — *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Literários e artisticos de Portugal* — vol 1, pág. 7 e seg.

tornar fácil e clara a todos a compreensão de que o muito que o futuro Santo Antonio soube e foi ensinar à Italia e à França, em Portugal o tinha aprendido.

Neste aspecto, ele foi para honra da sua e da nossa Pátria, o indice mais alto da cultura das Letras Sagradas no seu século, um valor de universalização que à Europa oferecia a cultura medieval portuguesa.

Enquanto Frei Fernando, desde Lisboa, se ia aperfeiçoando em virtude e letras, S. Francisco de Assis e os frades menores seus companheiros, difundiam pela Ombria e pela Italia do Norte a renovação espiritual que aviventou no seculo XIII o sentido mais puro do Evangelho de Jesus Cristo.

Ser franciscano era saber ser pobre de riquezas e rico de pobreza com alegria; fazer o bem pelo bem e o bem pelo mal; amar os homens como irmãos, em viva caridade, cantando louvores a Deus por todas as suas criaturas.

No ardor do apostolado franciscano, revelado no capitulo do Pentecostes de 1219, decidiu-se mandar a Marrocos novos missionarios que convertessem à Fé de Cristo o próprio Miramolim. Despedidos de S. Francisco, dirigiram-se para Portugal, os seis irmãos escolhidos — Vital, Berardo, Pedro, Adjuto, Acursio e Otão. Agazalhados beneficentemente pela Rainha D. Urraca, os cinco que chegaram a Coimbra, daqui vão pousar em Alenquer onde os recebe o fervor e a devoção da Infanta D. Sancha que, tendo herdado por testamento paterno o senhorio da vila, já nela havia fundado um oratório e uma residencia (1217), quando a Portugal vieram os primeiros frades menores.

Entrados em Sevilha, começaram a prégar pelas ruas e praças, alcançando os âtrios da própria mesquita, com o maior escândalo público. Maltratados e presos, foram enviados ao Miramolim de Marrocos, Abu-Iacube, sucessor de Mahomed el Nasir, o vencido das Navas de Tolosa.

Na côrte de Marrocos, em situação que não está suficientemente explicada, vivia então o Infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II, malavindo com êle, por dissensões na execução do testamento de seu pai e rei.

É de supôr que a este irmão recomendasse D. Sancha os pobres frades, quando partiram de Alenquer, porque conduzidos para a punição à presença do Miramolim, este os confiou ao Infante português, para que os salvasse da morte, dando-lhes saída para Espanha. Mas muito longe estavam os franciscanos de seguir tal caminho: mal se viram em liberdade, começaram de novo a prêgação nos lugares mais concorridos, provocando a excitação do povo.

Começa então uma luta persistente entre os filhos de S. Francisco e o Miramolim — aqueles a procurar ardorosamente o martírio, êste a evitar sacrificá-los, servindo-se repetidas vezes da mediação do Infante D. Pedro. Por último, foi-lhes o desejo satisfeito, vindo a ser degolados, após horrorosos tormentos, em 16 de Janeiro de 1220. (1)

D. Pedro recolheu os cadáveres, tratou de os fazer secar ao sol, no intento de oferecer a Coimbra os despojos dos Mártires, e com eles regressar à Península, acompanhando-os até ao reino de Leão onde ficou, por não poder ainda entrar em Portugal.

Para Coimbra veio o cortejo das reliquias que eram transportadas por uma mula nas arcas de madeira que o Infante mandara preparar, presidindo ao pequeno séquito, D. João Roberto, conego de Santa Cruz e capelão do mesmo Infante.

Em Italia, S. Francisco, ouvida a leitura da relação dos cinco Mártires, feita no capítulo desse mesmo ano de 1221, exclamou alegremente: «Agora posso eu dizer com certeza que tenho cinco irmãos verdadeiros!»

Quando os despojos dos Mártires foram conduzidos em procissão para Santa Cruz, na solenidade se encontrou o Cónego Regrante Fernando que um ano antes vira passar por Coimbra os bem-aventurados frades de S. Francisco, a pedir esmola nos limiares e nas portarias dos conventos.

Neste instante, à vista de tão rápida conquista da glória celeste, a sua mocidade exalta-se, a alma ilumina-se à súbita claridade que lhe abre caminho novo. O cónego estudioso e sábio transfigura-se em missionário, por milagre de ardoroso desejo.

E como o instituto monástico de Santo Agostinho não lhe permita seguir a sua vocação até aos extremos limites do sacrificio, impetra e alcança a mudança do hábito, deixa os in-folios e discussões de Santa Cruz, o regalo e paz do seu mosteiro letrado, para buscar consolação no ermitério que a Rainha D. Urraca dera aos frades franciscanos (em 1219) no alfoz de Coimbra. Sitio embrenhado e áspero, vale de lobos e de tristeza, sob a invocação expressiva de Santo Anton. Por honra do padroeiro dêste ermitério franciscano, tomou Fernando o nome de Anton; mais tarde, após a canonização do antigo cenobita, em cujo nome já prevalecera a forma erudita ou italiana de António, é o ermitério que muda de invocação e de padroeiro, vindo a chamar-se até hoje, Santo António dos Olivais.

---

(1) Visconde de Paiva Manso — *Historia Ecclesiastica Ultramarina*, vol. i, pag. 77; J. Joergessen — *Saint François d'Assise*, pag. 397.

Á imitação dos cinco gloriosos cavaleiros da Senhora Pobreza, dêsses trovadores místicos que sonhavam morrer a cantar nêste mundo, sob os eirados e varandins do ceu, Frei António pôe-se a caminho de Marrocos, pressuroso de chegar, abrasado em sêde de martírio, revelando nêste lance e sempre, na impetuosidade ardente do seu gênio, na combativa audacia da sua índole, no gosto e facilidade da elocução, alguns caracteres comuns à feição da nossa gente portuguesa, e que bem se completam, se lhes acrescentarmos a informação da sua estatura baixa, dos olhos escuros e da pele morena ou bronzçada.

Mas retido ao desembarque por doença que o prostra ou impedido de missionar nas terras do Miramolim, triste e humilhante desilusão o atinge, ao sentir secar-se-lhe, ainda em esperança, a palma do martírio que buscara. Obrigado a regressar a Espanha num navio mercante do Estreito, vê-se conduzido para o Levante por indomável e duradoira tempestade, se é que antes por deliberado propósito não foi aportar à Sicilia, após alguns dias de perigo de naufrágio. Juntando-se ali aos frades de Messina, seguiram todos para o capítulo geral da ordem convocado para Assis, com a assistência de S. Francisco.

Depois, acabadas as sessões e distribuidos todos os irmãos por mosteiros, hospícios e ermitérios, um deles para ali jazia, obscuro e esquecido, cuja companhia não era requerida nem estimada por ninguém.

Era Frei António Português, fraco, doente, mais humilde do que um verme e na aparência, inútil para o que fôsse. Vendo-se assim abandonado das atenções gerais de três mil irmãos seus, rogou ao superior da Província de Romagna, Frei Graciano, que para o seu mosteiro o levasse dali. O provincial, querendo descobrir nele alguma qualidade recomendável e proveitosa para a sua comunidade, perguntou-lhe se ele era padre.

Felizmente, Frei António, segundo se crê, fôra ordenado em Santa Cruz de Coimbra e assim pôde acompanhar o seu novo superior para o ermitério de Montepaolo.

Mas a sua inteligência e a sua alma permaneciam sepultadas em sombras de humildade. E foi em Forli, um ano após, que Frei Graciano o indicou para falar a alguns ordinandos no refeitório ou na catedral, quando todos os presentes se haviam escusado, com a falta de preparação conveniente.

Por obediência, não aceite a sua escusa, Frei António começou a falar e em poucos instantes ali se revelava um prodígio de eloquência e de sabedoria.

Aqui começa o ciclo glorioso do seu apostolado pela Italia e pela França, ensinando, combatendo e persuadindo os herejes, professando teologia em Monpilhaer, em Padua e Bolonha, revelando enfim a ciência das Letras Sagradas e Profanas que adquirira nas aulas de Santa Cruz de Coimbra.

O Padre António Vieira, procurando resumir os passos do Santo e o seu zelo ardente, prégoou um dia estas palavras :

«De Lisboa deixando a Pátria, para Coimbra, de Portugal com desejo de martyrio, para Marrocos, da arribada de Marrocos para Hespanha, de Hespanha para Italia, de Italia para França, de França para Veneza, de Veneza outra vez a França, outra à Italia com repetidas jornadas: com os pés andou a Europa, com os desejos a Africa, e se não levou os raios da sua doutrina a mais partes do Mundo, foi porque ainda as não tinham descoberto os Portugueses.» (1)

Nos anos que viveu depois, a sua glória e prestígio não tiveram par. Desde S. Francisco que lhe chamava seu bispo — *il quale sancto Francesco chiamava suo Vescovo*, ao papa Gregorio IX que, ouvindo-o pregar em consistório, o cognominou *Arca do testamento* e ao Pontífice Leão XIII que em nossas dias o louvou e proclamou *Santo de todo o mundo*, o génio de Frei António é exaltado em todos os séculos, linguas e nações.

Repetindo o eco de tantos louvores, um azulejo esquecido na galilé da igreja de S. António do Estoril, repete o primeiro verso do hino do Cardeal Ruy de Montfort e vai cantando ao romor do Mar Oceano, sem ninguem o ouvir: «(1) *sidus Hispaniae!*» — esplendor de Espanha! (2)

Faz amanhã setecentos anos que Frei António, conduzido do ermitério de Camposampiero sôbre uma enxerga de palha em carro de bois, para se lhe cumprir o desejo de acabar seus dias em Santa Maria de Pádua — teve de ser recolhido, já moribundo, no hospício franciscano de Arcela, nas cercanias da cidade.

Terminando ali, ao por do sol, a afrontosa agonia de uma doença que lhe dilatava e deformava um corpo que já não podia com a alma, anunciou em ultimo suspiro na morte a primeira palavra da outra vida: — *Video Dominum meum!*

Pelas ruas de Pádua, ensombradas agora de um eclipse espiritual, como gemidos da orfandade das almas, vão as crianças chorando: Morreu o Santo! Morreu o Santo!

(1) *Sermões*, Lisboa, MDCLXXXVI — vol. XI, pág. 167.

(2) P. Rolim — *Santo Antonio de Lisboa*, Coimbra — 1931 — pag. 17.

Aqui finda o resumo de quanto se conhece da história deste insigne filho de Lisboa, que em trinta e seis anos de vida, soube ser virtuoso, sábio e pobre, alcançando, a onze meses da morte, que a Igreja o mandasse venerar nos altares, após a canonização solene da catedral de Spoleto, e bem se justifica a letra do louvor antigo que, por « *acções tão gloriosas foi sempre António Santo devotissima saudade dos portugueses.* » (1)

## II

Se pudesse vir ainda a provar-se que Frei António nunca operou milagres enquanto vivo, a ninguém é licito desconhecer o prodigio da extensão do seu culto, logo após a morte. Difundindo-se por toda a Europa, pela Africa e pelo Ocidente, ficou desde então a medir-se com a catolicidade da Igreja Romana.

E aos olhos dos crentes, a figura do moço frade quasi se desprende da sua realidade humana e histórica, aplanando com sua jovial e cândida bondade, os ásperos caminhos que vão da Terra ao Céu. Mortos que resuscitam, recém-nascidos que falam, irracionais que reconhecem a presença dos mistérios, peixes que ouvem sermões, discórdias que se tornam paz, batalhas que se ganham, perigos desfeitos, tentações vencidas, pecadores penitentes, perdidos que se acham, impossíveis convertidos em certezas — tudo se atribui à graça inesgotável do Santo Português.

A Liturgia entôa-lhe hinos, a arte levanta-lhe altares. Um discipulo de Giotto pinta no presbitério de Pádua um fresco de singular candura que foi chamado pelos seculos o verdadeiro retrato do Santo.

Rosto onde só há curvas a inculcar suavidade, desde a oval que o limita, aos olhos que procuram o ponto da terra onde seja necessária a presença da sua graça; desde a boca em que se guarda a língua que falava a todas as gentes, até à testa elevada onde o pensamento lateja e se esconde com humildade. Se não é o retrato verdadeiro, Santo António poderia dignamente ter aquele retrato.

Guiados só pela sua inspiração, prestam honras ao Taumaturgo os escultores: o grande Donatello, Tiziano Aspetti erguem a sua imagem; Minelli com Sansovino, Cattaneo com Campagna e Pietro com Túlio

---

(1) *Mappa de Portugal* — 11, pag. 97.



Lombardo, abrem os altos relevos dos milagres do Santo, nos traços solenes, na perfeição clássica do Renascimento florentino.

Depois, pelos séculos adiante, nenhuma igreja sem Santo António, nenhuma escola de arte se revela alheia à fascinação, ao precioso enlevo desta figura de Bem-aventurado, sem o qual o mundo cristão ficaria menos risonho e mais desamparados se haveriam de sentir os crentes.

Nenhum dado histórico ou sequer admissível dedução, permitirá supôr que Fernando, moço de Lisboa, enquanto pecador, se o foi — algum fundamento pudesse ter dado à lenda popular que o cerca.

Saindo de Portugal em plena juventude e tendo muito novo morrido, longe da terra do seu berço, o povo emprestou-lhe a sua carnal imperfeição, a fragilidade e a teimosa impureza do barro humano. As almas simples que foram vivendo ao sol, neste vergel de Portugal, não puderam jámais elevar-se à compreensão da virtude angélica do místico, das mortificações do eremita que viveu na Gruta de Montepaolo, do prègador veemente que acusava os vícios dos poderosos e em termo de violência que não poderia agora aqui citar, apostrofou na cidade de Bourges a pessoa do proprio Bispo, na reunião de um concilio; o frade que sabia de cór a Escritura e a Patristica e que foi a mais alta expressão da concionatória medieval.

Como as crianças, tem a sua lógica o povo, ditosa criança que nunca chegará a ser adulto. Dentro dos limites da sua capacidade, Santo António, antes de Santo se tornar, teria sido rapaz como os outros portugueses, escravo de impetos de sensualidade e de tentações malignas. Jogral e amador seria êle, capaz de andar pelas fontes, quebrando bilhas para as concertar, cortando tranças para as restituir às cabecinhas leves das lisboetas, em risonha brincadeira de milagres.

Enfim, por esta visão ingénua e maliciosa, por vezes, o povo teceu a seu belo prazer outra *legenda aurea* de que ficou fóra o teologo-professor, *pater scientiae, doctor veritatis*, o confessor da fé de Cristo, o contraditor dos Ezzelinos, que, pela vitória da sua eloquencia, *perpetuus haereticorum malleus est vocatus* — teve o nome de martelo das heresias.

Preferiu-lhe o Santo carinhoso, sorridente e suavissimo que o Menino Jesus procura para brincar, vindo sentar-se-lhe no breviário e cortando com caricias os excessos das vigílias e meditações.

Assim, pelo convívio familiar da sua graça e pela certeza do seu poder junto de Deus, a fórmula de linguagem corrente — *nem Santo António te vale!*, indica bem claramente quanto o favor do Taumaturgo violenta e dissipa as dificuldades.

De igual modo, é voz de confiança a frase implorativa que já se

diz a sorrir, sem devoção, na equivalência de um exorcismo prático, quando a bom termo queremos levar uma tentativa arriscada: — *Santo António vá com a louça!*

O seu responso, inicialmente composto em latim, por Frei Julião de Spira, faz parte da liturgia da Igreja e está traduzido em todas as línguas do mundo. (1)

Todos os cristãos o leram e nenhuma portuguesa, se alguma ainda o não sabe, deixou de sentir, uma vez ao menos, a necessidade de o saber rezar...

Não me deterei a analisar os aspectos da vida espiritual e material do povo português em que Santo António é chamado a intervir, a bem ou a mal, desde guarda das tendas de comércio, correio e protector de bons e maus amorios, até camarada e comandante entre as tendas de campanha, nas guerras de Restauração e na luta contra os franceses, por toda a escala que vai de soldado raso do Regimento de Lagos ao posto de tenente-coronel de infantaria, por carta patente de 31 de Agosto de 1814.

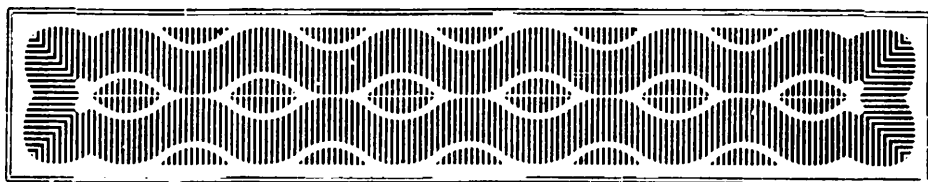
Por conventos e ermidas, nos caminhos da virtude e pelos descaminhos do vício, nas cobertas das naus de guerra ou de tracto, nos acampamentos, nas encruzilhadas do perigo e nas traças infernais, Santo António de Lisboa costuma acudir às aflições de quem por ele chama de bom coração.

Na mais doce claridade das almas portuguesas, ele é o terror do Demónio, o advogado das coisas perdidas, o patrono dos animais, a mocidade perene, o pai de quem o invoca, o irmão de quem o segue; ele ficou vivo nos altares, nos nichos, nos azulejos, nos sinos, nas estampas, nas canções, nas armas, nas bandeiras — a tudo presente, a todos atento, mais sorriso do que temor, mais nas almas do que na mente, menos nas almas do que nos corações que sofrem do pecado ou infortunio de amor.

Santo António de Lisboa, pela universalidade da sua presença na vida e na arte nacional, pela acção terrestre do seu valimento, fulgura no azul dos nossos ceus como o mais rutilante esplendor da fisionomia espiritual da Terra Portuguesa!

*(Conclue no próximo fascículo)*

(1) P. Rolim. — *Santo António de Lisboa*, pág. 15.



# A "Histoire du Portugal,, de Théodoric Legrand

por ANTONIO A. DÓRIA

**O** livro a que nos vamos referir é digno de nota sob todos os pontos de vista e vem enriquecer a bibliografia estrangeira da nossa história.

Embora constituindo um livrinho de 180 páginas, nem porisso deixa de sêr uma obra devêras interessante, não só por descrever conscienciosamente os factos culminantes dos 8 séculos da nossa existencia como nação independente, mas também e sobretudo por não constituir mais uma falsificação dêsses mesmos factos, coisa que freqüentemente acontece aos resumos que saiem dos bicos das penas de muitos portugueses.

Não sabemos onde vimos uma alusão a esta obra, aliaz desprimorosa; nem mêsmo nos recordamos dos têrmos em que se verberáva o trabalho de Th. Legrand. Quer-nos porém parecer que o autor de tal crítica leu mal ou ao de leve o trabalho do erudito bibliotecário do Tribunal de Contas de Paris. Para desfazer semelhante impressão péssimista e ao mesmo tempo para darmos uma noticia da existencia de um trabalho estrangeiro onde não é deturpada intencionalmente a verdade histórica, é que nos propuzemos fazer uma rápida resenha do livro apontando de passagem certos factos onde o autor se mostra mal informado, talvez por algumas obras que consultou e de que dá noticia no final, em uma larga nota bibliográfica.

O snr. Legrand divide o seu trabalho em três grandes partes: *Le Moyen-Age*, *Les temps modernes* e *Période contemporaine*. Dentro de cada uma destas três partes estuda em separado primeiramente a acção política dos nossos Reis, da Nobreza, do Clero e do Povo, cada um a *tour rôle*, dando-nos uma visão breve da nossa história política do periodo a que se refere.

Depois e pormenorizadamente, tanto quanto lho permitem os limites impostos ao seu livro, analisa a história das nossas instituições, trabalho que reputamos modelar, pelos conhecimentos profundos que revela não só das nossas instituições políticas, como também das nossas instituições sociais, da nossa arte, da nossa literatura, etc.

Entrando no assunto, e passando de relance sobre as famigeradas côrtes de Lamego, onde *«Alphonse fut reconnu et proclamé roi, et couronné au milieu même de l'assemblée par l'archevêque de Braga avec une couronne donnée, d'après la légende, par les Wisigoths au monastère de Lorvão (sic)»*, apresenta-nos Afonso Henriques — contra o que se poderia supor em um A. que entre outros livros teria consultado os de Oliveira Martins — sob um aspecto que desagradará à critica oficial, chamando-lhe *«prince avisé et prévoyant,»* o que fará decerto admirar muita gente, habituados todos como estamos a considerar o nosso primeiro Rei como um chefe de salteadores, surpreendendo os castelos adormecidos dos Mouros pela calada da noite, rastejando como reptis. Ainda bem que assim se vai desfazendo a lenda, que não deixava de ser sedutora, dando-nos uma atmosfera bastante melodramatica embora falsíssima. Os nossos críticos de «escada abaixo», aquêles que supõem (porque a não conhecem) a nossa história um mundo de torpezas, os nossos Reis uma caterva de bandidos, de doidos e de debochados, ignorantes e poltrões, não gostarão decerto de ouvir dizer ao A., a respeito de Afonso Henriques: *«Ce roi vaillant, habile administrateur, diplomate averti, peut être considéré comme le créateur de la vie nationale du Portugal.»*

De Afonso III, contra o que poderia esperar-se, dada a lenda romantica da conspiração do «irmão degenerado», diz que foi *«appelé au trône par la volonté des trois ordres»*, e que *«n'eut qu'à combattre la résistance de quelques partisans opiniâtres du roi déchu.»*

Mas, não obstante os princípios que atraz deixamos indicados, o A. deixa-se embalar pela lenda dos amores românticos de Inez de Castro, coisa que tem acontecido a muita boa gente, mercê das estâncias de Camões, feiteiro das letras que conseguiu sobrepôr a sua visão poética à verdade histórica. E assim o snr. Legrand, depois de dizer que *«mauvais fils, Alphonse IV devait être mauvais père»*, diz-nos mais que esse mau pai *«n'hésita pas à faire assassiner la princesse (sic) par trois de ses courtisans»*. Não deixa, porém, de fazer justiça em parte ao rei, dizendo que *«malgré ses grands défauts, Alphonse IV fut un bon administrateur.»*

De D. Fernando, depois de chamar-lhe *«beau cavalier, d'allure distinguée, d'une intelligence vive mais superficielle»* diz que em 1372 *«commît l'erreur politique de signer à Braga un traité d'alliance avec le duc de Lancastre, contre le roi de Castille»*. Não precisa o A. porque considera tal tratado

um êrro político, mas a opinião talvez agradasse aos nossos repúblicanos aí por alturas de 1890, pois que hoje mudaram de parecer e são os mais fieis cumpridores da nossa «vêlha aliança».

E termina a sua resenha dos factos históricos da 1.<sup>a</sup> dinastia dizendo que D. Fernando, *«malgré les fautes qu'il commit et les sacrifices qu'il imposa à son peuple, eut le souci de restaurer le commerce en décadence, en facilitant l'exportation des produits portugais»*.

É coisa de admirar esta justiça desassomburada que se faz a êsse rei que, sendo até certo ponto leviano, contudo teve sempre em mira o interêsse popular, e tendo por isso sempre o povo a seu lado, embora muitas vezes houvesse de tomar medidas violentas contra êle, pelas preocupações imperialistas de Leonor Teles.

Sôbre a côrte de D. João I, dá-nos o A. uma opinião muito interessante e muito pessoal: *«La cour portugaise fut alors remarquable par la pureté de ses mœurs et l'intérêt qu'on y portait à toutes les belles et nobles entreprises.»*

A seguir classifica de «révolte» a marcha do Infante D. Pedro em direcção a Lisboa ao encontro de D. Afonso V e, certamente por má leitura, chama a Alvaro Vaz de Almada, conde de Arronches.

Referindo-se à entrevista de Afonso V com Luiz XI fala na *«déférence et courtoisie»* dêste ultimo. Pobre Afonso V! Todos nós sabemos perfeitamente o que foram a deferência e a cortezia do demolidor dos privilégios da nobreza francesa.

Quanto às relações de D. João II com Cristovam Colombo, não deixa Th. Legrand de seguir a corrente geral, afirmando que o rei *«regretta de n'avoir pas écouté les propositions de Christophe Colomb quand le hardi navigateur revint à Palos.»*

Contra o velho costume dos seus compatriotas, o A., ao tratar dos descobrimentos portugueses, não invoca a famigerada prioridade dos navegadores (?) escandinavos ou dos comerciantes de Dieppe.

Trata o assunto muito coerentemente, dando-nos um quadro tão complêto quanto possivel sôbre a era das nossas descobertas, e colocando a figura gigantesca do Infante D. Henrique no logar que lhe compete. Mostra-se o A. um grande admirador da nossa acção descobridora e colonizadora e, apesar dos erros de que estão eivados muitos dos tratados que consultou, põe à sua verdadeira luz a ciência dos nossos navegadores, contra o falso juizo feito do acaso nas descobertas dos portugueses. Contudo não deixa de cair no erro, ainda hoje muito comum, da descoberta casual do Brasil, com grande prazer dos nativistas, cêrtamente.

O que, porém, a nosso vêr provocará decerto reparos à crítica feita

do nosso país, o que provocará engulhos a muitos *soi-disant* críticos, é não se chamar nesta obra rei ignorante a D. João III, bronco e toda a vida obcecado pela idea da Inquisição! Th. Legrand, remando contra a maré ainda cheia, dá-nos êste juízo cheio de bom senso: «*Ce prince intelligent et lettré comme l'avait été son père sut s'entourer de conseillers de valeur, protégeait les lettres et les sciences... fortifia un grand nombre de villes, fit construire de nombreux aqueducs carrossables qui aidèrent au progrès commercial et économique du royaume.*»

A propósito da Inquisição, longe de derivar a sua introdução no reino do fanatismo do rei, o A. diz-nos que «*cédant à la haine populaire contre les juifs convertis et craignant aussi les progrès du protestantisme, Jean III obtint du pape Paul III l'établissement en Portugal du Tribunal de l'Inquisition.*»

Depois de se referir aos reis D. Sebastião e D. Henrique, chamando a êste ultimo «*prince lettré, helléniste distingué, mais esprit sectaire et malveillant*», e de nos descrever o desastre de Alcacer Kibir e suas consequências funestas, o A., falando dos falsos D. Sebastião, equivocadamente diz-nos em nota: «*Beaucoup de personnes ne crurent jamais, à la mort du roi et un imposteur, nommé Encoberto, ayant les traits et la stature du malheureux prince, se fit passer pour lui dans différents pays d'Europe.*»

A sua referência ao governo dos Filipes é uma página de sévera apreciação ao mesmo que, apesar de tudo, continuaremos a chamar intruzo. As razões não veem para esta pequena apreciação a uma obra histórica, mas ainda um dia viremos a publico rebater algumas páginas demasiado entusiásticas do nosso chorado Mestre António Sardinha, que muitas vezes se deixava deslumbrar por certas miragens bastante sedutoras.

Embora o A. constate as boas intenções de Filipe I ao sêr investido na corôa de Portugal e não conhecendo o nosso estafado prolóquio de que «de boas intenções...», logo adiante curva-se ante esta verdade incontrôversa: «*Le Portugal était définitivement devenu province espagnole.*»

Contudo «*l'esprit d'indépendance ne se perdit cependant pas au cours de ces soixante années d'annexion*», porque, como o A. friza com justiça apesar de dezenas de *histórias* liberais nos querêrem convencer do contrário, «*le clergé, notamment, entretint dans la masse l'esprit de revanche*,» não obstante estarmos fartos de ouvir dizer e de lêr que o clero foi cúmplice da intrusão da Espanha nos nossos negócios, não só por conveniência própria mas também pela ignorância em que mantinha o povo!

Ainda bem que os trabalhos do snr. Joaquim de Vasconcelos, de Sardinha e de outros cabouqueiros da nossa história, já não permitem torcer a verdade no que respeita a D. João IV. Consola-nos porém que um

estrangeiro, demais a mais bibliotecário e arquivista, tendo ao seu dispôr, centenas de milhar de publicações históricas, panfletos e coisas semelhantes, faça taboa raza de muitos disparates escritos sôbre êste rei e nos diga com nobre justiça, que *«partagé entre l'étude de la musique et les exercices du corps ne semblait pas autrement désigné pour relever son pays de la décadence profonde où l'avaient plongé soixant années d'annexion. Cependant il sut porter la couronne avec grandeur et dignité.»*

Referindo-se, de passágem, ao reinado de D. Afonso VI, e aos consequentes disturbios motivados pela sua loucura, Th. Legrand não se manifesta partidário da teoria já hoje aceita da mancebia de Maria Francisca de Saboia, mantendo-se numa discreta duvida, realçada por um, não menos discreto, *«dit-on»*.

Entretanto, atravez da sua resumida história, o A. vai fazendo justiça a muitos dos nossos reis que uma história não sabemos se acéfala se malevolente, tinha reduzido a proporções que êles em vida nunca haviam tomado, mantendo-os numa penumbra de ódio, talvez porque os podêres occultos assim o decretassem.

E tratando de D. Pedro II diz-nos o A. que *«il méritait le pouvoir par ses qualités de cœur et d'esprit»*, que êle *«était un prince affable encore que d'aspect sombre, ayant de l'esprit et même cultivé, généreux, qui s'efforça de retarder le décadence toujours croissante où était tombé le royaume depuis l'occupation espagnole.»* Infelizmente *«son gouvernement prit un caractère d'absolutisme prononcé et commença à décréter de nouveaux impôts sans le concours des Cortès.»* É de lastimar que Th. Legrand não se refira senão ao de leve ao conde de Castelo Melhor e à sua acção altamente nacionalista.

Depois de nos dizer sôbre D. João V, aquilo que estamos habituados a ler nas nossas histórias das escolas primárias, Th. Legrand descreve-nos o reinado de D. José I, de parceria com o seu ministro ultra-célebre Sebastião José. É para lamentar devéras que nêste ponto o A. não continuasse a servir-se dos bons informadores que lhe forneceram material para êle formar os seus rectos juizos sôbre os reinados precedentes.

E assim é que vêmos pôr o Marquez nas culminancias em que estamos habituados a vê-lo na prosa indigesta de alguns historiadores de contrabando. Não pedimos que o A. se guiasse pelos juizos apaixonados de Camilo no seu «Perfil», mas, pelo menos, que consultasse «O Marquez de Pombal e a sua epocha» de J. Lucio de Azevedo, obra que não figura na bibliografia de consulta anexa à obra. Assim comete o erro de chamar a Pombal *«disciplé de Voltaire»*, quando todos sabem que o Marquez condenou à fogueira entre outras obras racionalistas o *«Dictionnaire philosophique»* do amigo de Frederico II. Não deixa, porém, Th. Legrand de reconhecer

muito judiciosamente que *«par sa conduite despotique, intolérante et parfois cruelle»* tinha atraído *«l'inimitié de la noblesse, du clergé et du peuple»*.

Em capitulo separado estuda o A. desenvolvidamente a nossa civilização durante os séculos XVI, XVII e XVIII, embora de passágem cometa algumas incorrecções e tenha deslizes tais como o chamar a Gil Vicente *«ancien precepteur du roi Manuel»*, má informação decerto, que o A. poderia corrigir se houvesse pelo menos cotejado as idades dos dois — do rei e do criador do nosso teatro, não obstante a opinião de Teófilo Braga. Ainda nôste capitulo tem algumas passagens de acertada apreciação à nossa incapacidade para grandes explorações comerciais, reconhecendo no entanto que *«Pierre II et Jean V développèrent l'industrie des lainages en faisant venir des artisans expérimentés d'Angleterre et d'Irlande»*. Estudando as nossas instituições sociais e políticas e referindo-se à expulsão dos Jesuitas, devida a Pombal, diz-nos que *«on ne saurait nier cependant que les membres de la Société de Jésus eurent un rôle éminent, au XVII.<sup>e</sup> siècle, dans la civilisation des colonies portugaises, et, au Portugal, même dans l'enseignement et l'éducation de la jeunesse»*. No mesmo capitulo e a propósito das nossas finanças durante o século XVI, afirma que *«les finances royales que avaient été prospères jusqu'au règne d'Alphonse V devinrent de plus en plus mauvaises au XVI.<sup>e</sup> siècle, malgré les efforts tentés pour les restaurer par le grand roi que fut Manuel»*.

Mais adiante há outra afirmação interessante sôbre o estabelecimento da Inquizição no nosso país, pois diz o A. que *«l'Inquisition dirigé contre les nouveaux chrétiens ou juifs convertis, que le peuple accusait de mille maléfices et jalousait parce qu'ils jouissaient fréquemment d'une aisance acquise dans les affaires commerciales ou industrielles, fut réclamée à plusieurs reprises, par l'opinion publique»*. Quão longe estamos dos tempos da propaganda em que o «monstro» era D. João III, cujo fanatismo introduzira a Inquizição em Portugal, etc. etc.

E diz-nos mais o A.: — a Inquizição portuguesa *«était moins une chambre ardente qu'un tribunal de police.»*

Abordando o assunto das nossas conquistas no Oriente, foca os vice-reis da India a uma luz justiceira, sendo para lamentar que a grandiosa acção de Afonso de Albuquerque seja tão levemente esboçada, sem dar ao leitor estrangeiro uma idéa do que ela foi e os resultados admiráveis que poderia ter dado se os vice-reis subseqüentes houvessem seguido as pisadas do velho conquistador.

De seguida volta ao seu ponto favorito, no que respeita à causa primacial da nossa decadência, attribuindo esta sobretudo aos sessenta anos de dominação espanhola: *«l'annexion du Portugal à l'Espagne amena la*



*chute de l'empire colonial portugais en Asie*. Agradeçamos ao snr. Alcalá Zamora as suas palavras de amizade pelo nosso país mas sobretudo nesta hora que passa, de tão grande gravidade, dispensemos as manifestações exageradamente lusófilas dos nossos irmãos de além fronteiras, pois que apesar de tudo nós soubémos melhor do que a Espanha conservar grande parte do nosso património colonial. Não nos deixemos embalar pelo canto da sereia...

Reatando a nossa história política nos tempos contemporâneos o A. reconhece ao reinado de D. Maria I uma acção para louvar, pois que a rainha *«encouragea le commerce... fonda l'Academie royale de Marine et, peu après, l'Académie des gardes-marine, institutions toutes deux destinées à rendre à la marine de guerre portugaise son ancienne splendeur. L'enseignement public fut également développé... par ailleurs, des écoles secondaires et primaires furent instituées dans diverses villes du royaume.»*

E assim continua a desfazer-se a lenda da profunda ignorância do nosso povo durante o antigo regimen, ignorância que a existir, valha a verdade, continua ainda hoje, pois dum modo geral pode dizer-se que em matéria de instrução um camponez de hoje é tão ignorante como um seu antepassado dos séculos XVII ou XVIII, apesar das escolas que a república fundou e do programa dos mentores do movimento republicano, recheado de projectos de escolas primárias, escolas técnicas, universidades e muitas coisas mais.

Th. Legrand, contra a opinião de muitos historiadores sectários e contra o juizo feito e a que deu vulto a história liberal, declara-nos muito perentóriamente que o príncipe regente D. João, logo após a ordem de invasão do nosso país dada por Napoleão I, *«s'était embarqué pour le Brésil, sur les conseils de Lord Strangford, ambassadeur d'Angleterre»*.

Não vem para aqui a propósito discutir o acto nem tampouco as intenções do embaixador inglês. Sobre êsse ponto muito se tem escrito e pouco se tem apurado. O que neste nosso esbôço de crítica pretendemos é frizar esta opinião do A. encarando a partida do Príncipe como um acto de boa política e não como uma «fuga» segundo o que é voz corrente nas nossas histórias liberais, embora modernamente os corifeus do nosso jacobinismo já não partilhem inteiramente semelhante modo de vêr. No entanto, digamos e repitamos de passagem, é êste um dos pontos mais controversos da nossa história política. Pessoalmente o nosso juizo sobre essa resolução do Príncipe regente à aproximação dos soldados de Junot, é um tanto diferente do que vulgarmente se diz sobre tal acto. Bem sabemos o que estava reservado a Carlos IV, de Espanha, por não têr querido imitar o nosso futuro D. João VI; no entanto, estamos em crêr que se o

Príncipe regente houvesse ficado no País, mesmo depois da chegada de Junot às Beiras, e o nosso exército, embora desmantelado como estava, tivesse esboçado um gesto de resistência, Junot não teria chegado a Lisboa e ao País teriam sido poupados muitos sacrifícios e muitas desgraças futuras.

Th. Legrand, ao falar da convenção de Sintra, e dizendo que o exército francês partiu com todas as honras de guerra, esquece-se de acrescentar que partiu, mas levando todo o espólio das suas depredações, no qual figuravam preciosidades que estavam destinadas a guarnecer o palácio das Tulherias e os palacetes dos suntuosos generais do Império.

Muito lealmente, porém, reconhece que *«par leur ardent patriotisme et leur heroïque résistance, les Portugais avaient définitivement découragé l'Empereur qui allait désormais concentrer toutes ses forces contre l'Espagne»*.

Depois de equivocadamente nos dizer que Gomes Freire de Andrade foi passado pelas armas, e de se referir à conspiração de onde saiu a revolta de 1820, o A. fala-nos da constituição que desta revolta surgiu e diz-nos que *«très habilement, Jean VI, sans opposition, prêta serment à la Constitution»*.

Mas, apesar dos precedentes que temos vindo, com leves discrepâncias, notando aos leitores, principiam aqui os principais deslizes dêste honesto vulgarizador da história portuguesa, deslizes que gostaríamos de ver emendados em futuras edições, e o que seria ao mesmo tempo uma obra de justiça. A sua descrição do reinado de D. Miguel I é cheia de inexactidões demonstrando claramente que o A. se serviu para o seu trabalho das relações de escritores liberais, e ainda assim dos menos honestos, desprezando o testemunho dos coevos que escreveram imparcialmente. É esta a parte mais triste dêste livro, deixando ao leitor estrangeiro a impressão que o absolutismo existiu em Portugal só com D. Miguel e êste *«avait soumis le Portugal à sa politique»* quando, como é obvio, foi o príncipe submetido pelo povo à política do país, política que era absolutamente antagónica aos interesses das nações que auxiliavam clara ou encobertamente o ex-príncipe da Beira D. Pedro. De resto Th. Legrand não considera D. Miguel rei de Portugal nem de facto nem de direito, quando até alguns dos historiadores liberais o consideram pelo menos rei de facto.

Omite também o A. o pormenor elucidativo, falando da convenção de Evoramonte e da pensão então instituída a D. Miguel vencido, que êste muito nobremente recusou, apesar de expropriado de todos os seus bens; é esta uma prova bem clara da isenção do príncipe, tão desvirtuado pelos seus adversários que esquecem também a inteireza de character dos próceres do liberalismo quando principiou o «regabofe» na fraze candente e justa de Oliveira Martins.

Além de um erro o A. dá vizes de verdade a uma calúnia dizendo,

a propósito da Maria da Fonte, que *«dans la province de Beira, des guerrillas s'organisèrent en faveur de l'infant (?) Miguel qui n'avait cessé d'intriguer depuis son départ pour l'exil»*. Todos sabemos quão falsa é tal afirmação, pois que o rei sempre manteve no seu exílio uma nobre isenção, como o confessam os seus próprios adversários. Reconhece, porém, o A. a atitude indigna dos governantes liberais de então que, para salvarem as instituições, não tiveram pejo de chamar o estrangeiro em socorro da Carta, salvando-a de uma arrancada miguelista que teria decerto pulverizado o jovem sistema liberal que já então déra provas daquilo que valia e qual era a sua competência para salvar a nação.

Passamos em claro a regencia de D. Fernando por nada dizer o A. que esteja em manifesta contradição com a verdade. Apenas notarêmos que ao referir-se ao incidente da *Charles et George* omite dizer que a barca fora aprezada em aguas portuguesas por se dedicar ao tráfico de negros, omissão que pode induzir em erro os leitores estrangeiros.

A D. Luiz I faz o A. uma leve referencia, não deixando, porém de passagem de nos dizer que êle *«était un esprit distingué et cultivé, plus épris d'art, de littérature et de sociologie que d'action purement politique»*.

O reinado de D. Carlos é uma oportunidade para o A. descrever com rigorosa verdade a história do «ultimatum» de 1890, «cavalo de batalha» dos repúblicanos de então, muitos dos quais ainda hoje se sentem com vontade de opor à «loira Albion» a força formidável do... «Adamastor». Isto apesar de se terem depois e por vezes várias humilhado à mesma «loira Albion» que, como sempre, os tem tratado com a sua costumada deferência.

Continua Th. Legrand a historiar o caso do «ultimatum» e respectivas consequências, dizendo muito justiceiramente que a agitação que se produziu em todo o país foi *«exploitée par le parti républicain»*. Esquece-se porém de dizer que essa agitação explorada pelos repúblicanos, os levou para a revolta tragi-cômica de 1891 onde morreram alguns pobres soldados iludidos, abandonados por muitos dos chefes que prudentemente emigraram ou se esconderam.

No final dêste reinado o A. reconhece e põe em relevo as boas intenções de João Franco e a sua *«politique de probité électorale»* a qual não conseguiu impedir *et pour cause* que uma minoria de repúblicanos desordeiros fôsse levada ao parlamento de 1906.

Gostariamos, porém, de ver o A. fazer um pouco mais de justiça á obra do rei D. Carlos, porque tal como êle no-la apresenta dá a impressão de que êste illustre monarca não tentou sequer governar como rei digno, antes se manteve, como seu pai, um simples rei constitucional.

Do reinado de D. Manuel II e do incipiente regime repúblicano

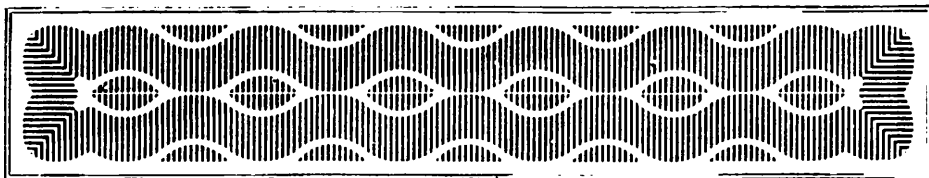
nada de importante diz, fiel ao que se impuzera no prefácio desta obra interessante sob tantos pontos de vista: *«Du régime, trop souvent troublé par les complots et les émeutes, qui fit suite à la monarchie, nous n'avons rien dit, intentionnellement. Il faut pour parler, avec impartialité, des événements, les voir avec un certain recul dans le temps. La République portugaise, bien que déjà vieille de dix-huit années, nous paraît encore trop récente pour qu'on en puisse écrire l'histoire».*

De passagem e a modo de última correcção a esta obra surpreendemos que o A. chame a Teofilo Braga «grand économiste»; desconhecemos nós e desconhece o país inteiro as capacidades do falecido escritor para a ecónomia.

Duma maneira geral e à parte certos pormenores de pequena importância, esta obra representa um bom serviço prestado a Portugal, pois sabendo-se como a língua francesa é um condutor esplêndido das idéas sejam de que natureza forem, fácil é prever como êste livro irá elucidar bastantes pessoas não só estrangeiras como também nacionais, cujos espiritos, muitas vezes alheios à verdade constatarão com surpresa, que salvo umas pequenas excepções, o A. fazendo história objectiva não cai nos grosseiros erros dos nossos historiadores de partido. Para se constatar uma verdade de ordem histórica é necessário que as paixões não desvirtuem a visão do historiador. Infelizmente poucos são os nossos historiadores, ainda os maiores, que uma vez por outra não deixaram de sacrificar a mesma verdade às suas convicções, que embora respeitáveis, não devem sêr trazidas para o campo da história onde deve imperar só a imparcialidade colhida sobretudo nos documentos coevos e não falsificados.

Th. Legrand, — deve-se-lhe fazer essa justiça — não sacrificou as convicções, porque estrangeiro e escrevendo longe do nosso país, conseguiu até certo ponto dar-nos um relato exacto da nossa história, embora seja muito breve em certos pontos, como não poderia deixar de ser. O nosso desejo seria que os que se interessam pelas questões da história pátria lêssem êste livro porque modificariam, por certo, muitas das opiniões feitas que por aí correm. Esta obra merece uma tradução condigna, embora devêsse, neste ultimo caso, de sêr convenientemente anotada, para desfazer alguns deslizes do A., muitos dos quais acabamos de apontar.

Repetimos: gostaríamos que, em futuras edições, Th. Legrand expurgasse a sua obra de tais erros e não passasse tam rapidamente sobre certos factos e acontecimentos de interêsse capital para a nossa história.



# Por Portugal Além

por Claudio e António Corrêa  
d'Oliveira Guimarães

— Bons dias, cá nos vamos!...

— Mas lá se vão para onde? parece-nos ouvir perguntar.

Ora essa! Para Portugal.

Conhecem por ventura, os senhores, Portugal? Não, não conhecem.

A Itália com os seus ceus azuis, as suas torres de marmore e as suas ruínas evocativas; a Espanha com as suas catedrais, as suas touradas, as suas verbenas, as suas lindas mulheres, as suas paisagens voluptuosas ou áridas; a Suíça, vestidinha de verde, no mais íntimo e aconchegado dos seus vales, dos seus montes, dos seus lagos; a França, no mais artificioso e frenético das suas cidades ou no mais recôndito e frio dos seus logarejos; a Rússia na extensão infinita das suas nevadas *stepbes*; a «America, o Japão, as Índias, o Calvario», como dizia o grande poeta do *Só*, tudo isso vós conheceis como o mais habitado aposento da vossa casa. Mas Portugal!...

Três séculos volvidos sôbre as Descobertas e Conquistas, tantos anos decorridos sôbre êsses tempos de freima aventureira em que nas velas latinas das nossas naus sangrava rubescente a Cruz de Cristo, em pleno século XX, ainda existe para quási todos nós, portugueses, uma terra incógnita, desconhecida. Reveladores de novos mundos, desvendadores de novos continentes, não há, no planeta, chão onde se não divisem ainda as pégadas dos nossos maiores, ignoradas ilhas aonde não aproassem as suas frótas, ondas que as quilhas das suas caravelas não cortassem, florestas cuja virgindade verde a sua ansia de algo de novo não violasse. E essa terra incógnita, esse paraíso desconhecido, Portugal, é mais belo do que a Índia, mais deslumbrante do que o deslumbrante Brasil, mais sugestivo

e pitoresco do que o próprio Japão. Vamos nós, por isso mesmo, descobri-lo. Querem?

Depois de termos andado tanto tempo perdidos pelo mundo, entregues aos azáres da aventura, longe de nós mesmos, façamos como o filho pródigo da parábola, regressemos definitivamente à boa lareira da acolhedora casa paterna e sejamos enfim portugueses, intransigentemente, apaixonadamente portugueses. Olhemos pelo que é nosso; vejamos pelos nossos olhos limpidos, em frente, a direito e não queiramos olhá-los como



Nas suas feiras alacres...

Desenho de Joaquim Lopes.

os estrabicos; sintamos pelo nosso coração; deixemos os livros estranhos para lêr os nossos, os que falam à nossa sensibilidade lusiada e retratam almas da nossa grey; decorêmos os nossos poetas; pintemos as paisagens e as figuras da nossa terra; esculuremos os nossos tipos e os nossos costumes, como faziam os bairristas; ergamos e decoremos a nossa casa com as coisas que são nossas.

Portugal! Vós não o conheceis, nos seus hábitos tão pitorescos, nas suas festas tão características, nas suas romarias estuantes, nas suas procissões policromas, nas suas feiras alacres, na sanfonina orgística das

suas colheitas, nos entremezes, nos cirios, no voltear ágil das danças, no redopiar quente dos bailaricos. Não o conheceis nas suas industrias humildes, mas tão artísticas, mas tão originais; nas filigranas de Travassos e do Porto; nos linhos de Guimarães; nas rendas de Viana, Peniche e Vila do Conde; na serralheria de Coimbra; no mobiliário de Evora e de Braga; nas faianças do Rato, de Darque, do Carvalhido, de Estremós, de Gaia; nos tapetes de Arraiolos e de Beiriz, em tudo em que se espelha o poder alado e a beleza da sua imaginação, a riqueza incomparavel do seu olhar, a sensibilidade viva da sua alma, o calôr comunicativo do seu espirito. E que coisas lindas por aí há, desperdiçadas e esquécidas, à beira do doce mar de cobalto, ao colo dos maternais vales deleitosos, no aconchego mais fôfo dos outeiros ternos, no eruptivo e brusco erguer das montanhas mais duras!...

Mas viajar *dentro de casa* parece mal! Génio de aventureiros, dizem que o temos. E temos, bem acentuado nêste ár boémio e desapegado dos próprios haveres, *mãos rotas*, com que atiramos à rua e esquecemos e desprezamos o melhor do nosso património.

Nada do que é nosso, da nossa Terra, nos presta. Sêr nosso! Oh, que pecha! E, assim, ninguém vai dar-se à estafeira de vêr coisas portuguesas. Uma seca! Lá poesia tem que farte este país bendito; poesia esplendida no exaltar estupendo dos seus montes, no bucolismo idílico das suas aldeias, no nevoento cismar dos seus rios, no seu ceu de hidranja azul, nas suas canções, no ar claro perfumado a serpol e rosmarinho ou no olhar chamejante das suas moças, cujas carnes trigueiras rescendem a terra humida e a cravos abrindo ao sol. Mas os caminhos pedregosos e maus, as estradas solavancosas, os comboios tropegos, as deligencias antiquadas? Um drama! E toda a gente se fica a viajar, por intermédio do seu jornal de gravuras, o mundo inteiro, ou lá se vai, levada para fóra, numa miragem entontecente e prismática, na onda vertiginosa dos comboios lépidos que cortam fronteiras e comem distancias.

Portugal, senhores, não conhece Portugal!

Ora foi pensando nisto mesmo que nós, esta manhã, idealisamos a romaria espiritual; sair de casa sob este azul claro do ceu, ver coisas e mostrar coisas, esmadrigar pela nossa Terra bem amada. E assim de surpresa, de pé para a mão, de afogadilho, sem tempo para estudar horários, sem a maçada de consultar o nosso «Baedeker» sem malas, sem guias de viagem, sem impermeaveis, sem *guarda-pó*, sem *bonét*; tal e qual como estavamos, um fatito leve sobre o corpo, uma alma clara, desempoeirada, para vêr as coisas, e, na cabeça, poucas ideias, mas um largo chapeirão braguez para resguardar do sol e tirar com respeito, com amôr,



**Bons dias, cá nos vamos...**

**Desenho de Joaquim Lopes.**



com carinho, diante das mais feiticeiras e sugestivas paisagens, de uma terra excepcional.

E a manhã está linda, uma verdadeira sinfonia de abertura, verde e oiro!

— Bom dia! Cá nos vamos!

O que faremos? Iremos por esses campos, deixaremos que o estúpido comboio siga nas linhas a sua rota de alucinado e marcharemos em passo sereno pelas estradas reais ou pelos velhos caminhos romanos. Pararemos onde um aceno amoroso de terra nos chame, em qualquer parte onde nos sintamos bem e possamos dizer, em altos gritos, a plenos pulmões:

— Eh lá, senhores portugueses, aqui tendes este primor!...

Vagabundearemos sem norte nem preocupações. Ora no Minho claro e jovial, entre os seus outeiros, os seus hortejos verdes ou o seu casario branco; ora em Traz-os-Montes, ásperos e ascéticos, pelos cerros, pelas vertentes, pelas ravinas; ora na Beira Alta, subindo à montanha para ver dali o beijo em que esta terra se cinge ao mar; ora no Algarve luminoso e quente, entre romanseiras e amendoeiras, serra e praia; ora nos alcantis do Douro, debruados de pampanos virentes, sabemos lá!...

Iremos de vagar para provarmos a largos haustos a água das fontes frescas, para sorver às lufadas o ár sádio e espicaçante dos pinheirais, para morder no seio dos pomares a fruta perfumada das arvores. Seguiremos pelos atalhos, até às aldeias, ver semear nas manhãs buzias de Março; regar em Agosto; admirar as moças nas desfolhadas, em Setembro; provar as uvas, nas vindimas, em Outubro e, pelo inverno fóra, descer até ao fogo das lareiras e até à palestra com os abades, nas noites frias e cortantes de Dezembro.

Muita coisa! Muita coisa!

Jornada grande!

Deus nos dê ânimo e nos acompanhe na caminhada.

— Bons dias! Cá nos vamos!...



# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Chegou a hora intransferível de vollarmos a ser portugêses, despojando-nos das várias denominações sectárias que nos esfarrapam, pois só na unidade da fé, na unidade de acção, na unidade de patriotismo encontraremos as forças resistentes e estimulantes de salvação».*

C. MALHEIRO DIAS.

### A Vitória de Portugal

**A**s ruas de Lisboa foram, em 26 de Agosto, teatro de sangrentas lutas a que o Exército português, heroico e decidido, poz termo em poucas horas.

Foi jugulada a traiçoeira tentativa dos políticos incompetentes, vaidosos e falhados, e a Nação, mais uma vez, saiu vitoriosa dos inimigos do interior.

Foi rija a luta, sem duvida. Mas salvou-se a honra de Portugal, o prestigio da Ditadura, a dignidade do Exército.

Do lado de cá, do lado do Exército de Portugal, foram praticados verdadeiros actos de heroísmo. Era a Pátria que estava em perigo e que se tornava necessário salvar. E todos os bons portugêses, todos aquêles que estavam libertos de compromissos de partido ou de juramentos maçônicos, apareceram, resoluta e decididamente, a lutar pela causa da ordem, nas trincheiras do resgate.

Assegurou-se, assim, o triunfo do nacionalismo sobre as mentiras da Democracia.

E não tenhamos illusões. Se fôsse possivel a vitória dos homens dos partidos, que armaram os civis e chacinaram gente indefesa, como no bombardeio de Almada, horas de luto e de incerteza adviriam para Portugal. Porque a vitória dos partidos seria momentânea; depois seguir-se-ia o triunfo do comunismo, a instauração da Ditadura da desordem com tódo o seu negro cortejo de morticinio e horrores. Seria, até, a perda irremediável da nossa independência.

Olhêmos o que se tem passado em Espanha, lembrêmo-nos do que se passou entre nós antes da jornada memorável de 28 de Maio de 1926. A Nação vivia asfixiada no ambiente putrefacto das pugnas parlamentares, verdadeiras feiras francas em que Portugal era vendido. Lembrêmo-nos do estado ruinoso das nossas finanças que serviam, apênas, para satisfazer os apetites vorazes das clientelas partidárias. Depois, a *Legião Vermelha*, os atentados traiçoeiros à bomba e a tiro, a liquidação de todos aquêles que reagissem contra a desordem, contra a mentira, contra a política anti-nacional que se estava seguindo.

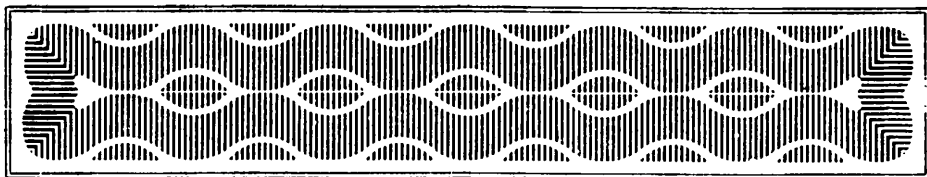
Agora a intenção dos «revirahistas» ficou a descoberto. Basta lêr com intelligencia os relatos dos jornais para se vêr até que novas loucuras nos queria arrastar a ambição desmedida dos homens «da aliança» ou da «federação».

Mas Portugal não pode continuar sujeito aos caprichos revolucionários de um grupo reduzido de ambiciosos. Não! E' necessario pôr ponto final a estas loucuras e a estas ambições.

O Exército cumpriu nobremente o seu dever e o seu patriotismo admirável não pode estar constantemente a sêr posto à prova em lutas traiçoeiras, como esta.

Que se saiba aproveitar, definitivamente, a vitória e, para se atingir êsse fim, se fixem e se cumpram medidas inérgicas de repressão. Como muito bem disse o sr. coronel Raul Esteves «é necessário agóra, que já estão desmoralizados aquêles que combateram a situação com as armas, tratar de meter na ordem aquêles que a combatem dum modo traiçoeiro e covarde, quer no desempenho de funções de confiança em que a própria situação os tem mantido, quer por uma propaganda insidiosa pela palavra e pela escrita em que facilmente se pode descortinar o venêno dos adversários da Ditadura Nacional».

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# Santo António no Teatro Português

por HIPÓLITO RAPOSO

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 79 — CONCLUSÃO)

## III

**D**EFINIDA pelo esboço aqui feito, a personalidade histórica e lembrado o influxo espiritual do Santo na vida social e nas expressões da arte, vejamos como a sua figura se projecta na idealização do teatro português.

Para neste aspecto ser considerado também verdadeiramente franciscano, é pobre e humilde o teatro do Santo.

É de supôr que a admiração e o culto do Taumaturgo, revelados em tantas manifestações e recursos da grande arte dos claustros e das naves, até às figurações da toreutica e da olaria popular, cêdo induzissem os portugueses dos séculos XIV e XV a rememorar em cenas vividas os seus milagres e prodígios.

As narrações da vida de Santo António liam-se e copiavam-se, andavam bastante presentes na memória e na comoção do povo, para que os claustros que serviam de palcos ao teatro litúrgico, não se abrissem também para honrar o Santo e para distraír e instruír o povo fiel.

Dos títeres ou bonifrates que até mesmo em nossos dias erguem as cabeças entre os toldos de serapilheira nos ajuntamentos e feiras provincianas, desses actores que não se cansam e nunca morrem, sabemos todos bem quão largo foi o seu emprego na cena medieval, quer a interpretar os dramas da Paixão, quer a tornar sensíveis ao povo os mistérios religiosos, teatralizando os martírios, prodígios e tentações.

As representações nos adros, nas naves, nos jardins e sob as abóbadas dos claustros, valiam e eram prezadas não só pela sua expressão narrativa para os que não sabiam ler, mas pela sua eficácia interpretativa, concretizando em figuras e imagens, as abstrações e as virtudes, o Tempo, a Justiça, a Vitória, a Sabedoria, a Calúnia, a Igreja e a Sinagoga, de que entre nós é o mais perfeito exemplo o *Auto da Avé Maria*, de António Prestes.

Dessa aliança do Agiológio com o Teatro, mais felizes do que nós, conservam a França, a Espanha e a Itália valiosa e abundante documentação, tendo na letra e nas iluminuras dessas primitivas peças uma das fontes mais directas da simbólica medieval.

Em Portugal, só por distantes referências ou firmes conjecturas se consegue reconstituir essas manifestações de teatro religioso de que não se pôde separar o elemento profano, pelas alusões a pessoas e factos contemporâneos em que, por audaciosa irreverência, nos dichotes dos centros cómicos ou nos risos vermelhos do Diabo, não são poupadas a Nobreza e a Clerezia, assumindo o teatro uma função de alta justiça que a justiça oficial muitas vezes se dispensava de exercer. Por êste modo, a Catedral, além de casa de Deus, era também o larário das cidades, um centro de palpação colectiva e de grandes aspirações cívicas.

A vida de Santo António deveria ter dado tema a autos em Lisboa, sua pátria, em Evora e em Coimbra, pelo menos.

Mistérios escritos pelos frades e interpretados por servidores do culto, noviços e homens dos officios que sempre tiveram em preço as folias, momos e entremezes, fôsem de invenção profana ou derivassem, por fácil degenerescência, das exhibições do teatro hierático.

Se não possuímos documentos dessa literatura, licito não é negar a sua existência, se ainda há poucos anos era possível ver em arraiais nocturnos de aldeias serranas, uma sucessão de quadros vivos, sôbre um estrado redondo a mover-se em torno de um eixo vertical, em que se mimavam cenas capitais da história do Santo.

Gil Vicente que tantos autos compôs e até representou, não escreveu nenhum de Santo António, sendo certo que a única obra sua que tem por assunto central a vida de um santo, é o auto de S. Martinho, aliás incompleto.

Para revigorar a hipótese do teatro antoniano pre-quincentista, não são para desprezar as manifestações do rimance popular de que é tipo a versão com variantes, recolhida da tradição oral, em Elvas, vai para meio século, em que se narra e celebra o milagre do Santo em Pádua, vindo livrar o seu pai da fôrca, em Lisboa.

Começa assim :

*Estando Santo António em Pádua  
A prègar o seu sermão,  
Veio um anjo que Deus mandou  
A trazer-lhe a embaixada :  
— Tu, António, pòdes crêr  
Que teu pai vai padecer  
Duma morte inocente.*

O rimance continua depois em diálogo, até que o Santo, finda a sua missão, regressa a Pádua, despedindo-se desta maneira :

*Pai, dê-me a sua benção  
De dentro do seu coração,  
Que tenho de ir para Pádua  
Acabar o meu sermão,  
Que aquêles que lá estão  
Já em falta me acharão. (1)*

Do rimance religioso em verso ao auto propriamente dito, vai a diferença do diálogo, ou seja a intervenção de interlocutores que falam nas primeiras pessoas dos verbos ; mas, se o rimance é já dialogado, como êste, o parentesco com o auto é tão próximo que qualquer dêles pôde sêr a origem do outro. Sendo idêntica a matéria, só difere na estrutura das rubricas e da divisão dos actos ou quadros.

Tomados directamente da *Legenda Aurea* ou já modificados pela imaginação popular, assim nos aparecem teatralizados os temas das vidas de Santo Aleixo, de Santa Catarina, de S. Brás e de outros muitos bem-

(1) A. Tomás Pires — *Lendas e Romances*, Elvas, 1920 — pág. 137.

— Outro rimance dialogado sôbre o mesmo assunto, foi trazido a publico pelo sr. Campos de Figueiredo, recolhido da tradição oral dos arredores de Coimbra. Pôde lêr-se no *Diario de Noticias* de 13 de Junho de 1931.

— Bastante chegado à familia dos primitivos autos, se me afigura também o *Oiteiro do Glorioso Santo António de Lisboa*, revelado pelo sr. João Cardoso Junior, no jornal *A Voz*, de 15 de Junho deste ano, em cuja rubrica se inscreve determinada disposição e arranjo cenográfico.

aventurados, ao longo dos séculos XVI a XVIII, com destino aos auditórios do povo que não entendia, por seu bem, as longas tragédias latinas dos colégios e conventos e se enfadava com as comédias discursivas, de intenção moral ou jocosa, insignes documentos de mau-gosto literário.

O Auto que daqui a pouco vamos vêr representar, intitula-se na primeira edição que dêle se conhece :

*Auto do Bemaventurado Senhor Sancto Antonio. Feyto por Affonso Alvarez, a pedimento dos muy honrados, & virtuosos Conegos de Sam Vicente. Muy contemplativo, & em partes muy gracioso, tirado de sua mesma vida. Impresso com licença: Por Antonio Alvarez: Anno MDXCVIII.*

Foi representado na Igreja ou claustro de S. Vicente e, segundo tôdas as probabilidades, em 13 de Junho de 1531, pelo tricentenário da morte do Santo.

Nêle há referências expressas à peste e aos tremores de terra do mês de Janeiro do referido ano, em que caíram cêrca de mil e quinhentas casas, sendo pelo povo considerados êstes fenómenos como avisos e castigos da Providência :

*E por estas cousas taes  
vem a rigorosa peste  
e êstes tremores taes,  
porque bem o conheçais  
que hum açoute com' este  
vem pelos males que obrais.*

SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO  
BIBLIOTECA

Do autor, Afonso Alvares, muito pouco sabe a história literária.

É possível que tenha sido filho de algum escravo da casa Vimioso, pois era mulato e refere-se-lhe Barbosa Machado como *hum dos mais estimados criados* do Bispo de Evora, D. Afonso de Portugal, acrescentando: *Foy dotado de hum genio facil para a Poezia, principalmente na composição de Autos na lingua Portuguesa...*

Falecendo o Bispo de Evora em 1522, depois de ter mandado erguer para sua residencia o encantado retiro da Sempre Noiva, supõe Teófilo Braga que Afonso Alvares tivesse de vir para Lisboa ganhar a vida, ensinando meninos a lêr e escrever.

Modesto de condição, casou com a filha de um albardeiro, permanecendo sempre em Lisboa fóra dos cenáculos literários da Côrte de D. João III.

Os dados principais da sua vida, colhem-se, indirectamente, através da *Querela entre o Chiado e Afonso Alvares*, polémica versificada em que

os dois contendores se agridem e insultam nos termos mais crús e desabridos. (1)

Sendo contemporâneo de Gil Vicente, cuja glória estava então no fastígio, Afonso Alvares denuncia nêste auto e em alguns dos outros que escreveu, uma influencia profunda do grande Poeta cómico.

Imitando-o na parte formal, não lhe foi possível aproximar-se do vigor, da elevação, da graça, da violencia e da ciencia do génio vicentino que ora pintava um fresco com as tintas sobrenaturais de Fra Angélico, ora fazia arder em labareda a sua revolta contra o roubo, a hipocrisia e a injustiça do povo, do clero e da nobreza de Portugal.

O tema central do Auto de Santo António é, essencialmente, o milagre da ressurreição do menino afogado, um dos mais comovedores episódios da vida espiritual do Taumaturgo.

Conta-o assim a *Crónica dos Frades Menores*, na singeleza medieval da tradução portuguesa :

«Em na çidade de Lixboa huum filho de hua irmãa de santo Antonio, que averia çinquo anos, indo a folgar com outros moços aa ribeira do mar, emtrando em hua barquazinha todos, trestornou-sse a barqua, e (os) outros, sabendo nadar, saírom-se a ribeira e aquele moçinho nom sabia nadar, que nom era de hidade para ello, e afogou-sse. E depois de tres oras foy a madre de aquelle moço e tomou o filho morto, que ho aviam tirado huns pescadores : e o padre queriaa-o emterrar e a madre dizia : Ou me leixade com elle, ou me enterrade com elle. E tornando-se ella a santo Antonio, disse-lhe : O irmão meu, e, sse tu aos estranhos eras piadoso, por ventura serás cruell a tua irmãa ?

Sey tu agora piadoso a mym e torna-me o meu filho, ca eu te prometo de o dar a tua Hordem ao serviço de Deus. E logo se o moço levantou saão e salvo e, a madre comprindo o voto, o moço perseverou e acabou samtamente em na Hordem.» (2)

(1) Alberto Pimentel — *Obras do Poeta Chiado*, Lisboa, 1889 pág. 171 e seg.

(2) *Crónica da Ordem dos Frades Menores* — Coimbra, 1918, vol. I, pág. 270, 271.



No auto, o vilão-representador que diz o prólogo, pelo sentido teatral é irmão do *Frade*, da *Mofina Mendes*, do *Vasco Afonso*, do *Auto Pastoril*, do *Clerigo*, da *Exortação da Guerra*, de Gil Vicente. A figura de Santo António é conduzida pela estrada da sua vocação mística, desde os cuidados e afectos familiares em que a mãe representa a defesa do lado material da vida, até à investidura do hábito franciscano que na história do Taumaturgo, como na escala expressiva do auto, se nos propõe como a indumenta da santidade.

Fiel à tradição agiológica que atribui ao Santo numerosas tentações, Afonso Alvares fez intervir o Diabo e o Anjo, simbolos frequentes na dramaturgia de intenção religiosa do tempo, dando expressão eterna aos dois polos do mundo moral do homem que continua a oscilar entre a luz e as trevas da alma, a glória e a perdição, o céu e o inferno.

É para notar o conflito dos dois anjos, o mau e o bom, sobre a posse da alma do Santo, durante o tempo em que êle, *com a contemplação e oração adormece sobre o livro*. Ao acordar, à voz do Anjo que não chega a ver, o Frade apenas suspeita que o diabo teria andado à sua volta para o enleiar na tentação. O Autor evitaria assim o escolho de um conflito directo do Santo com o Demónio, talvez para não alterar a fisionomia doce do Taumaturgo, na mesma hora em que vai unir o céu à terra pela graça de um prodigio.

O Diabo dêste auto é um pobre diabo popular que não sabe Teologia, mas tão façanhudo e gabarola que nenhum daqueles que em letras quinhentistas saltam e zombam, se pôde considerar mais fanfarrão e vaidoso, o que torna patente a concepção legitimamente portuguesa da sua genealogia...

Branca, mãe do pequeno afogado, que acusa o marido a Santo António, enquanto o lavrador vai buscar o filho morto, como tipo de mulher peguilhenta, já excede as classificações que faria depois D. Francisco Manuel, na *Carta de Guia de Casados*... Na mais cómica expressão de mulher mal-casada, já havia a esse tempo a *Ama*, do *Auto da Índia* (1509) de Gil Vicente, a qual no desejo de ver sair a barra o navio em que embarcara o marido, já supplica ao Santo que seja concedida protecção celeste à sua liberdade de pecar :

*A Santo António rogo eu  
Que nunca mo cá depare :  
Não sinto quem não s'enfare  
D'hum diabo zebedeu.*

Ao formular o seu requisitório contra o marido em tal momento, terminando por pedir o divórcio ao Santo, Branca é uma expressão da malícia feminina em que se exercitou, até ao capricho, a veia satírica deste devoto Autor.

A linguagem do Auto que por mais de uma vez iria incorrer nos reparos dos censores da Inquisição, é o português popular da primeira metade do século XVI, a mesma fala em que se exprimem as figuras da nossa gente, os anjos, os diabos e os santos, os moços namorados, as comadres, toda a mafra da Ribeira, desde o *Auto das Regateiras*, do Chiado, até ao *Auto da Feira da Ladra*, do cego Baltasar Dias.

Mas na larga pintura de caracteres e costumes em que se refletem as imperfeições humanas, os vícios, as vaidades e até as virtudes da época, das numerosas realizações do teatro popular em que o elemento divino alterna com o humano, sente-se que está ausente, e muito longe, o génio de Gil Vicente. Mas parece-nos também que os fulgores que em todos êsses folhetos cintilam, ainda são radiações do mesmo sol-criador.

O Auto de Santo António, pelo numero de edições em que se divulgou, deve ter sido largamente representado até ao meiado do século XVIII.

Repetindo-o hoje, nesta Escola de teatro português, com pleno respeito da sua integridade, cumpre àquêles que o vêem, considerá-lo na sua natureza infantilmente ingênua de composição, nas suaves côres de iluminura em que as personagens fôram desenhadas.

Estamos diante de um triptico, ainda primitivo pela fé e pela sinceridade: quem não fôr capaz de se ausentar do nosso tempo, para aplaudir com consciencia esta dôce realização quinhentista, não poderá, contudo, eximir-se à curiosidade de olhar para ela, com o respeito cortês devido às coisas altas que os espíritos fortes não compreendem...

Ao seculo XVI são referidas ainda mais duas obras de teatro antoniano: um auto de Frei Antonio de Lisboa, frade franciscano, e a *Comédia de Santo António*, de Clemente Lopes. (1)

Devo porém esclarecer que não foi possível à minha deligencia haver à mão qualquer destas peças que busquei cuidadosamente, à indicação precisa do Doutor Teofilo Braga.

---

(1) Para mais completa bibliografia do teatro antoniano português, pode lêr-se o erudito artigo de Jorge de F(aria) — *Santo Antonio* — no *Diario da Manhã*, de 13 de Junho de 1931.

Com o dominio dos Felipes e com as guerras da Restauração, passou a maior parte do século XVII em que não aparece teatro novo de Santo António, talvez porque bastassem os nove sermões que dele prègou o Padre António Vieira e porque ao Taumaturgo os municipios e os exércitos portuguezes pedissem mais auxilio de acção do que motivo de representação...

O século XVIII, devoto e falsamente devoto tantas vezes, foi mais diligente em levantar igrejas, capelas e altares a Santo António, desde o mosteiro de Mafra à igreja reconstruida de Lisboa, e em pintar os seus milagres em azulejos e telas, do que em dar representações litúrgicas que aliás não estavam ao favor da moda do teatro francês e italiano que nos invadira os páteos. O século passado contribuiu para a bibliografia teatral antoniana com duas obras principais — *Santo António, livrando o Pai do patibulo. Drama sacro*, de Antonio Xavier Ferreira de Azevedo, e o misterio intitulado — *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo Santo António*, representado em 1854, pela primeira vez, interpretado no papel principal pelo seu autor, José Maria Brás Martins.

António Xavier, autor do Drama sacro, foi fecundissimo escritor teatral, tendo alcançado no seu tempo aquella notoriedade popular que hoje faz a glória e a fortuna do revisteiro consagrado. Natural de Lisboa, viveu apenas trinta anos, tendo morrido em 1814. Repartindo o tempo pelas letras e pelos cargos publicos modestos que desempenhou, pôde ainda escrever perto de cinquenta peças de teatro e, entre elas, a conhecida farsa *Manuel Mendes*. Com ele contendeu asperamente José Agostinho de Macedo de quem Azevedo tirou perpétua vingança, introduzindo a sua figura no drama — *O Mau Amigo*.

O drama sôbre Santo António que aqui nos interessa, foi-se convertendo em auto, nas sucessivas adaptações e adulterações de que foi vitima, a ultima das quais, *novissima edição augmentada*, ainda era possivel adquirir-se há vinte anos, nos quiosques de Lisboa, já reduzida a folheto de cordel.

Escrito em prosa e verso, com personagens de capricho, já inclui um mau soneto que é recitado por Martim, pai de Santo António, em despedida de quem vai para a forca.

O primitivo drama, tecido à volta de um milagre que se me afigura de exclusiva atribuição portuguesa, tanto em si mesmo, como travestido nas farrapagens de auto de cordel, não é obra literária que requeira ou obrigue a nossa admiração. Nem valor de composição, nem vigor de estilo: na primeira fase, adornado com as louçanias pretenciosas do tempo de Filinto, depois com a ênfase melada do pior gosto romântico.

*Gabriel e Lusbel*, de Brás Martins, foi na segunda metade do século passado, uma obra de exaltação do Santo, num intento a que daria realce a contribuição musical de Angelo Frondoni, imprimindo-lhe a feição múltipla de auto, de comedia, de drama e de mágica.

Nesta peça aparece, pela primeira vez no nosso teatro, a dramatisação da discordância ou conflito entre o geral Frei Elias e Frei António, em que ao frade português se atribui, por distinção, a fidelidade aos ensinamentos de S. Francisco e à pureza da religião seráfica. Brás Martins era um actor estudioso e culto e pretendia recolher na sua oratória o eco das disputas que à morte do Fundador dividiram os seus filhos em *zelanti* ou espirituais e conventuais.

Pela grande voga que o consagrou, vai para um século, repetiram-se as edições deste misterio que foi representado ainda em 1895 no *Teatro D. Amélia*, pelo quarto centenário do nascimento do Santo.

O conhecimento geral da oratória e a divulgação que vai ter nas representações de hoje e dos dias próximos — que oxalá respeitem a letra e o espirito do Autor — dispensavel é descer a pormenores de entrecho, ao longo do qual a acção dramática é dominada pela luta do anjo bom e do anjo mau, com o triunfo glorioso do Santo Português.

Obra de teatro romântico, nos moldes, nos intentos e na linguagem, tanto soube falar à alma do povo que nas terras de Província, segundo rezam as tradições dos palcos, as mulheres mais devotas corriam a Brás Martins a beijar-lhe a mão, como se o actor fôsse o próprio Taumaturgo ou dele houvesse recebido o dom e o poder misterioso de o incarnar em cena.

Informa o Prof. Antonio Pinheiro — que na sua mocidade ainda representou o misterio em terras do Brasil — que muitas frases da oratória, à força de repetidas em demoradas épocas, passaram para a gíria teatral, como por exemplo, as da fala de Marco Aurelio, avarento, ao pesar a dinheiro o papel que Clementina lhe entrega, por ordem do Santo:

*As economias dos nobres já lá estão! Já lá vão tambem as economias dos frades!* — frases com que se exprime o estado de penúria de um artista ou a ruina sem remédio de uma empresa.

A estas obras poderíamos juntar algumas peças, monologos e cançonetas, sem categoria literária, embora com alguma vida teatral, de que são exemplos a *Carta a Santo António*, imitação do italiano, de Julio de Menezes, em que a uma menina se depara o avô perdido, e o monólogo em verso, de Baptista Machado, *Santo António Milagreiro*, série de redondilhas com facécias e graçolas, mal apuradas de gosto e ermas de talento.

Para terminar, seja-me consentida a esperança de que esta longa e enfadonha exposição, possa despertar em alguém o desejo de a vingar, interessando-se em conhecer por si a vida histórica e as interpretações cénicas deste gloriosíssimo Português que, por suas virtudes e renúncias, mereceu ser venerado como um dos maiores santos da Cristandade.

Por ter saído de Lisboa e de Coimbra para nunca mais voltar à terra da Pátria, não o tenha por ingrato e mau português aquela crítica leviana e insensata que julga os homens e os acontecimentos à claridade artificial e viciosa da meia-ciencia que merece menos respeito do que a ignorância sincera.

Queria também ver altear-se a confiança de que surja ainda em Portugal o verdadeiro e grande dramaturgo de Santo António que, pela força imperecível do teatro ou pelo poder de universalização da cinematografia, projecte no mundo inteiro, com vozes e sombras humanas, a sua figura excelsa de perfeição espiritual, reinvidicando-o assim para o lugar que lhe é devido na honra da nossa história, na nobreza da nossa cultura e no amor de todos os Portugueses!

Talvez Êle, por milagre, clareie e alimpe de nuvens o ceu baixo das nossas artes histriónicas, salvando-as do ultimo descrédito e do naufrágio de tantos esforços heroicos, livrando-nos também da humilhação e dor de termos de rezar algum dia o seu responso, pelo teatro português perdido!

10 de Junho de 1931.



# Á morte do principe D. José

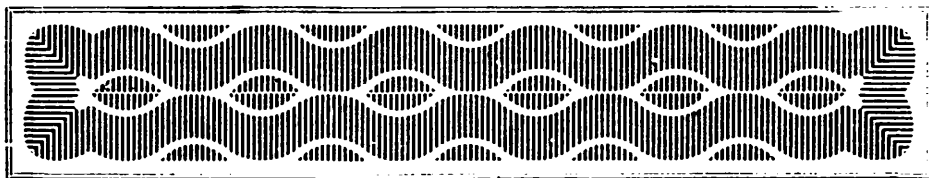
*Fragil corpo! Ou de purpura vestido,  
Ou de grosseiras pelles abrigado,  
De barro foi na terra fabricado,  
Na terra fica em terra convertido.*

*Virtude santa! Lá do céu subido  
Desceu sobre este mundo desgraçado,  
O espirito feliz, que a tem amado  
Com ella vò a ao throno esclarecido,*

*Tem a morte no corpo auctoridade,  
A sã virtude escapa aos seus reveses:  
O Principe confirma esta verdade:  
Morreu uma; mas vive duas vezes:  
Vive no céu por uma eternidade,  
Vive no coração dos portuguezes.*

José Agostinho de Macedo.

Dos «Sonetos» das «Obras inéditas  
de José Agostinho de Macedo».



## Aforismos e depoimentos políticos de José Agostinho de Macedo

«Não pode haver maior desgraça para o estado social que obriguem-se os homens, que por muitos seculos se governárão de huma maneira, que repentinamente se governem de outra, conforme o arbitrio, e fantasia de poucos.» <sup>(1)</sup>

«A Constituição social não está nos livros, nem em pergaminhos, nem em papeis, he obra de outro dedo, existe na Essencia do homem em primeiro lugar, e em segundo lugar, (isto he difficil de conceber) existe na existencia moral da sociedade civil.» <sup>(2)</sup>

«Eu lhe digo, as *nossas* Cortes erão o exemplar da melhor forma de huma Constituição Politica em huma Monarquia independente, e hereditaria. Erão o Conselho publico, e geral da Nação composto equilibradamente dos Trez Estados, e com hum poder puramente consultivo. Nestas Cortes havia a verdadeira representação Nacional.» <sup>(3)</sup>

«Quando entramos bem no conhecimento da Filosofia da Historia só pelos seus testemunhos, e pela observação dos factos, em suas paginas consignados, conhecemos, que o Governo mais perfeito, e por isso mesmo o mais duradouro, e consistente, he o Governo de hum só, isto he, de hum Rei, não electivo, mas hereditario; e quanto mais se conservar huma dinastia, mais segura se conservará a felecidade de huma Nação. As Leis, que a constituem, fogem da condição das cousas do Mundo, a quem a sua longa duração faz caducar: estas Leis, quanto mais remota he a Epoca da sua origem, mais seguras se tornão em sua existencia.» <sup>(4)</sup>

---

<sup>(1)</sup> (*Cartas a J. J. P. L.* 1827, carta 22.<sup>a</sup>, pag. 2).

<sup>(2)</sup> (*Refutação Methodica* etc., 1824, pag. 8).

<sup>(3)</sup> (*Ibidem*, pag. 14).

<sup>(4)</sup> (*A Besta Esfolada* 1828 — 1829, n.º 23, pag. 15).

«Ah! dirão muitos, o Padre traz o espirito muito azedo com estas catastrofes do Reino, custa-lhe muito o vilipendio da Nação, a quem pertence, mas he porque tem a alma acanhada, e a não deixou jámais penetrar com um raio de luz do Liberalismo. Ainda não dêo em sua vida huma só vista de olhos ao *Contracto Social*. Dei sim, senhores, e muito que dei e tanto dei, que até dei nelle com hum continuo e solemne Plagiato de toda a segunda parte do Livro do Saxonio Hulrico, intitulado — *De Jure Civitatis*, — ou do direito do Cidadão, porque João Jaques, auctor classico dos nossos Caixeiros, não fez em todas as suas Obras mais do que empurrar gato por lebre. Veção lá se eu sei alguma cousa do Liberalismo!» (1)

«Desenganem-se os Reis, desenganem-se os Povos, que o mais sa-gaz, e ardilozo artificio dos malvados, ou da pestifera Seita revolu-cionaria, he a invenção dos Governos Representativos, por mais disfarça-dos que se apresentem com atavios na Realeza, mais suspeitos se nos devem tornar. Hum Governo Representativos á moderna he hum seguro degráo para a democracia.» (2)

«O irrisorio Dogma, ou sofisticico principio da Soberania da Nação, que he a primeira das contradicções, ou o primeiro dos absurdos, he tambem a primeira móla nas revoluções.

Em nome da Nação se commettem todos os attentados pela mesma Nação, e fica escrava dos facciosos, a mesma que se acredita Soberana no Throno.» (3)

«Desgraçado prestigio, ou desgraçado pretexto he este da Carta! Este invento revolucionario das Cartas, desenganem-se os Povos, he con-servar em vida as revoluções. Desenganem-se os Monarcas, se elles querem a conservação do Throno, não queirão Carta, e se querem Carta, não terão segura nem a magestade, nem a existencia do Throno.» (4)

«... hum rei Constitucional he o mesmo que hum rei pintado.» (5)

«Quem não governa só não he Monarca, porque isto só quer dizer esta palavra.» (6)

«O Maçonismo não distingue o crime da virtude, a móla de todas as suas acções he a vingança pela rebellião, e o interesse pela rapina.» (7)

(1) (Ibidem n.º 22, pag. 5).

(2) (*O Desengano*, 1830, n.º 2, pag. 3).

(3) (Ibidem).

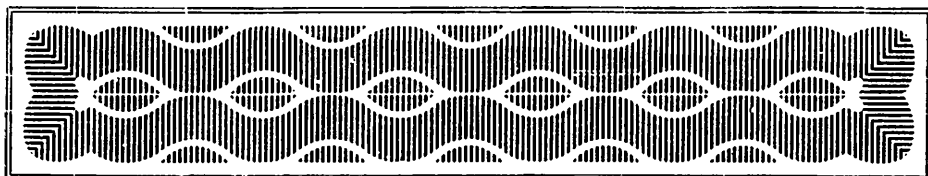
(4) (Ibidem, n.º 3, pag. 7).

(5) (Ibidem, n.º 5, pag. 3).

(6) (Ibidem, pag. 4).

(7) (Ibidem, pag. 5).





## No Centenário de José Agostinho de Macedo

por FERNANDO CAMPOS

**P**ASSOU no dia 2 de Outubro, o primeiro centenário da morte do Padre José Agostinho de Macedo, o graciano rebelde às disciplinas do claustro, mas a quem só uma crítica facciosa poderá negar as altas qualidades, que possuía, de humanista consumado e de aprimorado cultor da nossa língua.

Como poeta, embora nunca tivesse atingido as cumiadas a que o seu estro aspirava, legou-nos, todavia, documentos demonstrativos de um engenho pouco vulgar, e que, se nem sempre se harmonizava inteiramente com a magestade dos seus assuntos preferidos, não deixava jámais de traduzir-se com elevação e brilhantismo.

Sem perflilhar o critério de um dos seus numerosos detractores, que o considerava apenas «um versificador monotono», que afirmava que, nos seus versos, buscaremos em vão, «o prestigio e encanto das imagens, o aticismo gracioso de um pincel ameno e fácil», não deixarei, talvez, de concordar com o autor das *Memorias da Literatura Contemporânea*, em que Macedo não copiava do vivo, em que o seu talento poético se inspirava, de preferencia, no estudo e na convivencia de outros poetas, que não traduzia as suas impressões pessoais, que não sentia as maravilhas da natureza nem as comoções affectivas, com a sua sensibilidade própria.

É possível que assim fôsse, e melhor do que eu poderá dizê-lo quem o leia com menor admiração. Talvez que ao turbulento *Elmiro* da última Arcádia, possa até aplicar-se o que Victor Hugo sentenciava de Voltaire, quando escrevia que «Excepto na tragédia, que lhe é própria, ao seu talento falta franqueza e ternura. Sente-se que tudo aquilo é o resultado de uma organização e não o efeito de uma inspiração.»

Importa, porém, recordar que o *indisciplinado* José Agostinho de Macedo se submetêra de bom grado aos preceitos poéticos do seu tempo,



P.º José Agostinho de Macedo

cultivando, com decidida preferência, o género didactico, êsse género literário que, para Hegel, não devia ser contado entre as formas próprias da arte. Mas só quem nunca tiver percorrido as páginas volumosas dos seus poemas, do *Gama*, do *Oriente*, da *Meditação*, da *Viagem Extatica*, etc., ousará negar que nelas se encontram estâncias de grande vigor e beleza.

Assim o reconheceram, pelo menos, alguns críticos, que de-certo não valem menos do que tantos dos seus detractores, enfileirando até nêsse numero alguns estrangeiros, como Romero Ortiz, Adrien Bolby e Ferdinand Denis, que, ao referir-se ao Padre Macedo e ao seu poema *O Oriente*, dizia que os portugueses o consideravam como a primeira epopeia dos tempos modernos.

Admitindo, porém, que as suas obras poéticas fôsem tudo aquilo que em desfavôr se tem dito, bastaria para immortalizar o Padre José Agostinho de Macedo o substancioso produto do seu labor de erudito e panfletário.

É ler as *Censuras*, os *Sermões*, as *Cartas*, os *Pensamentos filosóficos*, as *Cartas filosóficas a Allico*, o *Motim Literário* e tantos outros escritos impossíveis de enumerar, e ninguém deixará de render-se perante a prodigiosa erudição acumulada ao longo dêsses volumes.

Mas, o Padre Macedo não foi sómente um erudito, como todos nós sabemos. Lançando-se com ardor nas lutas políticas do século, combateu fervorosamente o combate legitimista, o que só havia de acrescentar-lhe a glória por ter sido um dos primeiros polemistas que tivemos.

Como escreveu Lopes de Mendonça nas *Memórias da Literatura Contemporânea*, «José Agostinho de Macedo é o precursor do jornalismo, e é êle próprio um jornalista inventivo e espirituoso, talhado para as lutas acerbas da imprensa, infatigável e imaginoso, prompto na replica, e mais de uma vez feliz no sarcasmo e na invectiva.»

No *Desengano*, na *Besta Esfolada*, na *Tripa virada*, na *Tripa por huma vez*, nas *Pateadas*, nas *Cartas a Manuel Mendes Fogaça*, etc., sobejamente se revela essa faceta dominante do seu génio.

Em conclusão: por qualquer aspecto que encaremos a figura literária de José Agostinho de Macedo, sempre ela ha-de avultar como uma das mais notáveis, pois se, como poeta, foi brilhante, como erudito, bem serviu a cultura portuguesa e como prosador, soube elevar-se a par dos maiores defensores do património glorioso da linguagem.

É já um lugar comum, não falar do Padre José Agostinho sem se dar primacial importância aos desconcertos do seu viver, e sem tentar até transportá-los para a esfera da sua actividade política.

Não se aborda o perfil de Macedo que não seja para lhe vincar os

traços *sanguinarios*, para lhe pôr em relêvo os deslizes do seu carácter dominado pela *rebeldia*, pela *intolerância*, pelo *orgulho*, pela *duplicidade*, pela *vaidade* e por tudo mais que uma crítica tortuosa se tem comprazido em desvendar, com estranha unanimidade de vistas, na biografia do escritor, esquecendo, premeditadamente, o muito que êle valia, para dar apenas realce aos elementos depreciativos, elementos pessoais, cuja existencia eu posso negar e negarei, com razões fundamentadas.

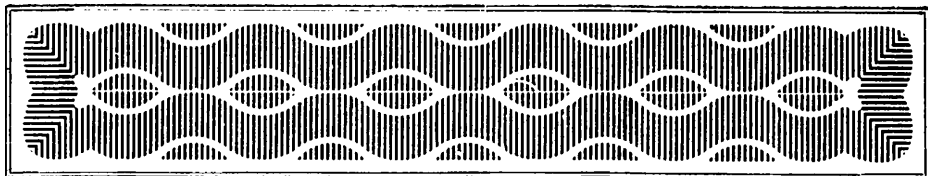
É já tempo de corrigirmos a condenação injusta, que os odios acumulados pelo tempo fizeram desabar sobre a memória dêsse grande portuguez.

Quantos críticos implacáveis de todos êsses supostos vícios e defeitos do frade não se estariam retratando a si próprios, quando rasgavam com a sua pena, sem pudor nem consciência, a memória gloriosa de um escritor que foi muito diferente do que se afirma, que não cometeu nunca as infâmias de que o têm acusado a jacobinagem das letras, que só disse a verdade, da proclamar que, se como homem tinha pecados, como cidadão não tinha crimes.

Não é porém para os limites acanhados de uma notícia, a revisão do processo que os seus adversários instauraram a um dos melhores representantes do Pensamento Português no século XIX.

Sirvam estas palavras apenas para lembrar a passagem de uma data que não devia ser indiferente ao nosso meio cultural, mas que vai decorrer despercebida do grande público, o que é triste, e daquelas entidades officiais a quem competia comemorá-la, o que é, sem dúvida, vergonhoso.





## Os críticos de José Agostinho de Macedo

**N**ESTA passagem do centenário do Padre José Agostinho de Macedo, vem a propósito recordar a forma por que o julgaram e criticaram alguns autores de renome, o que servirá também para confundir tantas acusações caluniosas que os seus detractores lhe accumularam sobre a memória.

É o que faremos seguidamente nesta colectanea de juizos, aliás muito incompleta.

\*

«Pedirei uma venia mais para mencionar, como um poema que faz suma honra ao nome português — a *Meditação* do sr. J. A. de Macedo — que tem sido censurada por quem não é capaz de entendê-la. Não sei eu se ela tem defeitos; é obra humana, e de certo lhes não escapou; mas sublimidade, copia de doutrina, phrase portugueza e grandes idéas, só lho negará a cegueira ou a paixão.» <sup>(1)</sup>

«Na eloquencia do pulpito, a unica em Portugal cultivada, só um orador deixou pela estampa monumentos dignos de exame, se atendermos á fama popular que para seu auctor grangearam: já se vê que fallamos do padre Macedo.» <sup>(2)</sup>

«Era o rosto mais sympathico e bello de ancião que hei conhecido. — Quem lêsse os seus furibundos escriptos politicos diria que êle tinha um génio irascivel e cruel; todavia, no seu trato familiar, era affabilissimo, tinha um coração bondoso e era excessivamente generoso e bemfazejo...» <sup>(3)</sup>

«Homem de inegualavel talento e de vasta erudição, escritor fecundissimo, como bem se deixa ver de tantas e tão variadas produções, seria

---

(1) Almeida Garrett — *Bosquejo* — pág. 44.

(2) Alexandre Herculano — *Repositorio Literario* (1834), n.º 2, pág. 13.

(3) Pinho Leal — *Portugal Antigo e Moderno* (1873), tomo 1, pág. 367.

talvez mais querido dos contemporaneos e a sua memória melhor apreciada da posteridade, se o temperamento atrabiliario que nelle predominava, um amor próprio excessivo, ainda que justificável até certo ponto pela reconhecida inferioridade dos seus competidores, e mais que tudo os ódios suscitados pelas querelas politicas, em que tomou com a penna tão activa parte, nos seus ultimos annos, não lhe alienassem as sympathias de muitos, impossibilitando-os de assentarem a seu respeito um juizo recto e imparcial.» (1)

«a maior parte dos que bem ou mal o censuravam, eram instigados do espirito de inveja e de mesquinha rivalidade.» (2)

«começara tambem a dar-se desde logo com especialidade no exercicio da predica, em que foi vendo engrossar de dia para dia a sua nomeada até chegar a ser não só escutado com gosto e attenção, mas applaudido como um dos melhores oradores, que então subiam aos pulpitos da capital, e por fim preconizado quási universalmente por superior a todos êlles.» (3)

«José Agostinho de Macedo é o precursor do jornalismo, e é elle proprio um jornalista inventivo e espirituoso, talhado para as lutas acerbadas da imprensa, infatigavel e imaginoso, prompto na replica, e mais de uma vez feliz no sarcasmo, e na invectiva.» (4)

«Quanto a nós, a acção litteraria de José Agostinho de Macedo é o que caracteriza melhor o seu talento e prova os fecundos recursos do seu espirito, verifica-se sobre tudo no pamphleto, na satyra, no opusculo fugitivo, nas dissertações *humorísticas* que elle, no genero politico ou litterario, improvisava com a actividade febril, de que só ha exemplo na moderna imprensa periódica.» (5)

«José Agostinho deixou escola, e durante muitos annos vimos reproduzidos os principaes escandalos do seu estylo, sem acontecer o mesmo ao seu talento incontestavel de escriptor.» (6)

(1) Inocencio Francisco da Silva — *Dicionário Bibliográfico* — tomo iv, pág. 183.

(2) Idem — *Memórias para a vida intima, etc.* — pág. 37.

(3) Idem — obra cit. pág. 37.

(4) A. P. Lopes de Mendonça — *Memorias da Litteratura Contemporânea* (1855), pag. 60.

(5) Idem — Obra cit., pag. 60.

(6) Idem — Obra cit., pag. 66.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1830

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Outubro

**Dia 1** — Chega o Inspector dos voluntários realistas, sendo aboletado em casa de José Maria dos Pombais. (P. L.)

**Dia 2** — Alvará do presidente da Alçada do Porto, citando, por editos de 2 meses, 90 réus que estavam ausentes, para comparecerem e livrarem-se das culpas e crimes porque estavam pronunciados pelas devassas de rebelião por esta Alçada. Entre êles figuravam o Padre António José Antunes, vigário de S. Sebastião de Guimarães; Padre Boaventura Fernandes de Meireles, Padre Francisco António do Souto, Padre José Narciso Monteiro, Cônego José de Abreu Cardoso Teixeira, tódos desta vila; Padre Custódio José Fernandes, vigário de S. Tomé de Caldelas; Padre Custódio José de Macedo, abade de S. Salvador de Briteiros; Frei João de Bouro, religioso borra, da freguesia de S. Lourenço, desta comarca; Padre João de Soutelo, da honra de Cepais, desta comarca; Padre Luciano José Pinto dos Reis e Oliveira, abade de Tagilde, e António Manuel de Meireles, ex-capitão do regimento n.º 21.

**Dia 7** — Identico alvará citando 107 réus ausentes, dos quais 44 desta vila e mais 3 de que vão mencionados os lugares ou freguesias donde são, a saber: António Joaquim Ferreira de Castro, médico; António Bernardo Lobão, escrevente; António Alves, ferreiro; António Cardoso Formiga, ourives; António Duarte Ferraz. António Francisco Salgado, barbeiro; António

Joaquim, negociante; António Joaquim de Carvalho; António José, o careca, criado de servir; António José de Sousa, ex-ajudante do regimento de milicias de Guimarães; António José Vieira Mendes, negociante; António de Sousa, estudante, de S. Torcato; Bento António de Moura; Bento Leite Pereira da Costa, ex-vereador; Catarina da Cunha; Cosme de Oliveira Ferreira, ferreiro; Custódio Ferreira, ferreiro; Custódio José Ferreira da Costa, ourives; Diogo Martins da Costa, negociante; Domingos António da Silva, cônego arcediogo; Domingos Duarte Machado Ferraz, proprietário; Domingos José de Azevedo, cirurgião, de Rabiços; Domingos José Soares, negociante; Domingos de Oliveira Ferreira, boticário; Fernando António Pinto de Miranda, ex-escrivão; Francisco António Leiras ou Tripas; Francisco de Castro Lopes, vendeiro, Francisco Diogo Martins da Costa; Francisco de Freitas Guimarães, negociante; Francisco Ferreira, sapateiro; Francisco Joaquim Coelho, o «chico ourives»; Francisco José Gonçalves, o Fradelos, ourives; Francisco José Ribeiro, official dos orfãos; Francisco José Teixeira Rego, ajudante do officio dos contos; Francisco Marinho, de Arôis; Francisco Ribeiro Machado, caixeiro; Francisco do Vale de Carvalho, capelista; Gualter, que por sobre nome não perca, sapateiro; Gaspar Baptista Barbilete, tabelião; Gregório Baptista Barbilete, meirinho; João da Costa Corugeira, negociante; João Pinto Saldanha, bacharel; João Teixeira Guimarães, alcaide; João Teixeira Rego, escrivão dos Contos. José Fortunato de Macedo Castro, proprietário; José Joaquim de Abreu, ca-

pitão de milícias; e José Maria Machado, escrevente.

**Dia 8** — Identico alvará citando mais 77 réus entre eles os seguintes, desta vila e sua comarca, a saber:

Da vila: João Ferreira de Sousa, ex-capitão de milícias da mesma; João Vieira; José Barbosa, ex-alferes de ordenanças da mesma; José Machado, academico; José Pereira Guimarães, negociante; cônego João Baptista Gonçalves; José Salgado da Cruz, estudante; José Teodoro Campainhas, padeiro; José Torres, negociante; José Peixoto de Freitas, negociante; José António da Silva Pica, sapateiro; José de Castro Guimarães, caixeiro; José Narciso Monteiro, presbitero; José de Freitas Guimarães, negociante; Joaquim José, o Ramalhete, ourives; João José Nogueira Mojarinho, idem; José da Silva, caixeiro; cônego José Teixeira, José de Campos, negociante; Jerónimo, o Fidalgo, sapateiro; João Corrêa, barbeiro; José António Fernan; des Marques, negociante; José Maria, ex-tenente de milícias da mesma; José Rodrigues Delgado, fabricante; José Lopes Vieira; Luis Lopes Vieira, bacharel; Luis José Ferreira da Costa, negociante; e Lourenço António Navenheiro, ourives; do termo e comarca: José Joaquim, cirurgião; Jerónimo Gonçalves, serralheiro; José António Dias Ferreira, escrevente, de Vizela; João de Sousa, estudante, de S. Torcato.

**Dia 10** — O Inspector dos voluntários realistas passa revista no Campo do Tournal ao batalhão dos mesmos, desta vila. Depois houve parada e no fim vivas a S. M. o sr. D. Miguel 1.<sup>o</sup> (P. L.)

**Dia 11** — Identico alvará ao do dia 8 citando mais 57 réus ausentes, entre os quais.

Desta vila: Manuel José de Miranda Lemos, negociante; Manuel José Pereira Marinho, o Fontelas, ex-major de milícias

da mesma; Miguel António da Silva, o Dançante, alfaiate; Mateus José de Passos Lima; Manuel José de Oliveira Cardoso, procurador; Martinho Engeitado, alfaiate; Manuel Joaquim Teixeira Neto, musico; Manuel José Maximino, caixeiro; Manuel António de Carvalho, negociante; Manuel José Ferreira, pedreiro; Manuel António de Silva, musico; Frei Manuel da Costa, religioso graciano; Manuel José Nobre, sapateiro; Manuel António da Silva, o jejum, negociante; Manuel Lopes de Oliveira, procurador; Manuel Francisco, carpinteiro; Manuel Joaquim André, alfaiate; Manuel da Costa, carpinteiro; Pedro Pereira Lopes, negociante; Plácido Tavares da Veiga Falcão, partidior dos orfãos; Rosa Ferreira, solteira; Teotónio Ferreira da Cunha, boticário; Venancio António Ribeiro, negociante; e Manuel Inácio Pereira de Morais Cabral, provedor que foi desta comarca; D. Maria e D. Silécia que por sobre nomes não percam, ambas da freguesia de Tágilde.

**Dia 13** — Por acordãos da Alçada do Porto se fez auto sumário e se assinou os 5 dias para dizer de facto e de direito ao réu ausente José Joaquim Vieira (pai do barão de Paço), que foi empregado no commissariádo desta vila, defendido por sua mulher; e se julgou a final o processo sumário do réu Francisco António da Costa, mercieiro, que foi condenado em 3 ano sde degredo para as Ilhas de Cabo Verde e 50\$000 reis para as despesas da Alçada.

**Dia 19** — Passou nos arrabaldes desta vila o príncipe de Esse que estava em Braga e ia para Chaves para solenisar os anos de S. M. o sr. D. Miguel 1.<sup>o</sup> (P. L.)

**Dia 20** — Decreto, demittindo, por não convir que continue ao serviço, o capitão do regimento de milícias de Guimarães, António Luiz da Cunha e Sousa.



**Dia 2** — Em sessão extraordinária a vereação determina que, por passar no dia 26 o aniversário natalício de el-rei D. Miguel, houvesse 3 dias de iluminação anunciada por um decente pregão, nas noites de 24, 25 e 26, havendo fogo do ar, tanto no bando como nos 3 dias e noites sucessivas.

**Dia 23** — Sai da casa da Câmara um luzido Bando anunciando o dia dos anos de S. M. o sr. D. Miguel, ordenando aos habitantes da vila, que ponham luminárias nas noites de 24, 25 e 26. Enquanto andou o Bando, não cessaram os repiques e foguetes do ar. (P. L.)

**Dia 24** — Houve touros no terreiro do Campo da Feira; à noite luminárias e bastante fogo do ar, principalmente no Campo do Toural. (P. L.)

**Dia 26** — Anos do sr. D. Miguel — Solenissimo *Te Deum* em S. Pedro, missa cantada, com exposição, assistindo as autoridades civis e militares, o chanceler da Relação do Porto e várias pessoas de todas as classes. No fim, parada geral no Toural, composta do destacamento do regimento n.º 22 e do batalhão dos voluntários realistas. A' tarde touros no Campo da Feira. A' noite houve companhia (baile) na casa do Arco, dada pelo Visconde da Azenha, Filho. Nesta noite saíram o Visconde da Azenha e o Barão de Vila Pouca com a efigie de S. M. o sr. D. Miguel, acompanhada por pessoas de todas as classes com archotes e tochas de cera, dando vivas ao mesmo Augusto Senhor. (P. L.)

**Dia 27** — Morre a mulher de José Manuel, botequineiro, vulgo «Vago Mestre», morador no Passeio do Toural. (P. L.)

\*

Ilumina-se toda a cidade, muitos mor-teiros, foguetes do ar, repiques, e o povo

dá vivas com grande entusiasmo por chegar neste dia a noticia (verificando-se mais tarde ser falsa) de que o Imperador da Austria havia nomeado embaixador para Lisboa. (P. L.)

**Dia 30** — Alvará, identico ao do dia 2 deste, citando mais 87 réus ausentes, entre elles Francisco da Silva Guimarães, ex-sargento do extinto regimento n.º 21.

\*

No Porto embarcaram no hiate «Anjo da Paz» 17 réus dos que estavam julgados pela Alçada, sendo um deles o Padre José Lopes de Faria, por alcunha o Bicho, coadjutor da freguesia de S. Martinho de Candoso, natural da de Alagoa, comarca de Trancoso, -- degredado por 6 anos para a Ilha do Principe; no dia seguinte saiu o hiate para Lisboa, e iam guardados por uma escolta de infantaria n.º 12, afim dali seguirem para os seus degredos.

## Novembro

**Dia 9** — É nomiado ajudante do batalhão de voluntários realistas de Guimarães o tenente do regimento de caçadores do Alentejo, João Manuel da Cunha Lousada.

**Dia 10** — Morre o Padre Boaventura Fernandes de Meireles, irmão do capitão do Rio, estava comprometido por constitucional. Foi sepultado no dia seguinte na igreja de S. Pedro. (P. L.)

\*

Acordãos da Alçada do Porto, julgando a final os processos sumários dos réus José Pedro Mendes de Sousa Machado, estudante do 3.º ano de canones na Universidade de Coimbra, da freguesia de S. Martinho de Sande, do termo de Guimarães, e José Rodrigues Guimarães «o Pita», al-

faiate; condenando aquêlê em 5 anos de degredo para os Estados da Índia e 200\$000 reis para as despesas da Alçada, e a culpa dêste julgada expiada com o tempo dá prisão que tinha sofrido, ficando porém sugeito por 6 mêses à vigilância da policia local.

**Dia 11** — O Cabido apresenta na igreja do Paraiso, o capelão da Colegiada, Padre Manuel Lobo, das Lages, ex-frade franciscano. (P. L.)

\*

Morreu João Baptista da Silva Areias, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e um dos melhores proprietários da vila. Foi sepultado no dia seguinte, com grande pompa, na igreja de S. Francisco. (P. L.)

**Dia 12** — Acordam da Alçada do Porto, julgando a final o processo sumário do réu Miguel Fernandes da Silva Vilela, negociante, desta vila, ausente, defendido por sua mulher. Foi absolvido por falta de prova.

**Dia 15** — Decreto pelo qual El-Rei D. Miguel, tendo em consideração o bom serviço que Lhe prestou José Diniz, desta vila, por ocasião da rebelião que se desenvolveu na cidade do Porto, lhe faz mercê da propriedade do officio de meirinho da comarca de Valença.

**Dia 19** — De madrugada fogem do castelo desta vila 5 presos por opiniões políticas; por isso pegou em armas o batalhão dos voluntários realistas e saíram algumas escoltas para vêr se os prendiam. Uma nota no livro do P. L., muito posterior e diferente, diz: Um dos presos era Miguel António Moreira de Sá, da casa de Sá, e outro era o Dr. Valentim Marcelino dos Santos. (P. L.)

\*

Acordam da Alçada do Porto, julgando a final o processo sumário do réu Ma-

nuel Francisco da Costa Torres, negociante desta vila, que foi condenado em um ano de reclusão na Praça de Almeida e em 50\$000 reis para as despesas da Alçada.

**Dia 24** — A câmara, em sessão extraordinária, elegeu por unanimidade depositário geral dos bens sequestrados na comarca, por ter falecido João Batista da Silva Barros, a Francisco José Ribeiro de Abreu, proprietário de bens, da quinta de Agra, freguesia e couto de S. Torcato e morador na rua Escura desta vila. Em 27 dêste, a Câmara, também em sessão extraordinária, deferiu o requerimento dêle, Francisco José Ribeiro de Abreu, em que pedia isenção do cargo, por ser tenente de milicias do regimento da Barca, que gosava de privilégio: e nomeou, para o dito cargo de depositário, Nicolau Luiz Ferreira, proprietário de bens, morador no terreiro do Tournal e filho de José Luiz Ferreira, boticário, desta vila.

## Dezembro

**Dia 1** — Por acordam da Alçada do Porto, foi julgado a final o processo sumário do réu bacharel Bernardo José de Araujo Carvalho Reis, desta vila, cuja culpa se julgou expiada com o tempo da prisão que sofreu desde 24 de Julho de 1828.

\*

«Passou desta vida para a eterna a alma do cônego da colegiada desta vila Manuel Joaquim Maia, que tinha sido Frade Dominicó, e que tinha obtido a sobrevivencia da Cadeira do Cônego demente, Joaquim Pereira Gajo, à qual o Cabido se tinha oposto fazendo-o correr demanda na Legacia. No outro dia do seu falecimento foi apresentada uma carta sua, escrita no dia 23 do passado, quando foi sacramentado, na qual pedia ao Cabido perdão de tôdas as ofensas que lhe tivesse

feito tanto em publico como em particular, pedindo-lhe ao mesmo tempo uma mortalha para com ela ser sepultado como pobre no Campo Santo, fazendo-lhe os officios e sufrágios que lhe eram devidos como cônego; o Cabido não anuiu a esta supplica e por isso foi depositado no dia 3 na igreja dos Capuchos e sepultado no claustro dos mesmos, indo vestido de roquete e murça (sendo presbitero) sem que o Cabido lhe fizesse sufragio algum.» (P. L.)

**Dia 2** — Carta régia nomiando corregedor de Valença o vimaranense João de Melo Pereira Sampaio. Tomou posse a 22 de Junho de 1831.

**Dia 6** — Alvará, identico ao de 2 de Outubro, citando 114 réus, entre êles João José Nogueira (Molarinho), ourives, desta vila e Manuel de Carvalho, tenente do extinto regimento de infantaria n.º 21.

**Dia 8** — Morreu na sua quinta de Al-dão, Luis Martins da Costa (Minotes) cavaleiro da Ordem da Conceição. As 9 horas do dia seguinte veio em umas andas para a igreja de S. Domingos acompanhado por uma imensidade de homens com archotes, muitos padres com tochas acesas, e lacaios com archotes de cera. Ali estavam todas as comunidades e muita nobresa da terra esperando o cadaver para se lhe fazer o depósito. No dia 10 foi dado à sepultura, e deram cera a toda a gente, inclusivé a todos os voluntários que appareceram, e porque a cera não chegou para todos mandaram os doridos dar cem reis a cada voluntário. A igreja estava ricamente asseada e bem iluminada. Deixou só para legados pios uns 600 mil cruzados, e à Misericórdia 20 mil cruzados com o encargo de 10 rações diárias aos presos das cadeias desta vila. (P. L.)

**Dia 9** — São promovidos a capitães das 3.ª, 4.ª e 12.ª companhias das Ordenanças de Guimarães, respectivamente Manuel de Lima Vieira, António Henriques Domingues de Andrade e Francisco José Rodrigues da Silva.

**Dia 11** — Morreu o João Meluria, irmão de Nicolau Teixeira de Abreu. Foi sepultado no dia seguinte na capela dos 3.ºs Dominicos.

**Dia 24** — Faleceu, preso na cadeia de Braga, José Manuel, ourives, da rua Caldeira, desta vila.

**Dia 26** — Chega a noticia oficial da morte de Pio VIII. Fazem-se os sinais na Colegiada e em mais algumas torres da vila (P. L.)

Principia a reunir o batalhão de milicias desta vila para aprender o exercicio. Os officiais fôram aboletados pelas casas particulares, e os soldados pelos conventos. (P. L.) O Cabido e a Fabrica tiveram 100 soldados.

**Dia 30** — António Vaz Vieira de Melo Alvim Napoles, da Casa do Costeado, obteve neste dia, a seu requerimento, e por despacho de 28 deste mês, do capitão-mór Cardoso, comandante das Ordenanças do distrito, atestado passado no quartel de Bugalhós por Manuel José Ribeiro, capitão da 1.ª companhia das Ordenanças da capitania mór de Guimarães, em que se declara não ter o requerente tomado parte na rebelião de 16 de Maio de 1828, da cidade do Porto, nem pegado em armas, nem dado adjutorio algum, nem conselho, para semelhante fim.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Parece que hum Governo Representativo contenta os Reis, e enganão-se os Povos. Quando nos vem dizer que assim se coacta o Poder de hum só, he para darem aos mesmos Povos hum centenar de Tyranos. O irrissório Dogma, ou sofisticado principio da Soberania da Nação, que he a primeira das contradicções, ou o primeiro dos absurdos, he tambem a primeira móla das revoluções.»*

JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO.

### Um centenário

**É** bom recordar e fazer lembrados os nossos Mestres gloriosos da contra-revolução, que a política sectaria do liberalismo amesquinhou e ridicularizou.

O Padre José Agostinho de Macedo, de que passa neste ano o 1.º centenário da sua morte, é uma dessas figuras prestigiosas de polemista e de doutrinador que sustentou, nos ultimos dez anos da sua vida de lutador, um combate sem desfalecimentos e sem tréguas contra os princípios do liberalismo.

Escritor vernáculo e humanista profundo tem direito a ocupar na história da cultura portuguesa o lugar que lhe pertence pela sua obra fecunda e conscientemente defensora da nossa ordem tradicional.

A História não se deturpa impunemente, e não foi impunemente que os historiadores do liberalismo falsificaram e deturpam a nossa História, para dela tirarem o melhor proveito para os seus fins.

Passada a onda de entusiasmo, acabada ingloriamente a «reinação» liberalista, desfeitos os mitos, principia, agora, aquela hora reabilitadora que sempre se segue aos maiores desvarios.

Purificada a História dos erros e das mentiras, vai-se fazendo, enfim, a justiça que é devida a todos aqueles que, por se terem mantido fieis à Pátria e ao Rei, foram encarnecidos, ridicularizados, incompreendidos.

Ao nosso sempre saudável António Sardinha se deve, sem duvida, esta hora nova de esperança que êle preparou, revendo e depurando a nossa História falsificada.

Por isso, neste 1.º centenário da morte do Padre José Agostinho de Macedo, todos nós nos curvamos ante a memória de quem foi, — no dizer insuspeito de Oliveira Martins, — «um dos mais fortes cerebros formados em Portugal, e o mais genuino dos velhos portugueses de raça.»

Deixemos, pois, cabriolar os vários *babos* do pensamento que por aí andam em fúrias de epiléticos e em batuques de selvagens a *lelisar* em brochuras enciclopédicas a sua falta de cultura e auzencia de escrúpulos.

A reabilitação dos nossos Mestres vai-se fazendo, com intelligencia e com justiça.

O nosso querido camarada sr. Fernando Campos, no seu livro admiravel «O Pensamento contra-revolucionário em Portugal» afirma, com muita verdade, que «o Padre José Agostinho de Macedo aguarda ainda que alguém, recolhendo os copiosos materiais acumulados, se resolva a erguer-lhe o monumento a que tem jus a sua prodigiosa figura de erudito e lutador.»

Justas e oportunas palavras que devem sêr fixadas e sentidas por todos os nacionalistas.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

### Dr. Hipólito Raposo

Volta a honrar-nos com a sua tão valiosa colaboração o distinto doutrinador e escritor nacionalista sr. dr. Hipólito Raposo.

É com a mais viva satisfação e justificada alegria que vêmos o admiravel autor da «Seara Nova», de «A Reconquista das Liberdades» e de muitos outros livros notáveis e preciosos, voltar a colaborar na nossa revista, auxiliando-nos, assim, na nossa tarefa de «reaportuguesamente» das almas e das intelligências para que seja possível o resgate definitivo de Portugal.

### Novos colaboradores

No ultimo fasciculo iniciou a sua colaboração na nossa revista o nosso querido camarada António A. Dória.

Antigo companheiro de estudos do nosso director sr. Manuel Alves de Oliveira, o nosso novo colaborador tem-se distinguido pelas suas apreciáveis qualidades de trabalhador nacionalista e intelligente. Ainda ha poucos dias saíu dos prelos da Imprensa da Universidade de Coimbra um trabalho de Aubrey Bell sôbre «Fernão Lopes», primorosamente traduzido por êste nosso querido amigo.

No próximo fascículo dar-nos ha, também, a honra da sua colaboração, com a publicação da admirável tese apresentada ao Congresso Missionário de Barcelos, o senhor Conde de Aurora, nosso querido camarada e apreciado escritor.

### A morte do P.<sup>o</sup> Tavares

Morreu em Paris o Padre Silva Tavares, director da «Brotéria.» Esta noticia, transmitida pelo telegrafo e publicada nos jornais, contristou-nos profundamente, porque o Padre Joaquim da Silva Tavares era um sábio, um cecidólogo de valor e um entomologista profundo.

Foi professor no Colégio de Campolide, passando, depois, a professor e director do Colégio de S. Fiel, onde, em 1902, de colaboração com os Professores daquêlê Colégio. rev. Cândido Mendes e Carlos Zimmermann, fundou a «Brotéria», que logo interessou os mais categorizados naturalistas do mundo.

Após a proclamação da república foi o Padre Silva Tavares perseguido em nôme da *liberdade*, assim como outros ilustres portuguezes, por pertencer à benemérita Companhia de Jesus, que tão relevantes serviços prestou a Portugal.

Seguiu então para Buenos Aires, passando depois ao Brasil e fixando residencia na Baía. Em 1914 regressou à Europa, vivendo na Galiza e continuando os seus trabalhos científicos, que o levaram, com a maior

justiça, a sócio efectivo da Academia das Ciencias de Lisbôa.

«Gil Vicente» curva-se reverente ante a memória de quem, atravez de todos os sacrificios e perseguições, soube sêr um grande sábio, um grande portuguez e um sacerdote exemplar.

### «Arquivo Histórico da Madeira»

Sob a distinta direcção do sr. dr. João Cabral do Nascimento, que, em Coimbra, foi redactor do semanário nacionalista «Restauração», recebemos já dois numeros desta excelente revista trimestral ilustrada.

Com os nossos cumprimentos, os desejos de larga e próspera vida.

### «História»

Recebemos o primeiro tómo da série *a* desta nova revista que é proficientemente dirigida pelo sr. Henrique de Campos Ferreira Lima, sócio da Academia de Ciencias e director do Arquivo Histórico Militar.

Esta nova publicação — a unica que existe em Portugal dentro da especialidade a que se dedica, — consta de duas séries: a) e b).

No 1.<sup>o</sup> tómo da série b), a saír em breve, iniciar-se-ha a publicação de três obras do mais alto valor histórico.

A redacção e administração da revista *História* é na Rua das Flores, 11-13 — Lisbôa.

## Junta Municipal do Porto do Integralismo Lusitano.

Em 30 de Julho passado tomou posse a nova Junta Municipal do Porto do Integralismo Lusitano, que ficou assim constituída:

*Presidente:* Dr. António Pedro Pinto de Mesquita, advogado.

*Secretário:* Claudio Corrêa d'Oliveira Guimarães, empregado bancário e publicista.

*Tesoureiro:* Damião Ferreira de Castro, comerciante.

*Vogais:* António Alberto dos Santos, contabilista; António Corrêa d'Oliveira Guimarães, empregado comercial e publicista; Emanuel Luizello da Rocha Brito, comerciante.

A posse foi-lhes conferida pelo Sr. Dr. Luiz de Almeida Braga, ilustre membro da Junta Central do Integralismo Lusitano, que teve palavras de caloroso elogio para os componentes do novo organismo integralista, salientando as suas qualidades de inteligência, de trabalho e de actividade.

Falou também em nome da Junta Provincial do Douro do Integralismo Lusitano o snr. Dr. Mário Cardia, que corroborou as afirmações do eminente escritor do *Pão Alheio*.

Certos de que a nova Junta Municipal do Porto, dada a sua homogeneidade, saberá corresponder aos desejos de todos nós de uma acção

tenaz e proficua, cumprimentámo-la efusivamente.

## Estudos Políticos, Económicos e Sociais.

Por esforço tão louvavel e tão patriótico da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, iniciou-se, com a publicação do admirável trabalho «Duas Economias» (definição filosófica) do infatigável doutrinador nacionalista sr. dr. Pequito Rebelo, uma série de *Estudos Políticos, Económicos e Sociais*, de instante oportunidade.

O esforço doutrinário do Integralismo Lusitano, em menos de duas décadas, bastou para varrer da melhor parte da mentalidade portuguesa a nuvem de fantasmagorias e mitos que de ha muito a vinham degradando.

Esta bela iniciativa da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano deve sêr acarinhada e auxiliada por todos os nacionalistas.

O 2.º volume a sair, da autoria do sr. dr. Rolão Preto, intitula-se «Para além do comunismo», seguindo-se, depois, «Duas Ecónomias» (factos mundiais), do dr. Pequito Rebelo e estudos de Hipólito Rapôso, Luiz de Almeida Braga, Alberto Mansaraz, Chaves de Almeida, Pires de Lima da Fonseca, Luiz Chaves, João Ameal, Castro Fernandes, Abrantes Tavares, Miranda da Rocha, etc., etc.



RIBAMAR—Romance — por *A. Teixeira Pinto* Edição da «Gente Moça» — Braga, 1927.

O antigo director da «Gente Moça», poeta e jornalista, alma ingénua de criança num corpo onde alvejam já alguns cabelos brancos, quiz ter a gentileza de me enviar o seu lindo romance, — *Ribamar*. E se bem que sejam demasiado tardias e quasi inúteis as minhas palavras, sobre um livro publicado há quatro anos e prestes a esgotar-se, eu não posso furtar-me ao dever de deixar, nas páginas da «Gil Vicente», as minhas impressões da leitura do trabalho de Teixeira Pinto — bom amigo e admirável camarada das nossas campanhas nacionalistas.

*Ribamar* é um pequeno romance de 100 páginas, escrito numa prosa de poeta, leve e emotiva, de urdidura simples e bem encadeada. E' uma obra essencialmente nacionalista, onde nos surgem lindos quadros da terra portuguesa e onde se movem figuras dum recorte moral integralmente nosso. — «Arrancada — como diz o Autor na sua carta dedicatória a Ruy Chianca —, ao momento histórico que vamos vivendo, é a verdade nacional despertando na *hora incerta*.» Dir-se-ia que Teixeira Pinto, ao escrever o seu trabalho «colou o ouvido contra a leiva para a sentir melhor, a interpretar à justa». E é por isso que *Ribamar* interpreta, nas suas páginas, o mais puro sentimento tradicionalista e cristão, que em nossos dias anima a parte maior, mais sã, da mocidade portuguesa.

*Expectação*, o novo romance que Teixeira Pinto nos promete, será a continuação de *Ribamar* e que todos nós esperamos com ansiedade e interêsse.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.



CONTOS PARA AS CRIANÇAS, por *Maria Pinto Figueirinhas*. — Livraria Educação Nacional, — Rua das Oliveiras, 75 — Porto, 1931.

Este livro de contos, destinado às crianças, é muito apreciável, pela leveza e simplicidade do estilo e profundo conceito moral que encerra. Não admira, por isso, que esteja na segunda edição, pois, em Portugal, dificilmente se encontrará um livro de contos tão sadio como este e que tanto prende e encanta os pequeninos.

A edição é profusa e artisticamente ilustrada.

A VINGANÇA DE RAÚL, — por *M. Delly* — Livraria Educação Nacional, — Rua das Oliveiras, 75 — Porto, 1931.

E' digno de louvôr o critério adoptado pelo sr. A. Figueirinhas na escolha dos livros que constituem a «Colecção Família.»

*A Vingança de Raúl* é um livro bom, que se lê com agrado crescente, porque moraliza e recreia o espírito. As obras de Delly são já conhecidas pelo seu alto valor de moralização e pela sua urdidura simples, sem artificios nem exageros. A tradução de A. Figueirinhas é muito correcta e perfeita.

FRANCISCO BARTOLOZZI E OS SEUS DISCIPULOS EM PORTUGAL, — por *Ernesto Soares*. — Edições Apolino, Gaia, 1930.

Este III volume dos «Estudos Nacionais», iniciativa do dr. Armando de Matos sob a égide do Instituto de Coimbra, é consagrado ao estudo da personalidade artística de Bartolozzi, célebre gravador inglês, que exerceu a sua arte em Portugal como mestre de gravadores da Imprensa Régia.

Da influencia exercida pela arte de Bartolozzi e do seu método de gravar a ponteadado, dá-nos o sr. Ernesto Soares, neste seu primoroso trabalho, uma valiosa rezenha que muito vem contribuir para um mais profundo conhecimento da vasta obra do Mestre.

CE QUE LA CIVILISATION DOIT AUX PORTUGAIS, — por *Fernando de Castro Pires de Lima*. — Tipografia Marques, — Rua de Camões, 75 — Porto.

O estudo do sr. dr. Fernando Pires de Lima vem demonstrar o que a civilização deve aos portugueses e destina-se, sobretudo, a fazer conhecer o esforço heroico dos nossos antepassados, nas descobertas e conquistas para a dilatação da fé e do Império.

Nesta breve sintese da História de Portugal, o A. demonstra as suas magnificas qualidades de escritor e investigador, que, esperamos, se não-de confirmar em trabalhos futuros.

AO SERVIÇO DA TERRA, — por *Luiz de Almeida Braga*. — Livraria Cruz-Editora. — Braga.

Em 29 de Junho de 1930, a quando da visita feita a Braga pelo sr. dr. Antunes Guimarães, Ministro do Comércio, proferiu o sr. dr. Luiz de Almeida Braga um belo discurso que foi agora publicado sob o titulo *Ao serviço da Terra*.

As palavras do sr. dr. Almeida Braga destinam-se, na verdade, a servir esta terra do Minho, mas são, ao mesmo tempo, um brado patriótico a proclamar e a defender o Estado Novo que ha-de instaurar as liberdades locais, encorajando as iniciativas concelhias, com a entrega dos interesses do municipio ao municipio, dos interesses da provincia à provincia, reservando o Estado para si a defeza dos interesses nacionais.

Brado patriótico lhe chamamos. E, na verdade, as palavras do sr. dr. Luiz de Almeida Braga representam o sentir das gerações novas, que, libertas dos preconceitos

de um século de falso liberalismo, desejam a Nação resgatada do parasitismo dos partidos, para que se torne num espelho onde sempre se reconheça reflectida a côr da terra e as feições da gente que a criou e defendeu.»

O PENSAMENTO CONTRA - REVOLUCIONARIO EM PORTUGAL (Sec. XIX), por *Fernando Campos* — Edição de José Fernandes Junior — Rua das Flores, 11-13, Lisboa, 1931.

É este o 1.º volume de uma obra oportuna. O snr. Fernando Campos, infatigável trabalhador nacionalista, vem reabilitar, das calúnias do liberalismo, a obra grandiosa e colossal dos nossos mestres da contra-revolução.

O assunto que escolheu tem sido pouco tratado pelos nossos historiadores contemporâneos. Mas Fernando Campos, diligente pesquisador, soube ordenar o seu trabalho de maneira a focar com precisão as figuras grandiosas do Marquês de Penalva, do Pe. José Agostinho de Macedo, de D. Francisco Alexandre Lobo, de José Acursio das Neves e de Joaquim de Santo Agostinho França Galvão.

Obra valiosíssima de história e de crítica, que deve figurar na biblioteca de todos os nacionalistas, abona, inegavelmente, a vasta erudição do Autor.

E', pois, com certa e justificada ansiedade que aguardamos o II e ultimo volume dêste valiosissimo trabalho.

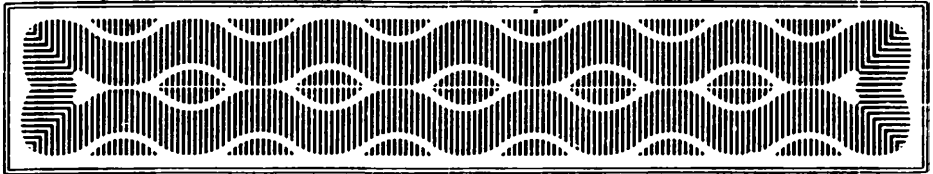
O CULTO DA ALFÁDIGA E DOS CRAVOS. NO AMOR E NA CRENÇA. ESBOÇO ETNOGRÁFICO, por *Alberto V. Braga*. — Edição «Nós», Publicações Gallegas e Imprenta. A Cruña (Espanha), 1931.

Nos povos do Minho existe o culto da alfádiga e dos cravos. Nos namoricos de aldeia eles tem o seu simbolismo próprio. A alfádiga, com o seu cheiro forte e agradável, representa a mulher. O cravo, alegre e viçoso, simbolisa o homem. Mas nem todos os cravos servem. Os que mais se usam, os que teem mais character, são os cravos rubros do S. João.

E' à volta dêste culto tão curioso e tão ingénua que Alberto V. Braga, sempre enamorado das coisas simples e ingénuas do nosso povo, teceu o seu novo trabalho etnográfico, tão interessante e tão leve, que se lê com o maior agrado.

Nós, que sempre temos acompanhado, com o maior interesse, a prometedora e esperançosa carreira literária de Alberto V. Braga, regosijamo-nos, sinceramente, por vêmos que êle, libertando-se de certo preconceito de forma, nos vai dando trabalhos em que a leveza de linguagem e de narrativa se manifesta de uma maneira tão simples e clara, que nos prende e encanta.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# NUN'ALVARES, SIMBOLO DA GREI (\*)

por BERNARDO FERRÃO

EX.<sup>MO</sup> E REV.<sup>MO</sup> SENHOR,  
MINHAS SENHORAS,  
MEUS SENHORES:

**É** a 1.<sup>a</sup> vez que falo diante de um público, tão numeroso, tão selecto, e por isso mesmo com tanto direito a ser exigente.

É a 1.<sup>a</sup> vez que falo; e por uma coincidência que não póde deixar de me ser sumamente agradável, faço-o na minha Terra, diante de vimeanenses, no bêmço da nacionalidade, onde vibra mais quente a belêsa do Minho, e onde resplandece bem inteiro o bom sol de Portugal!

Dou à Terra natal as minhas primeiras palavras em público. O que elas valem, pouco me importa. Valem para mim só o que vale a intenção com que as profiro, e essa, creio, é a melhor que em mim pude descobrir.

Vou ler perante vós um pequeno trabalho, em que nada há de novo, despretençioso e humilde, sem rasgos oratórios, nem frases eloqüentes. Um trabalho cujo assunto é para nós portuguezes sempre cheio de interêsse, visto que é sempre novo, e sempre antigo.

Se a voz da minha consciência me mostra a insignificância misérrima do meu saber e da minha eloqüência perante os mestres, outra voz, não menos forte, esclarecida e tenaz, pede-me que fale, que me junte e incor-

---

(\*) Discurso pronunciado no Salão Nobre do Azilo de Santa Estefânia, de Guimarães, no dia 13 de Agosto de 1931, por ocasião da sessão solene presidida por Sua Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> o Senhor Bispo de Angra, em comemoração do V centenário da morte do Santo Condestavel.

pore na pleiade daquêles, que cantaram ou procuraram cantar, pouco ou muito, o esplendor eterno dos heróis do seu país.

Depois eu creio que se o assunto de que vou tratar nada ganhará com o ser exposto por uma pessoa incompetente como eu, anima-me a idéa de que a belêsa intrínseca que possui, jorrará, anulando e encobrendo todas as deficiências da exposição.

#### SENHORES :

Numa homenagem ao Beato Nuno, eu poderia, se as minhas capacidades o atingissem, procurar demonstrar-vos uma tése sôbre a sua vida de Santo ou de herói. Não quero. Prefiro fazer passar diante de vós, em narrativa singéla e simples, os grandes quadros de uma existência privilegiada sôbre todos os pontos de vista, uma existência, cuja lembrança, fez, faz e fará vibrar sempre de entusiasmo todos os corações sedentos de heroísmo e de santidade.

E faç-o, porque tenho para mim, que a melhor maneira de prestar a admiração e culto a um herói e Santo, é procurar os múltiplos exemplos que êle deixou na sua vida.

Em 24 de Julho de 1360, nascia no castelo do Bonjardim, um dos filhos mais novos de D. Frei Alvaro Gonsalves Pereira, e Iria Gonsalves do Carvalhal, pertencentes ambos à nobreza do reino. Nuno, assim chamaram o pequenino, nascendo numa época de completa dissolução de costumes, começou a aspirar, logo desde o berço, a ser alguma coisa mais do que eram os cavaleiros que tantas vezes via nos pátios do seu castelo, de costumes livres e soltos de fidalgos primitivos. Queria ser como Galaaz o Virgem, o herói de todos os seus sonhos, de «corpo bem talhado e contentemente manso» que conhecia através a leitura de feitos audazes dos da Távola Redonda. E contemplando o azul estrelado do céu, cujos segrêdos lhe fazia entrever Mestre Tomaz, o astrólogo da casa, ou embevendendo-se na lonjura imensa das charnecas solitárias das Beiras, êle idialisava um futuro brilhante de cavaleiro novo.

Portugal passava então por uma dessas épocas de convulsão política intensa.

Quando ao morrer Sancho, o bravo, a corôa de Castela passou para Henrique II, o rei português, D. Fernando, como bisneto que era daquêle monarca, julgou-se com direitos à posse dêsse reino.

Se com efeito, raciocinando assim, mostrava ambições oportunas,

não possuía contudo a sôma de energia necessária para a consecussão dêsse fim.

Isto não impediu que a luta se chegasse à travar entre Portugal e Castela, não sendo porém de larga dura em virtude da intervenção de Gregório IX.

Esta intervenção não foi duradoira, visto que em 1372, sabendo Henrique II que D. Fernando com a sua habitual inconstância havia feito pacto com o Duque de Lencastre, filho de Eduardo III de Inglaterra, e pretendente ao trôno de Espanha por parte de sua espôsa, encheu-se de ira, entrando por Portugal em pé de guerra. A nossa côrte estava ao tempo em Santarém, e foi ali que Nun'Alvares ainda jôvem começou os seus labores militares, efectuando, por ordem de seu pai, um reconhecimento sôbre as fôrças do inimigo que avançavam a direito sôbre Lisboa. Tão bem prestou contas dessa missão perante D. Fernando e Leonor Teles, que esta encantada com o moço fidalgo, quiz, por suas próprias mãos, arma-lo cavaleiro.

Não havendo ocasionalmente arnês que lhe servisse em virtude da sua idade, trataram de o mandar procurar por tôda a parte.

Afinal apareceu um, que servira ao Mestre de Aviz, irmão do rei, e — quem tal diria? —, o arnês de investidura de Nuno pertencia ao que êle mais tarde devia investir do comando supremo da nação, com o ardor do seu espírito e o esforço indômito do seu braço.

Em 1376 propunha-lhe seu pai o casamento com Dona Leonor Alvim. Mas Nuno tinha apenas 16 anos, e não ia portanto longe o tempo em que no seu cérebro se haviam fixado tão bem as histórias de Galaz, o Vírgem, rezando a crônica que ao ser-lhe feita essa proposta, Nun'Alvares respondera «que era cousa de que elle trazia a vontade muyto afastada». Afinal cedeu às intâncias dos pais, e de Alvaro Pereira e Gil de Carvalho seus parentes, pois que êstes, «afficarom-no tanto ataa que elle cõsintio», realisando-se o casamento em Agosto do mesmo ano. Nuno foi um exemplar chefe de família, dedicando-lhe todo o tempo que a guerra lhe deixava, e estremecendo até à morte, a espôsa, os filhos e os netos.

Foi por êstes tempos que começou a ser mais notada na cêna política portugûesa a fascinadora aventureira que se chamou Leonor Teles, e que tão grande influência devia ter nos destinos duma época da nossa história.

Como D. Fernando, que se dizia casado com ela, se bem que se duvide da legitimidade de tal casamento, começasse a tratar com o rei de Castela João I a revisão de tratadôs e o casamento de sua filha a infanta Dona Beatriz com o filho do mesmo João I, Henrique, Leonor Teles sobressaltou-se.

Efectivamente, D. Fernando débil e fraco como estava não duraria muito, e Portugal com aquêlê consórcio viria a incorporar-se no reino vizinho, perdendo assim ella todo o prestígio de que queria gozar como rainha e Senhora.

Ora havia meio de o evitar, fazendo estalar de novo a guerra entre Portugal e Espanha. Para o conseguir, Leonor Teles recorreu ao Conde Andeiro, galego hábil mas sem escrúpulos, que entrára no reino em 1369.

A aliança de Portugal com a Inglaterra, base e condição dessa guerra, foi combinada e tratada. O rei, alheio a tudo, quando o soube porque era pusilânime e nada percebera ante a mobilidade de vistas do prestidigitador Andeiro, que lhe apresentára planos maravilhosos, aceitou-a. Seduzia-o talvez a idéa de vingar o incêndio de Lisboa em 1373.

Enfim a luta começou, e começou pelo desastre de Saltes, em que a armada naval portuguesa ficou completamente destroçada.

Nuno, ardia já então nos impetos da sua natureza, que a situação tornára belicosa. Era um homem de acção, e imaginava, no fôgo dos seus verdes anos, vencer sósinho com os que privava, como noutros tempos faziam os cavaleiros andantes, todos os inimigos da Pátria, praticando uma façanha heroica; e assim, lembrou-se de mandar um repto a João de Ansu- res, cavaleiro esforçado e filho querido do Mestre de Santiago, para se baterem, 10 contra 10, a ver se ganharia o entusiasmo viril dos portu- gueses, ou o esforço indómito dos espanhóis.

Nun'Alvares chegou mesmo a escolher os 9 que o deviam acompa- nhar ao torneio. Quando, porém, se soube tudo isto, porque o considera- vam uma criança, proibiram-lhe que saísse de Lisboa.

Para êle foi a primeira desilusão. Não o queriam deixar combater. Não serviria então para nada? E desgostôso, deixou-se ficar na capital, numa inacção que não podia suportar.

Como um dia chegasse lá a notícia de que alguns castelhanos da es- quadra que então bloqueava a cidade, costumavam sair dos navios para de noite roubar pacificamente uvas e outras frutas nos arrabaldes, Nuno, e seu cunhado Pedro Afonso do Casal, resolveram dar-lhes uma ensina- dela mestra. Uma noite, partiram os 2 com uns 24 de cavalo e 30 bestei- ros e peões.

Quando os sitiantes apareceram para se entregarem à costumada tarefa, caíram sôbre êles como uma tromba, obrigando-os a embarcar à pressa. Quando já se retiravam satisfeitos da vitória, um trôço forte de espanhóis embargou-lhes a passagem. Nuno sorriu. Era a batalha a valer. Mas, os restantes portuguezes, como vissem que o inimigo era em grande número, e porque decerto eram de índole menos guerreira do que Nun'Al-

vares, voltaram costas ao perigo, fugindo desesperadamente. Êle ficou impávido, sentindo-se só.

Os castelhanos precipitaram-se numa avalanche de ferro. Mas resistiu. Abrira até já uma clareira no meio dos inimigos, quando a lança lhe voou em estilhas e o cavalo começou a fraquejar.

Eram 200 homens contra um, e caíria inevitavelmente após tanta coragem demonstrada, se os companheiros que de longe observavam a heroicidade e o valor do nóvel cavaleiro, não lhe acudissem, resgatando assim a cobardia que tinham mostrado.

Foi pelo tempo dêste episódio que chegaram as tropas inglesas e se falava em que o exército anglo-luso ía dar batalha real aos castelhanos. Nuno como estivesse encerrado a dentro dos muros de Lisboa sob a dependência de seu irmão mais velho, ardendo em desejos de se bater e morrer se necessário fôsse pela sagrada causa da Pátria, pediu-lhe que o deixasse partir, para combater ao lado do rei.

O irmão não se comoveu e fazendo-lhe ver que era ainda infante para batalhas duras, ordenou-lhe que ficasse. Nun'Alvares então, não se conteve, e escaramuçando com os guardas da porta de S. Vicente que tinham ordens para não o deixar sair, fugiu, indo ter com o seu rei, que o acolheu de braços abertos. Contudo mais uma vez se logrou a sua esperança, pois não só não se deu a batalha, mas, pelo contrário, de novo se assinaram pazes, combinando-se o casamento da infanta dona Beatriz, primeiro com o segundo filho do rei de castela, e, pouco depois, por morte da esposa deste, com o próprio D. João I. Quando a infanta lhe foi entregue por Leonor Teles, em Elvas, onde se realizou então um sumptuosíssimo banquete sob tendas riquíssimas, Nuno que assistia, para protestar de alguma forma contra as pazes e o casamento, que entregavam Portugal a Castela, entrou pela tenda real, e agarrando-se de ambas as mãos às 2 enormes mezas laterais dos convidados, com um gesto brusco lançou-as ao chão. Foi um borbórinho medonho de vozes, baixela caída e acepipes espalhados. Leonor Teles que assistia ao banquete, sentada ao lado do noivo, raivou com o desconcerto. Mas o rei de Castela que quiçá conhecia melhor a psicologia humana, disse-lhe baixinho: Por Deus, Senhora; homem que tal fez tem coração para mais. E teve. Mal imaginava êle que devia experimentá-lo em Aljubarrota...

Nun'Alvares retirára-se para o Minho. Tudo isto não era o que êle tinha sonhado. Via agora que nem todos amavam e queriam a independência nacional como êle, e preferiam deixar-se levar na corrente dos factos, enquanto êstes não melindrassem o bem estar próprio. Sentia que se desmoronávam um a um, pouco a pouco, todos os seus projectos do futuro...

Passou-se o tempo. D. Fernando morrera no Palácio do Limoeiro, em 1393, e o povo tinha aclamado seu irmão o mestre de Aviz, como Regedor e defensor do reino, aclamação ratificada em seguida pela câmara do conselho e senado de Lisboa. Estava eminente uma nova guerra.

Nun'Alvares sabendo que o conde de Mayorca, general em chefe do exército inimigo que devia invadir Portugal, já tinha mandado reptar o Mestre, reuniu à pressa os seus homens, e seguiu logo como fronteiro para o Alentejo, comandando umas 200 lanças. Tinha então 24 anos. Em Évora, de passagem, mandou deitar pregão para recrutamento. Apareceram só 30 voluntários. Uma miséria. Era uma nova decepção. O povo que idealisára, sempre pronto a defender-se e a lutar pelas grandes causas, negava-se a entrar na luta pelos seus próprios interesses. Seguiu contudo a sua rota, pois quanto menos vontade via da parte dos homens, maior fé lhe vinha pela parte de Deus.

Era ela quem o guiava. Sentia-se predestinado para grandes vitórias... Pelo caminho foi-se-lhe juntando gente, e levava já um milhar de homens entre peonagem e lanças.

Em Extremós passou revista a êsse pequeno exército. Dos 300 de cavalo, só 180 tinham bacinete. O resto, era de uma heterogeneidade desolante em armas e indumentária. Mas havia de vencer! Queria-o, via-o já! E a pequena hoste bisonha avançava a custo, porque havia mêdo naquêles que a compunham. Duas vezes quizeram retrogradar para fugir ao combate, e duas vezes a eloquência chã e o braço férreo e disciplinador de Nuno os detiveram.

Então começaram a compreendê-lo melhor. Amavam-no, vislumbrando talvez nas mentes incultas e rudes que êle era um predestinado...

A uma légua de Fronteira, para o sul, contra Extremós, apareceram os inimigos. Nuno viu a batalha eminente. Mandou formar aos seus homens o quadrado, êsse quadrado a que ficou devendo as suas mais belas vitórias, e que segundo Oliveira Martins talvez tivesse aprendido com os guerreiros do duque de Cambridge. Colocou-se no centro dêle, e alçado sôbre os estribos da mula que montava, falou aos portugueses.

Amigos, disse: — aqui estamos, para combater e morrer por nossos haveres, por nossos pais, por nossos filhos e pela nossa terra.

Encomendai-vos a Deus, à Virgem, e porfiai.

Lutaremos o tempo que fôr preciso. A pátria muito espera de nós, pois nos mandou para servir o Mestre e ganhar honra. — Em seguida desmontou, e descobrindo-se, ajoelhou a rezar. Estava ainda em jejum.

Começava a ouvir-se melhor o tropear dos cavalos dos inimigos. Não vinham em formatura. Para quê? Para destroçar um punhado de gente medrosa comandado por um fedêlho? E carregaram em desórdem.



Enganavam-se. Ali estava mais do que isso. Vibrava na hoste portuguesa, tôda a grande alma do seu capitão. Era a alma de uma pátria que se defendia, e por isso, a luta foi homérica.

E quando caiu a noite sôbre a charneca triste, a lua iluminou com os seus reflexos de prata o chão juncado de cadáveres de soldados castelhanos, e ao longe, esfumando-se nas lonjuras da campina, os que restavam do exército derrotado, que fugiam. Nessa tarde tinham caído ali para sempre alguns grandes de Espanha. Lá ficaram irmanados pela mesma morte entre os soldados, o mestre de Alcântara e o fronteiro-mór de Andaluzia.

Os que fugiam levavam em andas, feridos, o próprio irmão de Nuno, o novo prior do Hospital que se passára ao inimigo, o mestre de Santiago, e o almirante Tovar.

A batalha foi a 6 de Abril. No dia 8, o capitão vencedor, partiu em romaria a agradecer a vitória a Nossa Senhora de Assumar.

Entretanto o restante exército castelhano cercava Lisboa, e o Mestre começára de novo a entabolar relações com a Inglaterra.

Nun'Alvares desejava ardentemente compartilhar com os sitiados das agruras do cêrco. Mas a esquadra que o devia conduzir a Lisboa, levantou ferro do Porto, antes mesmo que êle chegasse a Coimbra. Dirigiu-se pois em marchas forçadas a Palmela que queria tomar, visto já pertencer aos espanhois.

Deu uma corrida às tropas da guarnição que andavam fóra, mas que se encerraram logo no castelo.

E quando João I de Castela chamou à tenda real, em Santos, onde estava, a Pero Rodrigues Sarmiento, para lhe estranhar que tendo êle o comando daquêle logar não estivesse no seu pôsto como devia, êle respondeu-lhe: é que... Senhor. Fareja-se que seja Nun'Alvares...

Boa resposta, disse o rei. Nun'Alvares! Um escudeiro de cinco rocins!

Não está mau escudeiro, retorquiu-lhe o Sarmiento já exasperado. Agradecei, senhor, a Deus e ao rio que está entre vós e êle, porque senão aqui mesmo vos viria buscar! O rei calou-se. No íntimo êle pensava que com efeito Nuno era já mais para temer. Aquêle ano tinha-lhe dado, como diz Oliveira Martins, a experiência dos homens, e uma super-visão dos factos, que o fazia único. E por isso mesmo, êle cada vez se julgava mais obrigado a cumprir o que chamava: o seu dever. Queria libertar a sua terra do jugo opressor que a amiaçava.

Tinha fé nos seus soldados a quem tratava como filhos, e que lhe dedicavam uma dedicação sem limites. Contava com êles. E talvez não contasse, mas era um facto, com que a sua fama se espalhára tanto entre

amigos e inimigos, que para êstes começava já a ser a imagem do capitão português uma obseção inquietante, e um grande agente desmoralizador. Conta-se em abôno desta asserção, que certo dia que fizera alto com a sua gente algures, appareceram no acampamento, sem armas nem salvo-conductos, 10 escudeiros espanhois pedindo para ser conduzidos à presença de D. Nuno. Levados perante êle, perguntou-lhes o futuro condestável de onde haviam partido. — De Castela, disseram, a pé! — E ao que vinham, de tão longe, interrogou de novo?

Os escudeiros entreolharam-se aflitos, não sabendo se sim ou não deveriam dizer o que os trazia ali. Por fim um, o mais afoito, adiantou-se dizendo: Senhor, nós... nós vinhamos só para vos vêr!

Realmente era bem digno de ser admirado e visto, abençoado como era por todos, espalhando tanto o terror nos campos de batalha, como as flores ingênuas e simples das suas virtudes, pelos logares onde passava o passo férreo da sua hoste heroica.

¿Quem sabe se Deus se inclinaria mais para Portugal, em atenção aos méritos do virtuoso Nun'Alvares? Era voz corrente que Deus estava do lado dos portugueses, e citava-se o facto da peste que começára a gras-sar terrivelmente no arraial dos sitiantes de Lisboa.

Todos os dias morria um número imenso de homens de armas, e iam já caíndo os cavaleiros. Um dia a peste implacavelmente atacou o rei de Castela. De pronto se desfez o cêrco, e todo o exército partiu, levando os seus mortos e os seus doentes.

Nun'Alvares quiz aproveitar êsse ensêjo. Agora é que era caír sôbre êles, desbaratá-los, reduzi-los a nada! Mas a resposta do Mestre sôbre isto tardava à impaciência de Nuno, tanto, que resolveu êle próprio ir-lhe falar.

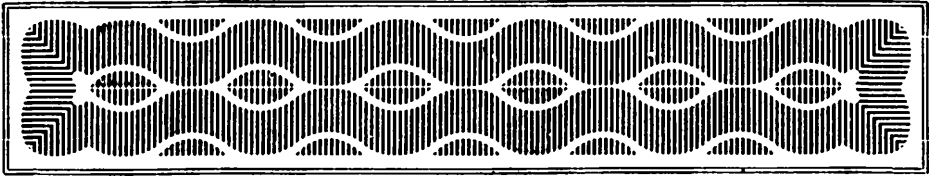
Apesar de se ter demorado pouco em Lisboa, quando voltou não era possível o ataque às tropas inimigas, que iam já muito retiradas.

Em 28 de Outubro, também a frota levantou ferro, fazendo-se ao largo, e Lisbôa pôde enfim ter socêgo, após tão longas e tão duras privações.

Nuno êsse é que não socegava, incapaz, como era, de estar ocioso. Tomou Portel que os castelhanos ocupavam, e pouco depois entrava tambem na discussão rija que se travou nas côrtes de Coimbra ao ser eleito rei, o regedor do reino D. João. A êle, e à eloquência elegante e provativa de João das Regras, o antigo discípulo do célebre Bartolo de Bolonha, deveu o Mestre de Aviz o sentar-se no trôno de Portugal.

Assim o compreendeu o novo monarca, que, no dia seguinte ao da aclamação, nomiava D. Nuno condestável do reino, mordomo-mór e João das Regras chanceler da corôa.

*(Conclúe no próximo fascículo).*



## Um poema simbólico de António Sardinha (\*)

por RUY GALVÃO DE CARVALHO

**D**UMA actividade intelectual espantosa, eminentemente polígrafo, grande agitador de ideias, chefe do nacionalismo integral, anti-moderno, porque ultra-moderno, segundo a conhecida expressão de Jacques Maritain, intransigente inimigo da ideologia da Revolução Francesa como Proudhon, Maurras, Daudet, e do nosso liberalismo político, apologista da monarquia tradicionalista e representativa, e defensor dos princípios fundamentais da doutrina da Igreja Católica e da filosofia do *Doutor Angélico*, Santo Tomás d'Aquino, prosador elegante e poeta originalíssimo, duma sensibilidade requintada e emotiva, — António Sardinha, posto que bastante novo, morreu deixando uma obra imensa, uma obra que honra o pensamento português, que enobrece a nossa literatura contemporânea.

E muito embora tenha já morrido, infelizmente, há alguns anos, António Sardinha ainda continua a existir para todos aqueles que vivem do pensamento e que crêem no mesmo Ideal que êle em vida tão apaixonadamente amou.

Morreu há anos... mas a sua obra, a sua obra notabilíssima tão portuguesa e ao mesmo tempo tão europeia, ainda é lida devotamente por quem ama a sua pátria e a língua em que Camões escreveu as suas estrofes heroicas e Antero os seus sonetos imortais.

E, caso consolador! à semelhança do milagre da multiplicação dos pães, de que nos fala o *Novo Testamento*, a reunião em volume dos artigos e estudos dispersos vai aumentando cada vez mais o seu riquíssimo espólio e melhor definindo a sua individualidade gigantesca.

---

(\*) *Roubo de Europa*. Poema de António Sardinha, com um estudo de Luiz de Almeida Braga — Lisboa, 1931.

Não se finou êste ano ainda, e já mais duas novas obras suas se vão juntar à longa lista das publicadas.

Uma é em prosa (1) e a outra, em verso.

Falemos da sua obra escrita em verso, em verso de fôgo ardente, cheio de música.

E' um poema inédito que o seu camarada Luís de Almeida Braga, escritor de prosa rítmica e castiça, deu a lume para regalo espíritual dos que admiram o talento prodigioso e privilegiado do Poeta delicado da *Chuva da Tarde*.

O autor artista do *Pão Alheio* prefacia o admirável poema — *Roubo de Europa* e narra como foi êle originado.

Escreve Almeida Braga: «Estávamos ambos no exílio quando Sardinha, a tremer pelo destino da civilização ocidental, sentiu e rimou os versos que aí vão.»

Almeida Braga diz que o poema saíra «da pena de António Sardinha como um grito da alma» e com «a facilidade a que Lamartine chamava a graça do génio!»

E depois, acrescenta o autor do *Culto da Tradição*: «Outra vez os Bárbaros batiam às portas de Roma. A guerra, inutilmente longa, fechava por um tratado que embarçava a paz. E na confusão económica e política, que logo se gerou, os perfumes da Ásia derramavam-se pelo mundo.

A Europa ia morrer. Já a loucura do Oriente a invadia. Maeterlinck, Romain Rolland, Keyserling cobriam de flôres o altar de Mahatma Gandhi.

(1) É uma colecção de artigos de prosa cheia de vigor e de beleza literária. Intitula-se: *De Vita et Moribus. Casos e Almas* — Lisboa, 1931.

Está dividida em três partes. Eis o índice:

I — Esta Elvas; Quinta do Vedôr; A guerra do hyssope; Monsenhor; A lição do aqueduto; Carta para perto; o Boi de S. Marcos; Cáceres; O casamento de meus avós. II — Dante; A Imperatriz Eugénia; A Infanta Regente (*D. Aldegundes de Bragança*); As flores da realeza; (*Carlos da Austria*); D. António Barroso; O necrológio da Terra (*Conde de Monsaraz*); António Tomás Pires; Gama Barros; Conde de Sabugosa; Sôbre uma campa (*Oliveira Martins*); General Rodrigues da Costa; António de Séves; Anunciação (*José Bruges de Oliveira*); Hipólito Raposo. III — Com a chuva caindo grossa e lenta; Natal do exílio; D. Gil Cabral; O menino prometido; Cristo em Emazu; Sexta-feira Maior; Conto da Páscoa; O Rei das Baleares; Daqui a cincoenta e dois anos. O que esqueceu a Adamastor (refere-se à morte de Sacadura Cabral).

Por esta simples enumeração o leitor avaliará do conteúdo dêste livro magnificamente apresentado e magnificamente escrito.

Como na alvorado do Romantismo, Loti e Barrès abalavam também, e perdiam-se nos grandes caminhos do deserto.

Spengler decretava a falência do Ocidente, e dentre as ruínas fazia surgir, imaculada e viva, a alma asiática da nova Rússia.

Nunca, nem nas mais sombrias horas da guerra, houvera motivo para tanta aflição.

Como o dragão do Apocalipse varrendo as estrelas com a cauda incendiada, o Slavo arrastava atrás de si, por entre a neve e a chuva, através dos campos desolados, as sórdidas multidões acurraladas a Este.

E Spartacus triunfava na Alemanha!

*Europa! Europa! (E já te não avisto!)  
Não ouves esta voz que por ti chama?!  
Onde ficou o lábaro de Cristo?  
Onde deixaste, Europa, a tua flama?*

Perante a ameaça angustiada que a civilização greco-latina e cristã sofria, a Musa de António Sardinha levantou neste poema o pregão eterno dos valores ocidentais.»

Valia agora a pena transcrever o que logo abaixo traça Almeida Braga àcerca do destino da civilização europeia, «toda feita de claridade, de harmonia, de ordem e estabilidade», ante a ameaça do Oriente, irrequieto e vingativo, ante o fantasma aterrador de Este; àcerca do futuro da Madre-Europa «açodada pelo vento trágico que sopra lá da Scítia, da Scítia enigmática e profunda, onde se ouve tropear a cavalgada bíblica de Gog e Magog», — como noutro lugar diz António Sardinha. (1)

Valia a pena reproduzir aqui integralmente o que Luiz de Almeida Braga escreve a respeito da decadência do Ocidente, sendo sua opinião que «se o Ocidente entrou em decadência, não é no Oriente que poderemos achar os necessários meios de renovação». Explica: «O segrêdo dessa renovação havemos de ir buscá-lo aos princípios que em outro tempo deram ao Ocidente fôrça, riqueza e grandeza espiritual». «Não será nunca no Oriente, fabuloso e estranho, — acrescenta ainda —, que a civilização greco-latina há-de encontrar energias para ressurgir os seus decaídos

(1) Vid. *De Vita et Moribus: O. Boi de S. Marcos*, pag. 67. O

valores ; — há uma formidável sementeira de esperança nas grandes épocas da história ocidental».

Mas passemos adiante ; vamos ao poema que é, na frase do ilustre prefaciador, «a canção de gesta da Europa.»

\*

O Poeta inspira-se num motivo mitológico, na reprodução dum desenho de Veroneso—o roubo de Europa, filha de Egenor, rei da Fenícia, e irmã de Cadmo, por Jupiter, pai dos deuses, transformado em toiro amoroso.

A reprodução do quadro célebre o Poeta encontra-a gravada num azulejo antigo, entre roseiras espalhando perfumes estontidores . . .

*«Roubo de Europa . . . No azulejo antigo  
ficou memória ingénua desse caso.»*

E acrescenta o Poeta :

*«Juntam-se as aias a chorar consigo  
e o mar alonga-se, infinito e raso.»*

O deus apaixonado seduz com meigas falas a formosa princesa e, em forma de toiro, condu-la sôbre as costas, atravessando com ela o mar «infinito e plano.»

O toiro galopa loucamente, vai galopando sem receio por sôbre as ondas agitadas do *Padre Oceano*, enquanto

*. . . «extática, a donzela  
dá-se, encantada, ao seu destino estranho,  
— de mãos erguidas, rústica, singela  
como se fosse um cordeirinho, um anho.»*

Sôbre a areia imensa choram as amigas aias . . .

*«As aias choram, lentas, a acenar . . .»*

Contudo o toiro continua a galopar à doida, dominando as ondas marinhas. O Poeta está suspenso perante o simbolismo misterioso do

azulejo antigo. A tarde tomba lenta; os pássaros àquela hora soltam mil gorgeios e

... «*serafins risonhos à mistura  
sopram em tubas, regalados, cheios.*»

Caminha o toiro. O Poeta fecha os olhos longamente. Em sonho parte também. E diz:

... «*Onde é que irei? Mas quem irá comigo?  
Ninguém me julgue já vencido, farto,  
sem ter descanso, atrás do toiro antigo!*»

A tarde continua a cair lenta, e as rosas, abrindo-se langüidamente, exalam um aroma suave e embalador, enquanto que

! *no ar flutua uma canção dormente...  
Canção de abril, canção que a mim me trouxe  
o enlêvo que me embala docemente!*

*Canção de abril... E em minhas veias cresce  
não sei que voz recôndita, ancestral.  
— voz a princípio mansa, como a prece,  
mas já depois maior que o vendaval!*

Agora é noite; o Poeta continua a ver galopar à desfilada o toiro enamorado da bela Infanta...

«*Galopa o toiro... Tomba a noite densa...  
E já não vejo as aias a acenar.  
Mas no meu sangue sinto uma presença,  
sinto a presença dum revollo mar!*»

A noite é cada vez mais densa: noite das Origens, noite genésica...

«*Avança o toiro...  
Amanhecer da terra.  
Florir da Pedra. Aurora dos Metais.  
Europa! Europa! (E a bruma se descerra!)  
Europa! Europa! Aonde é que tu vais?*»

*Assim roubada, onde é que vais, Europa?  
Onde é que vais levada, ó bela infanta?  
E o toiro avança... E sem parar galopa  
atrás do mar que, irado, se levanta.*

*Europa! Europa! E resplandece o lume  
na fôrça da primeira primavera,  
— epifania bárbara que assume  
as rédias do poder por tôda a Esfera!*

*Engrinaldada, já de facho erguido,  
ó madre antiga dos destinos novos,  
por onde quer que passa o teu vestido  
deixa um regueiro indómito de povos!*

*E surgem continentes, — maravilhas,  
têmplos á beira de agua, cidadelas...  
E quanto mais parece que te humilhas  
mais tu de eterna glória te constelas!»*

Mas o toiro cessa de avançar; um côro forte o envolve...

*— «um côro imenso, trágico, marinho,  
como se fôsse o cantochão da morte,  
a pretender sustá-lo no caminho!»*

E contra o toiro de «cornos enramados», contra o toiro que avança sempre, levando no seu dorso a *bela Infanta*, se levanta a fúria dos Elementos, se ergue «a treva, densa, rugidora»...

O Poeta então, aflito, interroga a Europa, que vai lutando também contra o mar que se lavrou «de alterosas naves» e se juncou «de caravelas», vencendo a sorrir, sempre a sorrir,

*— impávida e marmórea  
com reinos e castelos no colar» —,*

*— o tumulto das origens...*



António Sardinha faz mudar agora o cenário, dando sentido novo ao «passo antigo da fábula», tendo o Poeta o cuidado de tirar ao conto «o lascivo aroma que Ovídio lhe entornou.»

Na galopada o toiro morreu... e Europa, baptisada por Deus, que lhe traça «caminhos imortais», é já livre! Tem consigo uma bandeira com uma cruz a sangrar: é «o lábaro de Cristo», porque por Cristo ela reinará no mundo inteiro!

Um filho tem; um filho que é gerado nos «penhascos do Ocidente», ao som do mar impetuoso...

É Portugal êsse Varão de sangue azul, o vencedor, mais tarde, do homem asiático, do turco no Mediterrâneo e no Indico, que vai presidir aos altos destinos da Europa:

*«Varão de esforçadíssima linhagem,  
o olhar boiando em não sei que de etéreo,  
não temas, ó Europa, que te ultragem,  
já tens quem te dilate a Fé e o Império!»*

.....

Desperta o Poeta do seu sonho de lenda e de mistério...

*«Anda no ar um hálito de incenso,  
Que assim me eleva a tão distantes cumes...  
E as rosas falam no jardim suspenso  
a líbrica linguagem dos perfumes.*

*Já não distingo o conto ingénuo e rude,  
O conto do azulejo do meu horto,  
mas que na vida sempre Deus me ajude,  
como eu revivo êsse passado morto!»*

E, notando que sôbre a Europa sonâmbula e prestes a perder o seu antigo mando espiritual,—vinha descendo a noite apocalíptica e catastrófica do Oriente, o Poeta angustioso termina o seu poema simbólico bradando assim:

*«E sigo-te as pisadas, madre Europa,  
mal reprimindo um grito em minha bôca.  
Não é agora c toiro quem galopa,  
— és tu que vais em cavalgada louca!*

*Pois novamente o caos tumultuário  
tenta apagar os dons que tu semeias...  
O' madre antiga, embora no Calvário,  
não passes o teu jacho a mãos alheias.*

*Levanta-o mais ainda!*

*No azulejo*

*a treva se embrulhou no seu capuz.  
Europa, onde é que estás, que não te vejo?  
Que perdição sem rumo te conduz?*

*Abalas a correr p'la noite escura,  
abalas a correr p'la noite imensa!  
Que vento de desgraça te procura  
e sôbre ti, sinistro, se condensa?*

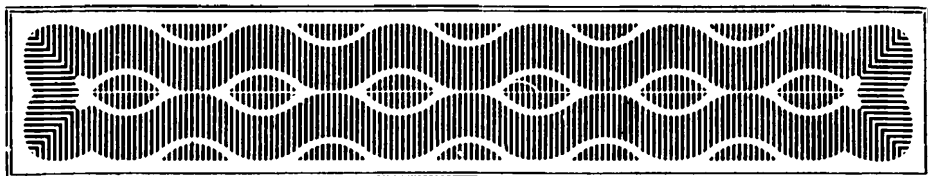
*Abalas a correr de facho erguido  
— facho que oscila e já não pode mais!  
Rasgaste nas saibreiras o vestido,  
ó madre dos sorrisos imortais!*

*Europa! Europa! (E já te não avisto!)  
não ouves esta voz que por ti chama?!  
Onde ficou o lábaro de Cristo?  
Onde deixaste, Europa, a tua flama?*

*Eis novamente o caos tumultuário  
negando os claros dons que tu semeias...  
O' madre antiga, embora no Calvário,  
não passes o teu facho a mãos alheias! »*

Tal, em suma, o sentido dêste poema extraordinário: uma profecia que nos faz lembrar a que Antero architectou nas suas *Odes Modernas*...

24 de Agosto de 1931.



# O Estado e as Missões

Passado, Presente e Futuro (\*)

pele CONDE DE AURORA

EMINENTÍSSIMO LEGADO PONTIFÍCIO,  
EX.<sup>MO</sup> E REV.<sup>MO</sup> SENHOR ARCEBISPO PRIMAZ,  
EX.<sup>CIAS</sup> REV.<sup>MAS</sup>,  
REVERENDOS,  
SENHORAS E SENHORES:

**A** FUNÇÃO histórica de Portugal é essencialmente a de nação civilizadora — ainda ha pouco o disse o notável estadista Oliveira Salazar, um dos maiores vultos dêste século.

Portugal — cristianíssima Nação por excelência — tem uma história como nenhuma outra. E se à história portuguesa anda sempre ligado o nome de Deus — até à decadência, quando os inimigos de Deus começaram a enegrecer-lhe essas páginas rutilantes de oiro e luz, — a das missões é a verdadeira história do nosso império colonial, esse alto império que

«o Sol em nascendo vê primeiro  
Vê-o também no meio do hemisfério  
e quando desce o deixa derradeiro.»

Está por fazer a história das Missões; mas se está por fazer a História de Portugal? Só recentemente começamos a vêr que se ensina

---

(\*) Tese apresentada no I Congresso Missionario Português.

nas escolas história deturpada — e por isso em Portugal, felizes dos que não sabem lêr, porque os outros só aprendem dislates, falsidades e erros grosseiros, deturpando os factos, as finalidades, as intenções, os objectivos de toda a gloriosa história da nossa Pátria.

Só quem é português e pai, e vê o que se ensina às crianças, e quer estudar e aprender por si, e vê o que ignora — sabe avaliar essa profunda tristeza nacional.

A História de Portugal é um capítulo da Igreja — disse-o o maior erudito português do século.

Também Fustel de Coulanges escreveu: *«notre patriotisme ne consiste le plus souvent, qu'à honnir nos rois, à detester notre aristocracie, à médire de nos institutions... Le véritable patriotisme c'est l'amour du passé»*.

Curto resumo, Senhores, rápida síntese da nossa história tentarei dizer-vos — e porque entre nós a mentira ha décadas impéra e o erro criou raízes — estas pobres verdades históricas que todos devíamos conhecer, repetidas, mesmo sem brilho, marteladas mais uma vez, talvez não caíam mal, porque nunca é demais repeti-las.

Por isso eu ousei tomar lugar nesta tribuna e não me acanhei de o fazer: gritar verdades, numa sociedade de tanta mentira, onde já tem o foro de logar comum.

Nasceu Portugal — nesse século cristão por excelência, como lhe chamou Sardinha, à sombra da Igreja, e as *quatro onças de ouro* que tantos engulhos causaram aos nossos escrevedores de história, provou-o êle que eram o nosso mais orgulhoso título. E filialmente ligados à Igreja, medramos, vivemos e fomos o povo mais glorioso da terra. Na História da Civilização escrevemos a mais rútila das páginas, a maior, a mais extensa, a de mais luz e brilho, a mais completa. E porque? Porque *civilizar é espiritualizar*, como diz Maritain. E que *«o homem medieval possuía uma enorme superioridade»*, já o declarava Saint Beuve, *«o sentir uma alma»*.

Missionários de Cristo nós fomo-lo desde as primeiras lutas da independência — e o que foram as Ordens Militares, a obra da primeira dinastia? Di-lo Taine: *«Graças ao Clero e à Igreja — e de tão aplicada e evangelica tarefa — resultou a Ordem que impediu a Europa de se tornar uma monarquia mongol.»*

Consolidada a Nação com a primeira dinastia, começa o período aureo, a ascensão da prodigiosa curva.

A conquista de Ceuta é *para serviço de Deus*. Asurara frisa-o bem, que D. João I se não achar que é *serviço de Deus*, que *Deus inteiramente é servido*, se não abalança à grandiosa tarefa. É o Infante de Sagres, Grão Mestre da Ordem de Cristo — é toda a epopeia marítima. Começa então,

com os descobrimentos, a nossa mais gloriosa função histórica e civilizadora, e a sanção solene e eterna dessa função: *o Padroado do Oriente*.

Não direi: o Padroado como todos sabeis — o Padroado, como a maioria ignora, não por ignorância geral, mas porque se dá pouca importância a isto — e se é vergonhoso ignorar o mais pequenino pormenor da História de França ou até da sua literatura contemporânea, ninguém cuida de dislarar sobre êstes pontos — o Padroado era a faculdade que Portugal tinha de alargar as suas conquistas pelo Oriente todo e a posse que lhe era dada das novas terras, posse que nenhum outro estado podia contrariar.

A obra dos descobrimentos portugueses foi considerada como *cruzada permanente* de um estado cristão (o estado cristão por excelencia). Eis a Bula da Santa Cruzada.

Juridicamente estudada por grandes internacionalistas, e citarei apenas o Dr. Paulo Mereia e os trabalhos de Frei Serafim de Freitas, a propósito do *Mare liberum* de Grotius — êsse direito era incontestável.

Vem o Padroado desde o Papa Martinho V (1418), Eugénio IV (1436), — D. Duarte e a expedição de Tanger. Nicolau V garantia as terras descobertas pelo Infante. São inumeras as bulas coligidas no *Bullarium Patronatus Portugaliae in Ecclesia Africae, Asiae atque Oceaniae*.

O papa Calisto III concedeu à Ordem de Cristo o Padroado de todas as terras adquiridas e que viessem a adquirir-se desde o Cabo Bojador e Nau, por toda a Guiné e pela costa meridional até à Índia.

Porque: Toda a acção de Portugal está subordinada em primeiro lugar ao serviço de Deus. A nossa política colonial deve ser de modo a serem poupadas e integradas na cristandade as raças indigenas, promovendo-se o seu progresso moral e material.

Mas as missões haviam começado já anteriormente, pelos cinco Martires de Marrocos e pela passagem de Santo António de Lisboa — o Grande Santo António — por terras de Africa, no primeiro quartel do século XIII (1220).

Em 1420 fundou-se em Ceuta um convento de frades menores, numa antiga mesquita.

Logo na Madeira se funda, vinte anos depois da colonização, o primeiro convento de franciscanos e um de religiosas de Santa Clara.

Nos Açores, pelo século XV havia vários conventos.

Em Cabo Verde ha já martires franciscanos, Frei Rogério e Frei Jaime, os primeiros evangelizadores... Daqui passaram à costa da Guiné, Bissau e Cacheu, com missões e igrejas por toda a costa. «Era impossivel ter levantado fortalezas, abrir a navegação fluvial e ter estabelecido

centros comerciais em diversos pontos, sem o auxilio delas» — diz Cristiano Barcelos, o historiador de Cabo Verde e Guiné.

Em Cabo Verde ha franciscanos e religiosos da Província da Piedade. Em S. Tomé, Agostinhos e Capuchinhos italianos.

E no Martirológio dos Missionários, quantos nomes já inscritos.

Afonso de Bolano passa das Canárias à Guiné em 1461. Em 1485 entram os portuguezes em relações com o rei do Congo: o reino catolico do Congo; o príncipe sagrado bispo, bispo de Utica, pelo Santo Padre. É a instituição do clero indigena, igrejas e escolas a levantarem-se. É o príncipe indigena D. Afonso, a pedir, a clamar que lhe mandem missionários, que se abram escolas, mais escolas... As relações difíceis com a metrópole, a política personalista de certos enviados e governadores, a falta de missionários, que só tarde chegaram os jesuitas, a falta de acção do estado, empanou êsse primeiro esforço de colonização pacifica da Etiópia (como então se dizia), o grande reino do Congo.

E do Congo passam os missionários a Angola, em meados do século XVI, e temos noticias de conversões anteriores. Paulo Dias de Novais, a pedido do grande rei de Angola, Kiluwanji, leva missionários consigo. Ngola, o príncipe primeiro batisado, dá o nome à grande colónia.

Depois dos jesuitas veem os terceiros franciscanos (1606), a seguir os capuchinhos (1649) e ainda os Carmelitas descalços (1659).

Diogo Cão, sublevando-se os primeiros sobas do interior já havia chamado em seu auxilio os missionários de Luanda.

A diocese do Funchal, a que pertencem durante alguns anos todas as descobertas até à India — foi em extensão a maior do mundo.

Dioceses, missões, o nome de Deus e o de Portugal!

É Moçambique, onde os franciscanos surgem logo no princípio do século XVI, junto das fortalezas. Da India para ali vem a primeira missão jesuita sob a direcção do grande Gonçalo da Silveira, depois martirizado. Seguem-se-lhe os dominicanos. Estes e os franciscanos tentam entrar em Madagascar.

É o reino do Prestes João, a Abissinia lendária de que ainda hoje, apesar dos mais recentes trabalhos como o do missionario lazarista Coulbeaux que lá viveu trinta anos, pouco se sabe àcerca dos seus primitivos cristãos, anteriormente à chegada dos portuguezes. É a Abissinia lendária, o glorioso reino. Em 1555 para lá mandamos um embaixador, para lá vai nêsse ano um jesuita nomiado bispo da Etiópia, D. João Barreto. Segundo período missionário no século XVII — um e outro terminam por mais uma página de martirológio. Mas lá ficou para sempre, como em todas as partes do mundo, a ideia de Deus, a ideia de Portugal.

É a Índia — o nosso Padroado do Oriente. É o Extremo Oriente todo, que vai da Pérsia e do Indostão até ao Japão e à China, não esquecendo o Tibet — o ainda hoje misterioso Tibet — onde o jesuita António de Andrade penetra em 1624, fundando mais tarde uma Missão.

É Gôa — a gloriosa Gôa cristã, tumulto de S. Francisco Xavier, o grande apóstolo das Índias, o nosso grande Santo, embora vasco de origem.

Mas nem me atrevo, nem ousa descrever com o meu verbo indigno, a epopeia do grande santo, hoje ainda tão venerado em todo o Oriente, que meu pai, regressando à Pátria ao terminar a sua carreira de Magistrado na Relação de Gôa, quando anos depois lhe nasce o único filho, lhe põe o nome de Francisco Xavier.

É todo êsse maravilhoso Extremo Oriente de hoje — e ainda à pouco o disse o Marechal Liautey, o Africano, o que retomou o sonho de D. Sebastião — que por todo o mundo que percorreu, sempre ouviu falar dos portugueses, sempre, em todas as partes. Era a acção missionária de Portugal.

E S. Francisco Xavier vai a Maláca, às Molucas e ao Japão. Mais mártires... como em Amboino.

São os franciscanos por toda a Índia: Ceilão, Damão, Chaúl, Bassaim, Meliapor, Coulão, Nagatapão, Taná, etc.

E por tôda a Indo-China e o arquipelago malaio, os jesuitas e outras missões se estendem — missionários, mártires, portugueses, santos...

É lêrmos o «Oriente conquistado» de Sousa, é abrímos os clássicos, são as páginas da «História Seráfica».

S. Francisco vai para o Japão, 1549. Intensa cristianisação especialmente pelos jesuitas. Os japões pedem as luzes da religião — mas o Imperador Taicosama extermina todos os cristãos que não puderam esconder-se e apenas fica o colégio de Nagasaqui. E morrem martirisados os que não são desterrados para Macau e Manilha. Mais tarde os jesuitas são elevados aos mais altos cargos — e ainda hoje o Observatório de Mansilha é o protector de toda a intensa navegação do Oriente. E ficou-se a resar no breviário pelos mártires do Japão — extenso agiológio, onde vemos um santo da minha terra, S. Francisco Pacheco, e outro da minha família, o Beato Miguel de Carvalho. No Japão, só no ano de 1598, bátisaram-se 40.000 — e dêste ano até ao de 1614 converteram-se 158.900.

Morre S. Francisco Xavier a caminho de Cantão antes de entrar na China.

Lá entraram os jesuitas mais tarde, fundando um colégio em Macau. Do Japão e da China nos fala o Padre Cardim, cujo livro Luciano

Cordeiro publicou em memória da Academia das Ciências — e que todos os portugueses deviam lêr.

Penetram na China os jesuitas e o Padre Ricio morre na Côrte de Pequim, em 1610, depois de escrever varias obras em língua e letra de China, segundo nos diz o «cronista de Tissuary» E perdura por lá a glória do nome português mais alto que nenhum outro. Pelos estudos das ciencias matemáticas se tornáram notaveis entre os letrados chins e alguns imperadores, embora outros lhes movessem guerra de morte e exterminio como a dinastia tartara. E a palma do martirio é colhida em abundância...

E fômos à Oceania!

E' o mundo todo? Ainda não. Só nos falta falar da América. E se eu me lembro orgulhosamente que um avô meu foi o descobridor da Terra Nova, e que está na ordem do dia a Pedra de Dayton — eu não posso esquecer o que todos sabem porque essa história andarâ deturpada, e anda e muito, mas não se ignora por completo: é a colonização do Brasil — é o grande Império do Brasil, é a nação irmã. Gloriosa epopeia dos jesuitas — que se não fossem de lá expulsos outro teria sido o rumo do admirável país irmão que deveria hoje ser, por todos os titulos, a segunda nação de todas as Américas. Ah! senhores, com que emoção vos falo do Brasil porque o visitei — e com olhos de ver. Os primeiros missionários embarcaram para terras de Santa Cruz — Terras de Santa Cruz! — com o padre Manuel da Nobrega, em 1549. Em 53 segue-os o grande apostolo do Brasil, José de Anchieta.

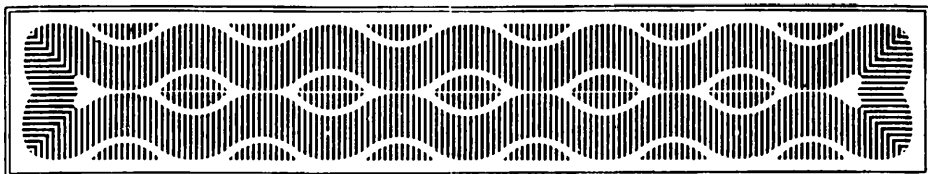
O que foi a sua obra civilizadora dizem-no os escritores brasileiros. Citarei um, Joaquim Nabuco: «se não fôsse o catolicismo, acreditais que o Brasil seria êsse grande bloco que vai das Guianas ao Paraná? Acreditais que não se teria dividido em quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandez, o terceiro espanhol e só o quarto brasileiro? Ou pensais que tudo isso se teria dado mesmo sem a C. de J.?»

As relações entre colonos e nâtivos, entre índios e portugueses — principalmente no Maranhão, foram sempre cuidadosamente guiadas pela evangelização, pela colonização chamemos-lhe pelo seu nome, dos padres da companhia — basta lêr as cartas do grande Padre António Vieira, glória das letras pátrias mas não menor glória das nossas missões!

Eu vivi no território de Misiones, outróra centro missionario do Paraná, no vertice do Brasil, Argentina e Paraguai — e pude ver o que foi a influência dos jesuitas.

*(Conclue no próximo fasciculo).*





# O verdadeiro D. Miguel

por FERNANDO CAMPOS

**A** FIRMEI <sup>(1)</sup> que a reabilitação de El-Rei D. Miguel podia até formular-se sobre os textos dos próprios adversários da sua soberania e aqui venho demonstrar que essa empreza não oferece quaisquer dificuldades a quem, de boa vontade, a empreenda.

Para o nobilíssimo perfil de D. Miguel ressaltar com nitidez, não é necessário recorrer unicamente aos testemunhos legitimistas, que a muitos podem afigurar-se suspeitos, pelo desacôrdo manifestado com a lenda caluniosa que, há um século, envolve sem piedade a memória desse rei.

A obra reparadora a que aludo, não deve erguer-se apenas sobre os escritos de autores como José Agostinho de Macedo, D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, Miguel Ferreira de Almeida, D. Francisco Alexandre Lobo, Pina Manique, D. Jorge Eugénio de Locio, D. Miguel Sotto Mayor, e tantos mais, que defenderam com inteligência e dedicação a legitimidade portuguesa.

Essa obra tem, de certo, como base fundamental, o estudo consciencioso dos documentos da época, e assim o reconheceram os mais modernos e autorizados historiadores do *miguelismo* — um Oliveira Lima, um Artur Herchen — e nêsse mesmo sentido orientaram os seus trabalhos, com admiravel discernimento, outros investigadores e ensaístas, como o saudoso António Sardinha, e os srs. drs. Alfredo Pimenta, Caitano Beirão e João Ameal.

Mas, nem por isso devem desprezar-se os depoimentos de alguns cronistas do Liberalismo, em quem o sentimento da justiça, por vezes,

---

(1) Veja-se a Revista «Gil Vicente» (VI volume) fasc. 11 e 12, pág. 169-171.

sobrepujou o referver das paixões, ou, aos quais, em certos momentos, fugiu a boca para a verdade.

Já vimos, anteriormente, como Luz Soriano, por exemplo, nos relata, com palavras elogiosas para o infante, a sua viagem triunfal de Viena de Austria a Lisboa, não duvidando reconhecer a *notavel elegância* e a *nobre aparência* com que se apresentára nas várias côrtes por onde passou, nem aquela *urbanidade de maneiras* com as quais cativára a simpatia de quantos se aproximaram dêle.

Relembrámos também as conhecidas expressões de Oliveira Martins, no *Portugal Contemporâneo*, e outras poderiam ainda citar-se, comprovativas de que o seu primitivo e errado conceito do infante estava em via de correção, porquanto dêle podia já afirmar que *ninguem era mais nosso do que D. Miguel, e por isso — acrescentava — foi o ultimo dos que o povo compreendeu e amou*.

Por hoje, recordarei só dois autores de acentuada feição liberalista, e, portanto, nas melhores condições exigidas para a plena confirmação do que afirmei.

Seja o primeiro, Marques Gomes, que nas suas *Lutas Caseiras*, (*Portugal de 1834 a 1851*, pag. CLX), ao historiar-nos o embarque de D. Miguel para o exílio, não oculta os pormenóres reveladores da longanimidade e honradez do monarca destronado: «D. Miguel — diz Marques Gomes — saiu de Portugal pobrissimo; algum dinheiro que lhe restava fê-lo distribuir em Evora por alguns dos seus officiaes cujas circunstâncias eram mais precárias. As joias que compunham o chamado tesouro da corôa foram restituídas, sem falta de uma só, por ordem sua, pelo empregado do paço José Luiz da Rocha». E acentua que «esta entrega teve lugar já depois da partida de D. Miguel, e, por isso, fácil seria a este príncipe levar as joias que quizesse, mas até mesmo nem sequer fez separar as suas; de forma que encontradas conjuntamente com aquelas, nunca lhe chegaram a sêr entregues».

E, ao referir-se às manifestações hostis de que, em Sines, D. Miguel fôra alvo no momento de deixar para sempre a terra pátria, observa que essa gente, que insultava sem pudor o rei vencido, «não representava por princípio algum o povo portuguez», mas, «era a malandragem assalariada das ruas de Lisboa». (1)

---

(1) Ibidem pag. CLVIII.

O outro historiógrafo a citar é Barbosa Colen, o liberalissimo continuador da *Historia de Portugal* do não menos liberal Pinheiro Chagas.

Ao enumerar os panfletos e cartas anónimas que circularam com profusão nessa época, e nas quais se relatavam, do infante, as maiores torpezas e crueldades, no intuito de o difamar e de secundar a propaganda dos seus inimigos, escreveu Barbosa Colen, depois de ter reproduzido alguns periodos dêsse escritos caluniosos: «Claro está que tudo isto representa uma obra de paixão. Não são citadas para fundar nelas a autenticidade das occurncias, Pelo contrário. Os espíritos serenos devem vêr na violência e na acrimónia a explicação da lenda de crueldade que veio até nós». E, mais adiante, adiciona que «O exílio, depois havia de mostrar, também, o exagero das crueldades do seu character. Este gasto de tintas no colorido vê-se bem como era destinado a desfigurar o personagem». (1)

Pertence ainda ao mesmo autor e à mesma obra citada a seguinte página, cuja leitura é demasiado elucidativa, para que eu me furte ao desejo de a trasladar para aqui. É ao iniciar-se a descrição da partida de D. Miguel, que se nos deparam estas linhas justiceiras:

«Agora que o seu coração não receia de expandir-se vê-se que o seu coração não podia sêr o inspirador das crueldades com que se fez a lenda do seu viver. Singélamente, sem nenhuma ostentação de vaidade, com uma perfeita compreensão do seu dever e com um respeito e uma delicadeza comovente pela sorte dos que até êsse lance final o acompanharam — D. Miguel enquanto se ultimam as negociações, de que reproduzimos os documentos, não indicou uma só exigência, que lhe fosse pessoal, não reclamou um só favor, não teve uma unica proposta para melhorar ou atender á sua situação. Quando lhe indicaram o que na concessão com os marechais se estabelecia sobre a pensão que lhe era concedida, interrompeu a informação para instar por uma nova e mais pausada leitura — a respeito do modo como estava regulada a sorte dos seus soldados. Quando lhe falam na necessidade das ordens para preparárem convenientemente as suas bagágens, objecta — que não tem bagágens a levar.

— «*A pobre gente que me acompanhou até aqui também não tem nada que levar*». E sempre, e constantemente, as suas palavras traduzem uma ideia fixa: minorar, na medida do possivel, os sacrificios que os outros são

---

(1) Hist. de Portugal, vol. IX, pags. 17 e 20.

obrigados a fazer por sua causa; alcançar-lhes mais uma garantia de segurança; atenuar o abandono e a miséria que os espéra».

E, depois de referir um episódio revelador do seu aprumo em face de uma nova humilhação que lhe era imposta, o historiógrafo conclui: «Sem joias, sem dinheiro, porque o que tinha o fez distribuir até aos ultimos reais pelos officiaes em mais precárias circumstâncias, e só com uma pequena bagagem, que ainda assim lhe foi apreendida depois, D. Miguel e a sua comitiva saíram de Evora na madrugada do dia 30 de Maio. O que por alguns anos fôra de facto rei de Portugal, não levava mais do que a roupa que trazia vestida: casaco e calça de saragoça e colête de pano azul. Pediu para levar o selim em que costumava montar. Parece que tentaram negar-lhe este pequeno favor, o que exasperou Simão Infante, que, puxando violentemente da espada, num arranco de indignação, ordenou que fosse satisfeita a indicação do príncipe». (1)

Ao evocarmos a cena comovente do embarque de D. Miguel para o exílio, e a dignidade e altiva resignação de que deu prova nessa hora, não podemos deixar de aproximar a figura do nosso rei da de Carlos X de França, que tantas demonstrações de simpatia lhe tinha prodigalizado, quando o Infante passara por Paris, no seu regresso a Portugal. No momento doloroso de descer os degraus do trono de S. Luíz, procedera Carlos X de maneira semelhante, não pensando senão nos dedicados servidores da sua realza, nos emigrados pobres a quem dava pensões, nos ministros que arriscavam a vida ao obedecerem às suas ordens, e, até ao embarcar para Inglaterra, repetia estas palavras que nos transmite o seu illustre historiador Pierre de La Gorce: « *Je n'aurai de repos que lorsque je les saurai en sûreté* ».

Era assim, como até os seus próprios adversários não puderam ocultá-lo, o verdadeiro D. Miguel, que uma nuvem de detractores tentou, em vão, reduzir às proporções de um ser monstruoso. Mas, registando as contradições manifestadas por esses mesmos detractores, lembrava Barbosa Colen que «Para fazer de um homem um monstro — não basta uma diatribe descomedida; é preciso pôr alguma lógica nas acusações.» (2)

D. Miguel, que no testemunho do citado e insuspeito continuador de Pinheiro Chagas, «dava o seu dinheiro e dava a sua amizade, sem

---

(1) Ibidem, pág. 495.

(2) Ibidem, pág. 119.

regatear, cá, e lá fora», não foi de modo algum essa figura tenebrosa que a baba da história ou a *história* de vários Babos nos tem querido apresentar com um facciosismo inqualificavel. «Não! — escutemos Barbosa Colen — (D. Miguel) não era nem o inconsciente, nem o extravagante infatigavel, não tirando aos seus prazeres um momento, nem deixando a imaginação entregar-se a um curto vôo de reflexão. Ao afundar-se, ao perder-se para sempre, sofreu os transe dolorosos de uma larga agonia. Viu e compreendeu. Sentiu e procurou lutar. Experimentou a sensação do frio da morte subindo até ao coração». (1)

Não. D. Miguel que, «no fundo mostrou ser um grande homem de bem», na frase do mesmo historiador, foi também um grande rei, em quem encarnaram superiormente a reacção do sentimento religioso e do pensamento político portuguez contra as ideologias destrutivas da Revolução Francesa.

Eis o motivo por que ele teve sempre consigo a Nação, que sómente abanonou quando a isso foi constrangido pela força das armas, pela força de um exército que «só podia reparar as suas baixas — é ainda Barbosa Colen quem fala — com recrutas caros e maus, importados do estrangeiro e escolhidos entre a infima vádiagem das capitais populosas». (2)

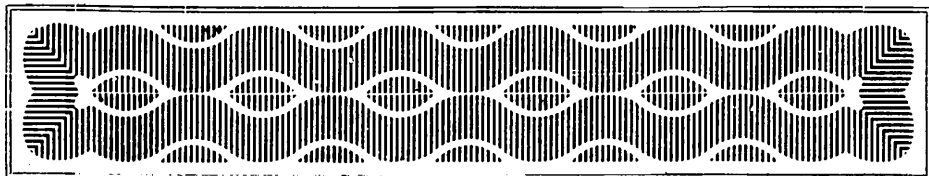
Mas, também por isso mesmo, os inimigos da ordem tradicional lhe votaram ódio eterno, e se empenharam em retratá-lo como êle na realidade não foi, ensombrando-lhe a memória com barbaridades que nunca cometera, assacando-lhe instintos e sentimentos que nunca foram os seus.

A's novas gerações nacionalistas, a quem António Sardinha conferiu o *soberano encargo* de «restaurar a *história* na História de Portugal», compete erguer bem alto a figura de D. Miguel, rebatendo a *lenda negra*, a lenda caluniosa, quantas vezes fôr preciso.

---

(1) Ibidem, pág. 121.

(2) Ibidem, pág. 110.



## Da arte na pedra minhota

---

por LUÍZ DE ALMEIDA BRAGA

**C**OMO a pátria, também a arte foi embalada nas terras do norte. Já a arquitectura românica tinha chegado no centro da Europa ao seu apogeu, quando o alvenel minhoto viu surgir no granito duro da região aves e monstros, e enredar-se no alto das colunas a folhagem luxuriante dos fantásticos jardins do Oriente.

Vai o cinzel teimoso desbastando a pedra, e sôbre o portal das igrejas de Bravães e de Rates, Cristo Nosso Senhor outra vez se humilha e toma a grosseira forma humana, para vêr de mais perto quem o procura.

Então, porque assim se desgarrára do coração da pedra o corpo do Filho de Deus, era forçoso tirar dela as criaturas que o louvavam.

E logo um bispo se adianta entre os acólitos no timpano de Rio-Mau, e da sombra das arquivoltas de Vilar de Frades, como sentinela desvelada, um guerreiro espreita, armado com sua espada e escudo; um cavaleiro ali por fim descança; continua outro bispo a oração da tarde; toca o arrabil o menestrel amoroso e uma mulher o escuta enliada...

A Sé de Braga deve ter sido a escola onde os canteiros portugalenses aprenderam a lição compostelana da arte românica. E, glosando-a, lá fôram por aldeias e mosteiros ornar portais, engrinaldar os capiteis, decorar as cornijas. Tudo o mais é silharia nua, rude e forte.

As igrejas românicas do Minho são o espelho em que se reflectiram melhor os traços da alma portuguesa daquele tempo, sincera e crente, tão segura na fé e agarrada à terra como se a pedra e as almas tivessem deitado raízes.

Por matos e montes as trombetas de guerra tocavam a unir. E em Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, ao rasgar as parêdes para que entre a luz, tomam as frestas a forma de lanças da batalha ganhada.

O gosto ogival entra no Minho quando as mãos se erguem ao ceu para agradecer o milagre de Aljubarrota, e o seu piedoso geito fica para sempre estampado na cantaria, simples e manso.

Não chega aqui a densa névoa mística em que as catedrais nórdicas se imaterialisam, nem o granito se deixa perder no sonho aéreo de se tornar chama e fumo.

O velho românico apenas se enfeita. E assim também, quando a gesta das Navegações torceu na pedra o cordame das naus, e nela fez quebrar as ondas e abrir as flores marinhas, a simplicidade antiga aflóra ainda por entre as rendas manuelinas.

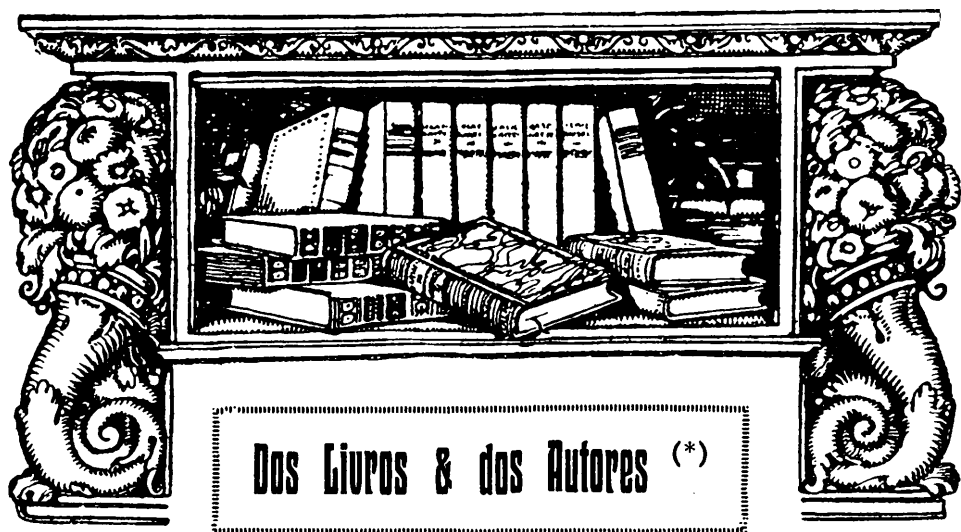
As obras realizadas por esse tempo em Braga, em Caminha, em Vila do Conde, mais se aproximam do *plateresco* salmantino, que parecia ter chamado a si os motivos das filigranas minhotas, do que da opulenta decoração de Belem ou de Tomar, onde a paixão marítima da grei esculpiu o poema dos Descobrimentos.

Depois vem de Coimbra a moda da harmonia clássica, com as letras renascidas para os cuidados altos do espirito.

E' um momento só de apaixonado cativeiro. Mal houve tempo de Santa Isabel chegar à porta da Misericórdia de Braga para receber a visita de Nossa Senhora.

E por fim outra vez torna o granito a sentir o gosto primitivo, forte e simples, quando o estilo barrôco o deixou mostrar-se na luminosidade da cal.

Pedra humilde, criada nos montes entre pastores e gados, não perde nunca a graça altiva dos sitios donde veio; e quando o cinzel a deixa, e pela tardinha a sombra e a luz se abraçam nela, ainda parece que a flôr do mato e a carrasca rôxa a vestem e perfumam!



AS CORTES LENDÁRIAS DE ALMACAVE, por *Pedro Veiga*. — Coimbra, 1930.

Numa edição primorosa e cuidada, acompanhada de juízos críticos, depoimentos e ilustrações, publicou o moço erudito escritor Pedro Veiga a sua tese aprovada na 6.<sup>a</sup> sessão de trabalhos do IV Congresso Regional das Beiras, realizado em Castelo Branco, em 19 de Junho de 1929. Intitula-se: *Os Erros Históricos e a Historiografia contemporânea — As Côrtes Lendárias de Almacave* e é, indiscutivelmente, um trabalho valioso, quer sob o ponto de vista puramente literário, quer encarado pelo seu aspecto de erudição histórica. No primeiro capítulo, o Autor, em duas fugidias pinceladas impressionistas, descreve-nos a Igreja de Santa Maria — o templo de Almacave —, «edificação singela de pedra rude, sem primores de lavra, destocada de laçarias e dos pináculos afastoados do ogival», onde, segundo a lenda, «outróra, nas páginas sombrias da Meia-Idade, aí se cometeu façanha inédita nos Anais da Pátria. Homens de Algo, os justadores esforçados da Grei ajuntados em alvorotado claustro, levaram mão das toledanas, dos ferros heroicos das batalhas, e apoiaram com grita rude, o verbo sagaz dos sabedores e dos prelados.»

E' a mesma prosa vigorosa e elegante, de aprazível sabor clássico, que havíamos já notado nas poucas páginas do «Legendário de Quimeras», — o seu primeiro trabalho.

Pedro Veiga, que apesar de novo é já um trabalhador infatigável, revela-se-nos um estudioso e um consciente investigador de preciosos recursos de dedução e inteligência. Nesta comunicação, e debatendo o curioso problema da pretensa existência das lendárias Côrtes de Lamego, o Autor traz em apoio das opiniões, que perflha, de Herculano,

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.



Gama Barros, Sardinha, David Lopes, Alfredo Pimenta e tantos outros, novos e inteligentes argumentos, analisando, imparcialmente, os documentos históricos existentes, *à luz do mais rigoroso critério objectivo*.

E num remate brilhante das suas considerações sôbre o assunto, finalisa êste estudo com as seguintes conclusões, que tenho o prazer de transcrever :

- a) — «As Córtes de Lamego, perante a escassês do documentário medieval e a falta de qualquer outro testemunho relevante, não se pôdem considerar uma realidade histórica.
- b) — Carecendo de autenticidade o documentário até hoje produzido, em que se destacam as actas que deverão ser repelidas por apócrifas — segundo a lição de Herculano, de Velho de Barbosa e Gama Barros — é ocioso discutir a localização dum facto que perante a história objectiva não se realisou.
- c) — Persiste, todavia, no campo das conjecturas, a possibilidade histórica da sua realisação, não como Córtes do século XIII, mas como «junta ordinária de la curia régia», na expressão de Sanchez - Albornoz, sem a solenidade que a tradição quiz fazer acreditar.
- d) — Temos de considerar os princípios doutrinários contidos no transunto das Actas de Lamego, a ideia democrática de soberania nelas consignada, como factores ideológicos, cuja influência no espírito da Restauração se fez sentir, sobretudo como argumento de ordem histórica, sem todavia se esquecer que a sua eficácia como causa imediata tem sido muito exagerada.
- e) — Contemporaneamente os juizos de Herculano — a despeito da argumentação frágil de António Cabreira — ainda permanecem e devem ser confirmados, até que novos documentos ou uma visão mais ampla do problema revolucionem a questão, impondo novas conclusões.
- f) — Sem deixar de respeitar-se as tradições, deve averiguar-se quais são as dignas de crédito; devemos fazê-lo, até, se não queremos desacatar as verdadeiras confundindo-as com as falsas.»

Apesar de muito discutido já êste interessantissimo problema da nossa História medieval, cremos bem que continuará ainda a preocupar os estudos e investigações dos nossos intellectuais, porque, como muito bem observa o snr. Dr. Alfredo Pimenta — «em História, não há factos julgados e definitivamente abandonados. Os juizos em História são sempre provisórios.»

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.

COMO OS NOSSOS AVÓS APRENDERAM UMA PROFISSÃO, por *Emanuel Ribeiro*. Edições Apolino, Gaia, 1930.

O título dêste trabalho dá-nos a impressão de que o seu A. quiz reunir elementos que nos habilitassem a conhecer, em todos os seus pormenores, a maneira como em tempos distantes se aprendia uma profissão e se conseguia a carta de exame para se poder exercer um officio.

Tal não acontece, porém. O título serve apenas de pretexto para se entoarem

lôas às «rajadas dum espirito liberal e humano» contra «a fumarada espessa da idade-média».

Este trabalho divide-se em duas partes bem distintas: — uma parte que podemos chamar de sectarismo político e uma outra parte que está mais a caracter com o título do livro.

Na primeira parte afirma-se que «não se premiava a inteligência» (pag. 16), para, logo adiante, se declarar que «aquêles que, por sufrágio, eram eleitos para juizes, impunham-se na verdade pela sua austeridade de carácter e pelo seu saber profissional.» (pag. 23).

E tanto se olhava pela boa execução dos trabalhos, pelo aperfeiçoamento da produção, e pela defeza dos interêsses do consumidor que os juizes, «além da sua intervenção nas *examinações* dos novos officiais, competia-lhes a vigilância sôbre os trabalhos nas diversas oficinas da cidade, para que o público não fôsse ludibriado, na sua boa-fé, por algum official menos escrupuloso.»

Eis como a verdade resplandece sempre, até mesmo quando se pretende envolve-la «na névoa espessa dum critério que não tem justificação.»

UM LIVRO INFELIZ DO SNR. DOUTOR SÍLVIO LIMA,  
por *Trindade Salgueiro*. Edição da Revista «Estudos».  
Couraça de Lisboa, 28 — Coimbra, 1931.

O dr. Trindade Salgueiro, teólogo e professor de grande prestígio, escreveu este livro de notável valor, pondo a descoberto as infelicidades do dr. Sílvio Lima na organização das suas «Notas críticas ao livro do Snr. Cardial Gonçalves Cerejeira, «A Igreja e o Pensamento Contemporâneo».

A ignorância é muito atrevida e só assim se compreende que surjam pessoas sem conhecimento de religião a procurarem criticar os trabalhos de quem, pelo seu saber, pela sua cultura, pela sua competência, paira muito acima do charco das rãs.

O livro do dr. Trindade Salgueiro desfaz, uma a uma, as incongruências e os erros do dr. Sílvio Lima, com intensa erudição e fina ironia. Modelar de correcção e de polémica, a discussão e a escarpelisação decorrem com placidez e perfeita consciência, demonstrando a evidente inferioridade das *Notas* e a perfeita desorientação do dr. Lima.

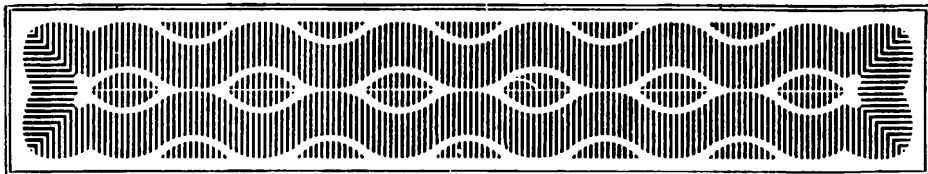
CURIOSIDADES DE GUIMARÃES (III) MONTARIAS, por  
*Alberto V. Braga* — Tip. «Minerva». Famalicão, 1931.

Mais um novo e curioso trabalho de um dos mais incansaveis investigadores da história vimaranense.

As montarias foram agora objecto de um estudo profundo e proveitoso pelos subsidios históricos e etnográficos que nos fornecem. De facto quem se recordará daquêles tempos distantes em que a caça ao lobo e à raposa era divertimento favorito, tantas vezes eriçado de perigos?

Este novo trabalho de Alberto V. Braga é de utilidade inegável, contribuindo grandemente para o conhecimento dos usos e costumes dos nossos antepassados.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# Faça-se Justiça!

por MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

**P**OR toda a parte se fez ouvir um brado enorme de indignação e de revolta, ao ser conhecida, nos seus pormenóres, a maneira covarde e selvagem como foi assassinado o nosso querido camarada Dr. Silva Dias, inteligente Director do belo semanário «O Manuelinho de Évora».

Revolta bem sentida de indignação contra todos aqueles que, em nôme de uma pacificação mentirosa, mantéem em postos de comando quem, a todo o momento, procura pactuar com os inimigos da Ditadura Nacional.

Há muito tempo que no vibrante semanário de Évora se bradava Alerta! contra o perigo e se davam orientações no sentido de se procurar evitá-lo.

Mas o grito de «O Manuelinho» não foi ouvido, não foi compreendido, não foi escutado. Partia de uma trincheira que se mantinha fiel, e porque era de fieis que o brado partia, foi tomado como exagêro de bons soldados ante uma inofensiva manobra dos políticos e da Maçonaria.

Évora, a cidade histórica, continuava a ser um baluarte dos políticos ladravazes e assassinos, gosando da maior impunidade e tendo até assegurados o auxílio e a conivência da polícia.

E a trincheira de «O Manuelinho» aberta para a defeza da Verdade Nacional, estava cercada de inimigos como se o Terreiro do Paço ainda fosse quartel general da política democrática.

A trincheira era forte, era inexpugnável, porque a defendiam soldados valorosos — que tinham em Silva Dias um chefe prestigioso e heroico, — e a orientá-los um alto pensamento nacionalista que consubs-tância a aspiração maior dos novos de Portugal.

Isolados, mas heroicos, êsses soldados iam desfazendo, um a um, os mitos grosseiros da Democracia e da Maçonaria sua aliada, e porque o fogo era certo, e porque a Verdade principiava a resplandescer nos antros da Mentira, tentou-se a arrancada decisiva que liquidasse o intrépido chefe nacionalista e fizesse dispersar os soldados liais e valorosos que o acompanhavam.

Aproximava-se a hora. Évora nas mãos da anti-nação, ia vêr aclamado, a dentro dos seus muros, Portugal restaurado. Era a vitória de «O Manuelinho», era o triunfo da acção desenvolvida por Silva Dias, que se ia patentear em toda a sua grandeza, e se queria evitar a todo o custo. E quando em Évora as almas moças aclamavam a restauração de Portugal, os inimigos tentaram o assalto, convencidos que nada os estorvaria nos seus intentos. Enganaram-se, porém. A tentativa, o golpe de audácia, adrede preparado, falhou. E a Nação continuou a sêr vitoriosa pelos novos que Silva Dias reuniu em Évora, para se fazer a inauguração soléne da Delegação da Liga 28 de Maio.

Falhada, portanto, a tentativa para se abafar e dispersar a manifestação grandiosa que vitoriava Portugal novo nas ruas e praças do sobado polítiqueiro, os estrangeiros do interior planearam o atentado que havia de roubar à Nação um dos seus servidores mais dedicados e a todos nós, soldados do nacionalismo, um camarada querido e exemplar.

Quando no dia 14 dêste Dezembro frio, o dr. Silva Dias apareceu na praça do Geraldo, às 11 horas da manhã, no automóvel do dr. Rolão Preto, preparou-se o salto dos facínoras e uma bala assassina tombou para sempre, covardemente, o querido camarada.

Nada se fez para evitar o atentado. A anti-nação é quem dispunha de Évora, embora se estivesse já a cinco ânos de distância do movimento patriótico chefiado por êsse garboso e valente militar que foi o general Gomes da Costa, que escorraçou do poder as quadrilhas políticas.

E agora? Seguir-se há o mesmo caminho que foi seguido após êsse outro covarde atentado que vitimou em Angola o tenente Moraes Sarmiento? Premiar-se há êste assassínio com uma condecoração como a que foi concedida a um dos assassinos de Moraes Sarmiento?

Aguardamos serenamente os actos dos homens que dirigem os destinos do país, pois cremos que justiça será feita, justiça completa e reparadora, já que se não soube ou se não quiz ouvir os avisos e os clamores do malogrado Silva Dias.

Nas colunas de «A Voz» — o combativo diário de Lisboa — lançou o Senhor Conselheiro Fernando de Sousa um apêlo, que nós secundamos e aplaudimos, para que se assegure uma pensão à família de Silva Dias.

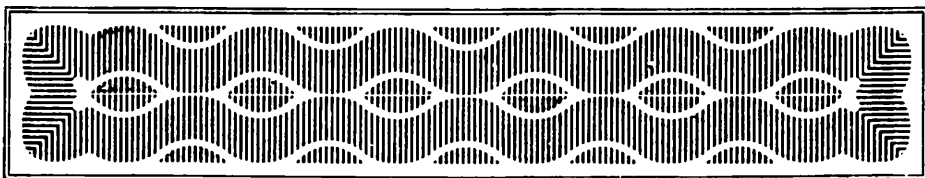


DR. L. SILVA DIAS

É uma dívida nacional que está em aberto e é necessário cumprir, porque — como muito bem frisou o Senhor Conselheiro Fernando de Sousa — o dr. Silva Dias «foi vilmente chacinado, como soldado morto à falsa fé no campo da luta. Verteu o sangue e deu a vida em defeza da Pátria e dos sagrados princípios, em que se baseia a dignidade da vida civilizada, a paz social, a prosperidade da Nação.»

Que a memória de Silva Dias, que a memória de tantos companheiros de luta levados no turbilhão da morte, nos alente e encoraje para prosseguirmos na nossa jornada nacionalista, na defeza de um Portugal que queremos resgatado, livre e dignificado. E que o Governo cumpra sem delongas e sem soluções fictícias o seu dever, averiguando quem matou e quem mandou matar, para que se apurem responsabilidades e se possa fazer Justiça, inteira e insofismável Justiça!





# O Estado e as Missões

## Passado, Presente e Futuro

pele CONDE DE AURORA

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 150 — CONCLUSÃO)

**Q**UANDO se refizer a história de Portugal — e a corrigirem dos êrros dos chamados historiadores consagrados, quando se fizer a história de Portugal vista à luz da moderna crítica e filosofia histórica e política — como passará a brilhar na imortalidade essa figura de rei que foi D. João III, rei colonizador que até aqui tinha meramente o epíteto englobante e quasi depreciativo do *Piedoso*. Cêdo porém começou a decadência. Podemos, devemos localizá-la na história: *Pombal*. A expulsão dos jesuitas foi a causa mór do nosso declínio no ultramar. Não há hoje historiador probo que se atreva a negá-lo — e afirmam-no todos os grandes coloniais.

As missões jesuitas contávam à data do decreto pombalino com 1.000 sacerdotes e um total de 2.000 operários — que o estado português, por mais pedidos que de todas as partes lhe fizessem, nunca quiz nem podia substituir.

Vamos passar para terceira potência colonial. Mas ouçamos o grande D. António Barrozo: «quando todas as nações lançavam mão das missões, nós continuávamos obstinadamente afastando das nossas êsse elemento poderoso; e no fim de muitos anos encontramos-nos na infância quando os que vieram bem depois de nós entraram há muito no período da virilidade colonial».

Pombal fôra a primeira machadada. Depois? Em 1821 são suspensas entre nós as entradas de noviços nos conventos. No ano seguinte um decreto reduz o número de mosteiros (sim, a perseguição continua, a

perseguição vem de traz, não é só dos últimos anos da monarquia). D. João VI, essa outra vítima da história popular, ainda suspende em 23 esse decreto, interinamente. Mas vem a regência da Terceira, em 32, e com ela nova investida contra as ordens religiosas. Em 34 — data memorável — Joaquim António de Aguiar decreta a extinção dos conventos: fecho da obra apenas, como muito bem diz Fortunato de Almeida. Rejeitada a lei pelo conselho de Estado, — não o esqueçamos — Aguiar e D. Pedro mantiveram-na.

Dos conventos de religiosas, proibido o noviciado, «era a morte lenta, por inanição».

Quanto às missões, nota-se a partir dos meados do século, quando aparecem as grandes figuras coloniais, um certo revigoramento em seu favor. Funda-se em 56 o colégio de Sernache do Bonjardim para padres seculares. Em 1867 entram nas nossas colônias os padres do Espírito Santo cuja acção em Angola e Congo é uma das mais notáveis páginas da nossa moderna evangelização colonial. Em 81 entram os jesuitas na Zambézia, e em 85 os franciscanos em Moçambique. Continua aberto o grande seminário de Rachol, na India. El-rei D. Luiz tomára a sério as missões e elas viveram um quarto de século de tranqüilidade, dizem-nos os historiadores.

Temos a concordata de 57 e suas notas reversais de 59, pela qual se reconhecia de novo o direito do Padroado nas igrejas metropolitana e primacial de Gôa, arquiépiscopal ad honorem de Cranganor, e episcopais de Cochim, S. Tomé de Meliapor e Malaca, e quanto à China, na de Macau. A concordata de 80 criou a diocese de Damão.

São os salesianos de D. Bosco, admiráveis obreiros, em Meliapor, Macau e Moçambique. São as irmãs de S. José de Cluny — porque é necessário sempre uma ordem feminina na colonisação, nas missões — só elas, essas admiráveis irmãs da caridade, sabem levar os indígenas e podem evangelisar por completo a mulher indígena. Essas e outras missões de irmãs começam a poder entrar nas terras portuguesas de além mar. São as irmãs educadoras, em Angola e Moçambique; as franciscanas missionárias, no Congo, Moçambique, India e Macau; as canossianas na India, Macau, Maláca, Singapura e Timor; e as hospitaleiras portuguesas em Loanda, Gôa e Damão.

Umás e outras, tenazmente, desauxiliadas e desprotegidas, quási só toleradas pelos poderes públicos, continuam ensinando o nome de Portugal junto ao de Deus, nas terras afastadas, por todo o nosso vasto império colonial. «Ah! que já não é Roma quem manda no concêrto das nações — e as potências voltaram ao estado selvagem umas em relação às



outras» como afirma Auguste Comte. E sôbre o vasto império de Portugal olhares cubiçosos se lançam de todas as partes.

Dois sintomas apenas do enfraquecimento dessa grande força portuguesa: os incidentes da Africa do Sul e mais tarde o relatório Ross. Em 1910 ha um facto mais grave na marcha dos nossos negócios públicos.

A fobia anti-religiosa que, diga-se em abono da verdade, vinha já de traz, fez com que os primeiros governos da República nascente suprimissem todos os institutos de missionários na metrópole, suprimissem o Padroado e expulsassem os jesuitas da Zambézia e as irmãs religiosas dos hospitais, colégios e colonia penal feminina de Loanda.

Diga-se: a guerra que se moveu durante todo o século XIX português às ordens religiosas (e que não foi menor antes da República que depois, friso-o bem!), o triunfo da maçonaria em quasi todos os governos e partidos que se seguiram de 34 em diante, foi uma das maiores causas do abandono das nossas colónias, e com a centralisação no Terreiro do Paço, agrava-se o declínio do nosso império colonial.

Não vem aqui a propósito, nem é decente relatar-se, a guerra infame dos primeiros anos do século — a começar nas perseguições religiosas em 1901 que não têm o seu epílogo no decreto de 4 de Outubro de 1910, porque se lhe segue a República que pura e simplesmente expulsa as ordens religiosas.

Ainda em 1913 se declara a partir de 1915 extensiva às colonias a lei da separação, criando as missões laicas que não deram resultado e acabaram em 26 por uma sindicância... Cêdo porém os governantes do novo regimen verificam a necessidade das missões — porque de acôrdo com o pacto de Berlim e Bruxelas, de 85 e 90, que nós repudiavamos, os estrangeiros se iam introduzindo nas nossas colónias (e os indígenas começam a intitular-se americanos ou suissos conforme os seus missionários, deixando o português de ser a língua cristã universal: o *papiar cristão*).

O primeiro passo é dado pelo Governador Geral de Moçambique, em 1914, suspendendo naquela colónia a applicação da lei da separação. Em 1919, Rodrigues Gaspar equipára os missionários aos funcionários públicos, não lhes reconhecendo porém subordinação à Igreja. Brito Camacho, Alto Comissário de Moçambique, coloca-os sob a obediência da autoridade eclesiástica, e em 21, Rodrigues Gaspar, por decreto, estende essa noção a todas as colónias. Finalmente temos essa lei notável que é o Estatuto Orgânico das Missões, de 13 de Outubro de 1926, em que se reconhece personalidade jurídica às missões, às que estejam e às que venham a estabelecer-se; sejam representadas pelos seus prelados ou superiores legítimos; concede terreno gratuito e inalienável até dois mil hectares em

Angola e Moçambique e cem nas restantes colónias; adiamento do serviço militar e correspondência pela incorporação nas missões; permissão de se estabelecerem outras e de se fundarem novas; serem subsidiadas pelo orçamento, etc. Quão diferentes estamos da monarquia constitucional em que os missionários do Padroado tinham viagem paga para lá — e mais nada, nem o regresso, e eram obrigados por lei a morrer no Ultramar!

Publicou-se a seguir o Acto Colonial, destinado a substituir o título v da Constituição da República Portuguesa, permitindo as missões no Padroado e concedendo-lhes personalidade jurídica. E desta vez, graças a Deus, já não ha aqueles ruidosos protestos de 1901, aquela vergonhosa campanha que nos fez o escarneo da Europa e em que o próprio ministro da França (da França jacobina) teve de intervir... É o acordo com a Santa Sé em 1928, pelo qual ficamos com a arquidiocese de Gôa, Primacial do Oriente, a de Cochim, no Malabar, S. Tomé de Meliapor, a de Macau e a de Moçambique, todas formando a província de Gôa. Extinguiu-se a de Damão passando seus territórios britânicos para o Arcebispado de Bombaim e os portugueses para o de Gôa. O Arcebispo de Gôa é titular de Gôa, Damão e Cranganôr — e o Arcebispo de Bombaim é alternadamente de nacionalidade britânica e portuguesa. O governo português apresenta os prelados para as dioceses de Bombaim, Trichinopolis, Mangalor e Quilão — é o semi-padroado.

Mas bastará, o Estado terá feito todo o necessário — terão os governantes finalmente cumprido o seu dever para com o nosso império colonial que por espírito de intolerância religiosa íamos entregando ao estrangeiro (essa intolerância que o próprio Voltaire estigmatizou de excessiva em ridículo e horror)?

Não. Não basta que as congregações tenham entrado nas colónias: *é necessário que entrem também na Metrópole*. Já não me refiro ao paradoxo de andarmos a vestir os pretos enquanto estabelecemos colónias nudistas na metrópole... Mas mesmo pelo ultramar, como manter lá os missionários e suas congregações sem possibilidade de casas de recrutamento, de ensino e descanço na Mãe Pátria?

É iniquão, é intoleravel, é anti-racional, é anti-jurídico o diploma que ainda vergonhosamente se mantém da proibição das ordens religiosas no país. Meus senhores, não é por espírito religioso sómente: é por patriotismo que o digo. Nós vemos o estado actual da chamada civilização — nós vemos como está o mundo nesta hora culminante do milenário que chega. Só o espiritual pode triunfar — o espiritual, de que somos nós os legítimos detentores, nós os portugueses de antanho.

O que vai pelo mundo? Vaga de orientalismo que nos vem dos asiáticos, dos amarelos, da India, do Islam. O judaísmo impera por todas

as partes — é o seu, o conceito económico-político dos nordicos — êsse bolchevismo ameaçador da economia mundial. A Alemanha demasiadamente r cica, nacionalista estreita,   invadida pelos Spenglers, pelos Keyserlings. O *argumento anglo-saxão*   também essencialmente anti-espiritual, impera por todo o mundo, hoje, de ambos os lados do Atlântico norte — e a hodierna civiliza o yanquee é a base judaica do lucro, do bem material, sempre e unicamente. E vai invadindo a velha Europa, o velho Ocidente.

Não o invento eu, di-lo o francês Laserre. A própria França é ainda, não como muitos julgam, o centro espiritual e intelectual da Europa, mas o eixo do romantismo jurídico, como lhe chamou Louis Bourges. Precisamos de educar os nossos filhos para que venha uma gera o que fortemente saiba governar e apoiar um governo forte. Mas voltemos aos missionários. Como conseguir missionários, como conseguir voca es — sem ambiente, sem meio? Falo claramente, sem peias e sem medo, e a responsabilidade das minhas palavras cai unicamente sobre mim. Eu sei que   sôbre mim que vão cair os inimigos da religião — os inimigos da Pátria, uma e outra andaram sempre confundidas em Portugal. Fala um chefe de família cristão, (cristão não quer sempre dizer modelar, faço notar aos que me criticam e acertadamente, de não ser perfeito, longe disso!). «O futuro de Portugal está nas col nias». «Salvem-se as col nias» — muito bem, mas deem-se   M i Pátria meios de o fazer.

É sabido, e todos os ilustres coloniais que sôbre o assunto consultei mo declararam, que a grande missão, a missão de melhores efeitos é a das congrega es. Todos os relatórios coloniais exaltam os missionários. E o próprio general Norton de Matos (outro da minha terra), celebra os benefícios dos missionários católicos, os seus extraordinários benefícios.

Toda a história da nossa decadência colonial está na falta de missionários —  nicamente. Venham, venham! — clamam de todo o Padroado. E como lhos não podiam dar de c  — e não se atreviam a chamar os expulsos — iam entrando os estrangeiros... Em 1 de Junho de 1796 responde o arcebispo de G a a um ofício do bispo de Meliapor: «Sou o primeiro que me compade o, mas saiba V. Ex.<sup>a</sup> que eu não tenho ministros para mandar para a missão... e por mais que deite os olhos — *porque de Portugal nada há que esperar* — só se os mandar fazer a Pilerne» (Pilerne   uma terra de oleiros:   como quem diz de loiça das Caldas).

Mas como ter ambiente missionário na M i Pátria — como mantê-lo, sem educa o espiritual? Espiritualisemos! Nós somos os legítimos representantes da mentalidade ocidental, mediterr nea, da espiritualidade. Não devemos perder essas qualidades, essa fun o civilizadora por excelência, nossa fun o histórica. Espiritualisemos. Mas o medo, os respeitos huma-

nos, os preconceitos, a inercia? Não é só dos inimigos da religião, dos intolerantes, não é só dêsses que vem o mal. É principalmente de nós, de nós mesmos, das nossas fileiras. O mal do liberalismo não foi só permitir que todos os quadros fossem invadidos pela maçonaria. Piôr que isso, mais grave ainda, foi criar-se uma sociedade de católicos frouxos, de católicos mornos, de católicos tíbios e dubios — numa palavra, de *conservadores* que é o actual nome dos liberaes. «Religião sim, mas guerra aos padres»; «adorar a Deus, mas guerrear os seus ministros». Estranho paradoxo! De educação religiosa é que nós precisamos todos. Educação espiritual, educação *tout court*. Na luta entre o espiritual e seu inimigo, o que nos pésa mais, o que nos impéde de ganhar, é essa imensa massa inerte que nos tolhe os movimentos: os conservadores. O mêdo, os preconceitos, a inercia! Os maus católicos, os mal orientados, são tão nefastos como os inimigos declarados da religião. Urge acabar com a rebelião da intelligência contra os direitos de Deus e os deveres do Homem — disse um notável crítico. Verdade seja que o rótulo de conservador é a negação do espiritual e da intelligência: é o comodismo immediato.

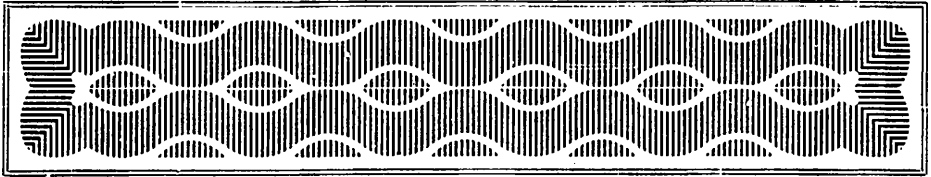
Senhores: a História de Portugal não acabou. E se desde o início a História de Portugal é a da Igreja, e a história dos descobrimentos é a das missões — devemos seguir a nossa função histórica de nação cristianissima, civilizadora, colonizadora — função histórica de que não devemos apartar-nos sob pena de acabar — e Portugal não pode acabar, Deus não o quereria!

• Terminarei com Oliveira Martins: «o papel de apóstolos das futuras ideias está reservado aos que foram apóstolos da antiga ideia católica!»

LOUVADO DEUS

E A

VIRGEM MÃI



# O Pintor de Santas

(EXCERTO DO CAPÍTULO II)

por HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

.....

**O** CARRO passava agora junto dum cruzeiro alpendrado, dentro das grades do qual, um Cristo antigo, em seu oratório florido, recebia a devoção de luz de duas lampadas mortíferas. E transpondo o arco, tôscamente lavrado, dum portão de ferro enorme e magestoso, desceu devagar a pitoresca alamêda, fimbriada de velhas árvores encamisadas de hera, parando ao cabo dum largo terreiro, onde a fantasia rendilhada do solar da Cruz de Pedra erguia, arrogante, o prestígio heraldico dum nome secular.

Era um edificio grande, com varandas de gradeamentos renascentistas, todo êle um precioso documento da architectura nacional da segunda metade do século XVI, obra, talvez, do artista vimaranense mestre Gonçalo Lopes, autor dos belos claustros da Igreja de S. Francisco. Sobrepujando a portada de grossas almofadas de entalhe, via-se a pedra d'armas dos Noronhas e Menezes, com o leão do escudo nascente, por timbre, sôbre os quatro quarteis do braço, onde rústico canteiro figurara as armas de Portugal com um filete negro em contrabanda, os leões de púrpura e o sangüinho com um castelo de oiro e uma orla veirada de prata e azul...

Dentro, no átrio espaçoso, notava-se a mão d'obra do século XVIII no revestimento de azulejos monóchromos, representando o aparato duma caçada antiga, com galgos e batedores, veados fugindo, perseguidos, através da emaranhada espessura duma floresta, cuja ramagem desapare-

cia nas paredes da escada nobre, iluminada em penumbra azul e oiro pelos vitrais góticos duma janela laceolada, ao alto do primeiro lanço de degraus. Ana Maria subiu afoitamente a escada de esculpidos corrimões de pedra, a surpreender as primas, que acorriam atraídas pelo ruído da caleche, ainda a guisalhar no silêncio do terreiro. E logo as vozes das três, chocando-se no corredor, semelhavam um tilintar de cristais, na surpresa alegre do reencontro...

Enquanto Luíz de Menezes dava instruções ao cocheiro, para voltar novamente à estação a levantar a bagagem dos hóspedes, o Pintor, no átrio, analisando as dissonâncias de estilo da decoração interior do solar, deixava, insensivelmente, remontar seu imaginoso espírito aos tempos maneirosos do século decorativo e galante, que os largos panos de azulejo evocavam.

E assim, novamente, como em aureos dias passados, a casa hospitaleira voltava a povoar-se do sussurro farfalhante das sedas, dos percais da Índia e das musselinas dos vestidos de embonecadas sécias, armadas à Galateia ou à Pompadour, vindas em liteiras e séges dos palácios vizinhos, ou descidas dos solares serranos, no balouço compassado das cadeirinhas, para as funções famosas dos senhores da Cruz de Pedra.

Era por tôda a casa um trinar de risos, que brotavam em gorgeios dessas preciosas boquinhas, talhadas em coração, escondidas maliciosamente por detrás das varetas dos leques coriscantes, que lhes encobriam as feições rosadas, pintalgadas de sinais simbólicos.

Moços peralvilhos de cabeleira empoada, redingotes de seda e chapéus de fivela, à moda de França, apoiavam-se com afeminados ademanos aos castões das bengalas e revolteando entre o bando das donzelinhas ladinas, pelas ruelas areadas dos jardins de murta, recitavam em falsete, com longas medidas e gestos flutuantes, amenidades literárias de Garção e Niceno. Mãosinhas de dedos brancos, afuselados, onde as unhas em amêndoa e anéis de safiras e diamantes cintilavam ao sol, batiam em delírio, aplaudindo o dizer airoso dos casquilhos. E já aos ouvidos de Afonso de Menezes parecia chegar o andamento rítmico dum minuete de Gluck, dançado em cima, no salão de música, sob a talha doirada do teto e os lustres de prismas chamejantes. Ao som do cravo de charão, peraltas conduziam nas pontas dos dedos atafuladas sécias, a quem as reverências cortezans do minuete faziam oscilar as plumas dos frisados, os elegantes penteados à Céres e os fios de prata da testa, nos donairosos toucados circassianos...

Mas a voz do tio Luíz, entrando, veio arranca-lo daquele amoureado

cismar, por onde o seu espírito se embrenhava numa evocação cinematográfica do passado.

— Já te julgava lá em cima. Não sobes?

— Deixei-me esquecer... a admirar os azulejos; são bonitos, na verdade!...

— E valiosos! Um magnífico trabalho da fábrica do Rato, nessa febre de azulejos do século XVIII...

Há quem os atribua a Francisco de Matos, por certas afinidades de desenho, mas ao certo, não sei...

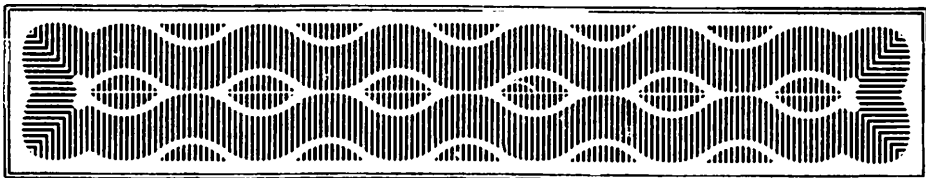
Tudo isto é do segundo período da restauração interior da casa, que, como vês, difere muito da arquitectura quinhentista da fachada.

— Sim, logo se vê! Há entre as duas decorações, a separação de gostos de dois séculos diferentes...

Foram subindo, devagar, a escada de boa pedra de Ançã, que uma estreita facha de luz tingia de azul e oiro, como um fio de água a escorrer dos arabescos do vitral. Dentro, numa sala, chalrava a vozita de Ana Maria, sentada entre as primas.

Afonso e Luíz de Menezes pararam um instante à entrada da porta, enlevados na graciosidade da cena: a grande sala de paredes tapeçadas de damasco claro, com retratos antigos de avoengos e largos espelhos de Veneza, refletindo a cintilação dos lustres, que pendiam por cordões de seda vermelha dos artezões doirados do tecto e no divã, sobre a luxuosa alfombra de flôres amarelas, três risonhas figurinhas, enlaçadas, lembravam sombras de castelãs, confidenciando amores, nos longes dum quadro medievo...





# NUN'ALVARES, SIMBOLO DA GREI

por BERNARDO FERRÃO

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 136 — CONCLUSÃO)

**P**ARA mostrar que merecia o título, Nun'Alvares fez uma marcha heroica pelo Minho acima. Queria ir em Romágem a Santiago de Compostela, e pelo caminho tomaria as terras que pudesse. Darque rendeu-se-lhe. Viana foi levada de assalto. Cerveira, Caminha e Monção entregaram-se. Como recebêsse no caminho recado do rei, desistiu do seu primitivo propósito e marchou sôbre Braga que entrou, vindo ter com D. João aqui a Guimarães, cidade que não tendo recebido, como esperava, socorros de Castela, acabou também por entregar-se aos dois.

Sabendo-se que o inimigo de novo atravessára a fronteira por Badajóz, o Condestável resolveu imediatamente dar-lhe batalha decisiva. Quizeram alguns demovê-lo dêsse seu propósito, pois sabia-se já com que enorme poder vinham os castelhanos; mas êle, porfiando na sua, partiu. O rei mandou-lhe 2 correios para que tornasse atrás. Os correios voltaram com a reposta. Nun'Alvares encarregára-os de participar a D. João I que não era homem de muitos conselhos, e já que tinha determinado embargar o passo ao rei de Castela não mudaria de parecer. E que mais lhe pedia fôsse ter com êle.

D. João perante uma tal pertinácia cedeu, seguindo para Tomar onde se encontrou com o seu Condestável, e onde ambos passaram alarde às tropas. Não excedia 10.000 o número dos homens, sendo apenas  $\frac{2}{3}$  combatentes. Os correios portugueses que chegavam do campo inimigo, onde tinham ido para observar as suas forças, traziam más noticias. O número dos adversários era formidável.



De Tomar puzeram-se os nossos em marcha para Ourem, e dali para Atouguia das Cabras, onde acamparam.

No entanto ía avançando o enorme exército castelhano, que era realmente uma soberba manifestação do poderio das Espanhas. O número dos seus combatentes orçava por uns 20.000, e com serventes, ajudantes, tratadores de gado, guias, etc., perfazia um total de mais de 32.000 pessoas. No couce dêsse exército, seguiam ainda, um comboio de 700 carretas, 8.000 cabeças de gado e 16 trons, peças de artilharia rudimentares, mas desconhecidas ainda para os nossos.

De Porto de Mós, onde já se tinham passado os portugueses, é que Nun'Alvares partiu a explorar terreno, encontrando após várias buscas o ponto que queria para colocar os seus homens. Segundo Oliveira Martins, é um baluarte natural a uns 70<sup>m</sup> sôbre a várzea, e entrando por ela em esporão. Fica a poente dos montes Albardos, e assenta em terreno levemente ondulado, que se inclina desde que sai dos contrafortes fronteiros a Leiria, até ao logar de Aljubarrota. O contraforte cerca-se dos 2 lados por riachos, afluentes do Lena, e na parte de trás por barrancos naturais do terreno.

Ali dispoz D. Nuno a sua gente. Era uma posição quási inexpugnável. Na vanguarda do quadrado, que mandára formar e que olhava para Leiria donde se supunha viriam os inimigos, colocára os seus homens, uns 700, segundo Fernando Denis. Queria ser o primeiro a combater. Na ala esquerda ficaram os namorados, a fina-flor da juventude fidalga portuguesa, corações generosos, almas ardentes de patriotismo e sedentas de luta, comandados por Mem Rodrigues e Ruy Mendes de Vasconcelos. Na direita misturavam-se portugueses e auxiliares estrangeiros.

Umas 200 lanças, 900 homens. O rei, com um forte contingente, fechava o quadrado. Havia-se feito também um curral para gado e bagagens.

Quando o exército português tinha tomado as suas posições, e tudo estava dispôsto, começou a aparecer na várzea imensa uma mole viva que avançava lentamente, como nódoa escura a alastrar-se no verde esmeraldino da vegetação rasteira.

Pouco a pouco ia-se aproximando. Os portugueses podiam já distinguir os mais avançados dêsse exército, montando em ginetes andaluzes, que caracolavam ao sol. Parecia que vinham a uma festa. A luz brilhante do astro diurno cintilava em revérberos irisados no aço brunido das armaduras dos guerreiros do Mestre de Alcântara, e as espadas e lanças, aos milhares, atiravam aos ares reflexos argênteos que se perdiam no azul...

Atrás de tudo seguia o rei. Mas estava atacado pelas febres, e vinha

débil, no imenso poder que o rodeava. Não havia nas hostes castelhanas o comando uno, viril e forte que era suficiente para as tornar invencíveis. Pelo contrário citavam-se cisões entre os comandantes e entre os cavaleiros. Faltava mais ainda, a alma comum, o sentimento unânime de quem defende o que é seu, contra um injusto agressor, sentimento êsse que enchia os corações da pequena hoste portuguesa. Nela tudo vivia em volta de um centro que a comandava, que sentia por ela e vivia para ela. Era o Condestável.

Os castelhanos compreenderam logo, de relance, que a posição portuguesa era inatacável pelo lado donde vinham. Obliquaram pois, manobrando para os colher pela rétaguarda, onde o terreno era mais viável. Imediatamente, porém, Nun'Alvares apreendeu a manobra. Silenciosa e rapidamente inverteu a posição do quadrado, e a vanguarda ficou de novo em frente ao inimigo. Agora havia menos vantágens para os nossos, com os últimos raios de sol a bater-lhes nos olhos, e que além das ondulações naturais só eram ajudados pela estreitesa do terreno, que não permitia um ataque cerrado. O sol declinava e ainda no arraial castelhano se discutia, se convinha ou não dar a batalha nêsse dia. De súbito, porém, as hesitações desapareceram. Uma parte da cavalaria inimiga que se impacientava com a demora, carregou sôbre a vanguarda portuguesa, que resistiu de início. Mas sôbre ela começaram a precipitar-se torrentes de homens de armas, e, fraca como era, entrou de encurvar-se no meio, para o centro do quadrado. Nun'Alvares viu-o a tempo. E imediatamente, dando ordens, levou as 2 alas laterais de refôrço que não combatiam mercê da posição, a reforçar a vanguarda, colocando-as por detrás dela. Os historiadores de ambas as partes dizem que a luta foi de morte. Começava a correr o sangue, muito sangue.

Os ânimos esquentaram-se, e o rei invasor, não notando sequer que a derrota começava ligeiramente a batê-lo, mandou que a sua 2.<sup>a</sup> linha avançasse. Num dado momento, Nuno que a tudo atendia e a todos prestava a ajuda forte da sua espada e o entusiasmo embriante das suas palavras, notou que a pequena hoste que ficára a defender as bagágens começava a ceder terreno, ante um atáque inopinado e impetuoso do Mestre de Alcântara. Correu lá e gritou-lhe mais forte, mais entusiástico, mais decisivo, entrando pela hoste inimiga a golpes de espada. Foi o terror. A sua fôrça parecia ter-se centuplicado. O Mestre foi batido. As tropas restantes começavam a ser dizimadas pouco a pouco. Diz a crónica que os espanhois que morriam eram como «som os feixes no restólho do bõo trigo e bem basto». A hesitação que houvera a princípio tornou-se em retirada e depois em fuga.

— Já fogem, já fogem!, — berravam os nossos entusiasmados, quentes da refrega, chacinando sempre; e corriam atrás dos castelhanos que, caído, chocavam na precipitação da retirada, com o resto do seu exército que abalava. O pendão castelhano jazia por terra, e o rei fugia a cavalo a caminho de Santarem, ardendo em febre e em vergonha, arrancando as barbas e o cabelo. Começara a debandada. O Condestável conservou-se na sua posição que mandou reforçar, reorganizando os combatentes. No dia seguinte, como não tivesse havido novidade, foi sósinho, a pé, como costumava depois de cada batalha, em romaria à Virgem de Ourem. Era o dia de Nossa Senhora de Agosto, e estava firmemente convencido que ela influíra poderosamente no resultado da batalha da véspera.

Com a vitória de Aljubarrota a guerra não estava terminada. Enquanto D. João, em cumprimento de um voto que fizera, partia por Coimbra e Porto para aqui, para Guimarães, onde o devia à Senhora da Oliveira, o condestável marchava de Évora para Extremós, e daí, com 1800 homens de lança, 200 ginetes e 5000 besteiros e peões, para a Espanha, atravessando o Guadiana junto a Badajóz.

Ía de avanço sempre, sem encontrar resistência, mas anciando já por uma batalha, para que a sua gente não se tornasse mole à mingua de combates. E no entanto a hoste ia sendo seguida, passo a passo, desde a raia, por Martim Anes, o Barbuda, novo mestre de Alcântara, que os espreitava de cumiada em cumiada.

Castela começava a ser da hoste portuguesa. Mas um dia aparece um arauto. Sobraçava um enorme molho de varas, e vinha em nome do Barbuda e dos Senhores de Castela, desafiar o condestável. E ia-os nomeando um a um, diante de Nun'Alvares, ao passar-lhe para a mão as varas que representavam espadas. D. Nuno ouviu-o plácidamente até ao fim. Depois mandou-lhe dar cem dobras, e que dissesse aos Senhores cavaleiros que o reptavam, lhes agradecia as varas que mandavam, e em breve contava poder-lhes zurzir com elas. Sem se importar mais com o facto, avançou para diante, parando só a juzante do Matachel, afluente à margem direita do Guadiana, entre Medellin e Mérida. Os espanhóis não o atacaram logo, esperando reforços que, com efeito, chegavam de Sevilha, Córdova, Jaen, Aragão e Mancha. Depois começaram a morder o couce do exército português, levando alguns bois.

Nun'Alvares, em vista disso, mandou formar em quadrado a sua gente e pô-la em movimento para passar o Guadiana a vau. Pouco depois a hoste, sempre em formatura, começava a subir a encosta fronteiriça, aos socalcos, que a vegetação vestia. As eminências mais vizinhas estavam cobertas de inimigos. Apesar disso, os homens de D. Nuno avançavam

sempre, como que impelidos por uma força imensa, mixto de corágem e de fé naquele que os guiava. Um a um os socalcos iam sendo tomados. Em breve, porém, a retaguarda começou a ser vivamente atacada pelos castelhanos que tinham também já atravessado o rio.

Foi o início do verdadeiro combate. Subitamente, quando êle recrudescia de intensidade, Nun'Alvares desapareceu. Ao saber-se isto o desalento invadiu os nossos. Não se feria com tanto ânimo agora, e a corágem principiava a desaparecer. A hoste parou mesmo de avançar, e os comandantes, inquietos, procuravam Nuno por toda a parte. Afinal o cavaleiro Ruy Gonsalves encontrou-o de mãos postas e olhos no céu, em extase, a rezar entre duas penhas. Parecia não o perturbar o fragor da batalha que se travava a alguns passos dele. E quando o fidalgo o interpelou fazendo-lhe notar que os portugueses seriam derrotados se não voltasse à luta, êle respondeu-lhe com uma tranqüilidade que sentia: amigo, ainda não é tempo. E continuou a rezar, fazendo voto à Virgem de lhe levantar um templo, se vencesse. Pouco depois ergueu-se. Luzia-lhe nos olhos um fogo que nunca lhe tinham visto, e em que se poderia ler a fortaleza que lhe comunicára a oração.

Montou a cavalo, e arrastou num impeto o seu alféres, apontando aos nossos a bandeira do mestre de Santiago que tremulava num alto. Ao vê-lo assim, perpassou pela hoste um frémito de quasi vitória. O inimigo não pôde resistir a essa avalanche humana que Nun'Alvares levava adiante de si, ardente de fé e de entusiasmo. Galopavam já em fuga pela campina. Acabava de vencer-se a batalha de Valverde.

19 dias depois voltavam os portugueses a Elvas, carregados de despojos ricos. O rei ratificou e ampliou ao seu Condestável a doação do condado de Barcelos, e, pouco depois, deu-lhe a vila de Chaves.

A 25 de Julho de 1386 chegou o Duque de Lencastre à Corunha, encontrando-se com D. João I, em 1 e 2 de Novembro, na Ponte do Muro. Ali se tratou a aliança anglo lusa, e o casamento do rei com D. Filipa de Lencastre, combinando-se também a invasão de Espanha. Infelizmente essa invasão não deu os resultados que se esperavam, e após algumas escaramuças, em que só se destacou a batalha de Águeda, o exército aliado voltou para Portugal, embarcando o Duque no Porto com rumo a Bayona. Em 1393 o rei João de Castela morria da queda de um cavalo, e a regência que lhe sucedeu negociou tréguas por 11 anos.

Durante êsse espaço de tempo Nun'Alvares foi uma das grandes figuras da reconstrução e ressurgimento militar da sociedade nova. Lançou as bases da criação de um exercito efectivo de 12 a 15 mil homens, e espalhou pelo reino arsenais de armamento devidamente apetrechados. E

mais faria talvez, se a política interna do chanceler João das Regras não lhe quisesse negar o direito de distribuir por alguns dos seus antigos companheiros de armas, o que lhe tinham dado em paga do seu valor. Melindrado com isto, voltou ao Alentejo, juntou a sua gente, e passando a Extremôz dispunha-se a expatriar-se.

O rei assustou-se. Que seria de Portugal sem êle? Não esteve, porém, inquieto por muito tempo. Apenas chegaram novas de que o país ia ser de novo invadido, o condestável esqueceu tudo, para, num gesto de grandioso civismo, se lembrar unicamente de que era português.

E quando D. João I convocou para a nova guerra todos os seus fidalgos, de início só um apareceu. Foi Nun'Alvares. Nêle o amor pátrio era superior ao ressentimento. Obedecendo ao monarca, assolou com os seus hómens, numa correria de 8 dias, a Espanha até Cáceres.

Na primavera dêsse ano, êle que nunca fôra enfermo, adoeceu exgotado por aquela vida de esforço continuado.

Não era contudo ainda o fim. Um dia que se sentiu melhor, meteu-se a cortar mato numa charneca do Alentejo, e como visse que ainda possuía a força antiga, correu com 800 hómens de armas a invadir Castela. Mas era já tal o terror que o seu nome infundia ao inimigo, que apenas teve de sustentar pequenas escaramuças.

Estabeleceram-se de novo tréguas. Em 1400, como D. João julgasse que elas não eram estaveis ainda, resolveu forçar a Espanha a uma paz mais duradoira e mais firme, o que aliaz se não chegou a realizar pois que enviuvando D. Catarina, irmã da rainha portuguesa e então soberana de Castela, veio-se por sua vontade a um acôrdo que terminou com o tratado de 1411. A guerra acabava de vez. Nun'Alvares compreendeu que com ela acabava também uma das suas missões na terra. Sentia cada vez mais, após tantos anos de luta, a necessidade imperiosa de se isolar. Só dois laços o prendiam ao mundo. A mãe e a filha.

Mas aquela preparava-se de há muito para a morte, e esta casou-a êle com D. Afonso, filho natural do rei, legitimado em 1439. Pensou então em cumprir o voto de Valverde. Escolheu lugar. Foi o monte da Pedreira, em Lisboa, sobranceiro ao Rocio, avançando por êle, e mais alto do que se costumava indicar então, para construir igrejas e mosteiros.

Duas vezes se começaram a erguer os muros dêsse templo, e duas vezes, também, êles rúiram por terra. Mas Nun'Alvares possuía ainda a persistência forte e sã que mostrara outróra, e recomeçou.

A planta era a de um edificio sóbrio e macisso, forte, como era forte a alma heroica do seu fundador. Hoje restam-nos dêle apenas restos calcinados que o fogo consumiu e as labaredas lamberam depois de terem

ruído com o terremoto de 1755. Ficaram só as arcarias solitárias e tristes, erguendo a Deus a oração da cidade, mergulhando no azul do céu, com uma ânsia insatisfeita de mais alto!

Terminada que foi a construção, passaram-se ainda 10 anos antes que D. Nuno professasse; mas cada vez se cavava mais, entre êle e o mundo, um abismo que devia terminar no claustro. Finalmente, depois de ter enterrado a filha e colaborado ainda na conquista de Ceuta, onde não quiz ficar como comandante de África, professou a 15 de Agosto de 1423, na Ordem do Carmo a quem doára o seu convento. Nos anos que decorreram até 1431, a vida de Frei Nuno de Santa Maria repartiu-se pela oração contemplativa e pelas obras de caridade, mostrando-se sempre de uma humildade excelsa. Nos últimos anos, sobretudo, os mendigos foram o seu amor, e era de ver o antigo Condestável do reino, mórdomo-mór, conde de Ourém, Barcelos e Arraiólos, senhor de mais de metade de Portugal, despido de tudo, ficando apenas com o seu hábito humilde de oblato, que o tempo crivára de buracos, mais rôto e mais velho do que os farrapos humildes dos pobres a quem servia de pai. Essa grande alma era ainda bem, debaixo de um corpo decrépito e exangue pelas mortificações enormes que fazia, a mesma que levára à vitória as hostes do seu rei e da sua Pátria. Conservava mesmo a vontade férrea de outros tempos, e de tal forma, que às vezes ele dava ao cõrpo simulacros de fôrça física que aquêle já não tinha.

Um dia que em Lisboa se preparavam todos para ir combater o bey de Tunis e o rei de Granáda que se tinham unido aos marroquinos para a reconquista de Ceuta, êle soube-o e quiz ir tambem à África, bater-se. Como os companheiros de religião lhe fizessem notar que já não possuía fôrças para isso, Frei Nuno tomou nas mãos uma lança, ergueu-se muito direito, bem fincado nos calcanhares e de braço firme, com um esforço violento, arremeçou-a aos ares, dizendo: Em África a meterei se necessário fôr. Passou-se esta cena no eirado do convento, sobranceiro ao Rocio. Diz Santana, na crónica dos carmelitas, que a lança zunindo pelo espaço, se fôra cravar rijamente numa porta do outro lado da praça.

Eram os últimos reflexos de uma vida que se apagáva docemente. Começou a enlanguescer, e a 1 de Novembro de 1431, com 73 anos de idade, quando já doente um frade lhe resava à cabeceira a paixão do Senhor e chegara ao «Ecce Filius Tuus», Nuno, num arroubo magnifico, expirava nos braços do rei e dos infantes que soluçavam.

Assim morreu o mais belo cavaleiro e Santo que jámais geraram as terras de Portugal. Como cavaleiro forte que fôra, nunca ninguém o vira trepidar perante o inimigo. A sua valentia nada tinha de inverosmil

nem de patológico. Vinha espontâneamente quando era provocada, diz Mendes dos Remédios. Por isso D. João pôde com verdade chamar-lhe um dia ao abraço-lo, «o primeiro hómem de armas que jámais havia visto». Como crente, a sua fé guiou-O em todos os passos da vida, límpida, luminosa e simples.

Acostumara-se novo a invocar à Virgem, sempre. E sempre também ela o socorreu com o seu auxílio. Nun'Alvares foi verdadeiramente Santo, como fôra verdadeiramente heroi. Assim o julgou o Sumo Pontifice ao Beatifica-lo, ratificando o culto que o nosso povo lhe vinha prestando desde a sua morte.

Eis senhores, um pálido resumo, do que foi a sua vida, que pode e deve ser-nos de exemplo. Terminando, eu queria ter o entusiasmo vibrante de D. Nuno para vos gritar: Portugueses! Se o sois do coração, amai com tôda a vossa alma, com tôda a pujança das vossas faculdades, colocando abaixo de Deus e acima de tudo, como o fez Nun'Alvares, o nosso querido Portugal! Se sois crentes, eu vos incito a que tenhais fé viva como êsse pioneiro grande da nossa terra, lembrando-vos de que Portugal só foi grande, quando Deus e só Deus guiava através um mundo que foi nosso, os seus passos heroicos. Vós que por sêrdes portugueses possuís ao máximo êsse entusiasmo nativo pela terra que vos gerou, lembrai-vos que descendeis daquela gente antiga que soube viver combatendo e orando, e que vos compete trabalhar, lutar e alcançar para a Pátria, a era nova, esplendorosa e feliz.

Lembra-vos, não para que vos quedeis num «dulce far niente» cobarde, mas para que tenhais mais esperanças no futuro, de que uma nação que se orgulha de possuir, como a nossa, uma galeria única no mundo, de Santos, intelectuais, marinheiros e soldados, não pode de forma alguma sossobrar.

Há como que um excedente de valor dêsses passados herois, que, atravessando incólume as gerações que morrem, dá à Pátria e aos filhos que lhe querem a energia necessária para vencerem.

#### MEUS SENHORES:

Eu propôngo aqui, nesta cidade onde perpassaram tantos vultos alevantados da nossa história, nesta cidade onde se anicha em cada canto, em cada rua antiga, a tradição de séculos de glória, onde a natureza canta, e Portugal ri, eu proponho que as duas figuras que se chamam D. Nuno Alvares Pereira e Frei Nuno de Santa Maria, fiquem sendo, de hoje em diante, mais do que nunca, sempre, porque a nossa terra só pode acabar com o mundo, a consubstanciação mais sublime, mais gloriósa e mais Santa, da imorredoirra raça portuguesa!

DISSE.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1831

GUIMARAIS HÁ 100 ANOS

## Janeiro

**Dia 4** — Em sessão extraordinária de vereação, por proposta do Juiz de Fora, presidente, e atendendo ao grande número de privilegiados que há nesta vila, tais como os do Tabaco, Bula, Santo António, Companhia de Bombeiros, Officiais de Ordenanças, Officiais de Tropas reformados, pais de milicianos, milicianos e voluntários, e os que têm cofres públicos em suas casas, o que acarreta despesas de aboletamento continuadamente sobre os mesmos habitantes que não teem tais privilégios, visto que de 3 em 3 dias é preciso repetir os mesmos patrões : — foi acordado que se tornasse o aboletamento extensivo, por 4 dias, às freguezias imediatas a esta vila, que não distem mais de 1 quarto de légua.

\*

Deste dia para o seguinte fogem da cadeia 5 presos por opiniões políticas ; por isto pegaram em armas os batalhões de voluntários realistas e milicias dando busca em várias casas da vila. Prenderam o capelão de Santa Clara, que estava comprometido e se refugiou em casa dos Ferreiras, em Matadiabos. Também saíram escoltas para a aldeia, mas não houve mais prisões. (P. L.).

**Dia 7** — Das 7 para as 8 da noite tocam os sinos a fogo em algumas torres da vila e os voluntários realistas pegam em armas por se avistar para o lado norte um fumo vermelho, averiguando-se depois

que tinha sido uma aurora boreal. (P. L.). A «Religião e Pátria» erradamente refere este facto como acontecido em 1833.

**Dia 8** — Decreto despachando o vimaranense José Bento de Freitas Costa para escrivão e tabelião do juizo de direito da nova comarca de Santo Tirso.

**Dia 10** — Principiou a ser dado pela Misericórdia, a 10 presos das cadeias, pão e caldo, diáriamente, em cumprimento do legado instituido por Luiz Martins da Costa.

**Dia 12** — Principiou a residir na colegiada o capelão José Pinto Veiga. (P. L.). Depois veio a ser cônego meio prebendado.

**Dia 19** — Por acordam da Alçada do Pôrto foi julgado a final o processo sumário do réu Tomás António de Gouveia, presbitero secular, de Briteiros, deste termo de Guimarães, preso no cárcere do aljube da cidade do Pôrto. Foi condenado a 1 ano de reclusão no convento dos Trinos Descalços, da cidade de Miranda.

**Dia 21** — Acordam da Alçada do Pôrto, julgando a final o processo sumário dos réus António Soares da Maia e Francisco José de Freitas, presbiteros seculares, moradores em Cepães, comarca de Guimarães, condenando aquele em degredo por toda a vida para o Presídio de Pongo-Andongo e na Perda e confiscação para o Fisco e Camara Real, e este em 5 ancns de degredo para Cabo Verde.



**Dia 23** — Cai uma casa na Estrada Nova, escapando milagrosamente a gente que estava dentro dela. Supõe-se que caiu pelo grande temporal desta noite. (P. L.).

**Dia 24** — Faz o Cabido um officio por alma de Pio VIII. (P. L.).

**Dia 25** — Decreto promovendo o alferes José Leite de Oliveira Araujo a tenente do regimento de milicias desta vila.

**Dia 27** — Sairam do cofre da Misericordia, e não voltaram, 4:600\$000 reis na lei, sendo 600\$000 reis do capital do asilo dos Invalidos e o restante do capital do Hospital, que foram entregues a José Martins da Costa, da casa de Aldão, para verificar o empréstimo de 2 mil contos, estabelecido por decreto de 13 de Novembro de 1830, conforme a deliberação da Mesa e Definitório de 15 de Dezembro de 1830.

**Dia 31** — Chega a noticia de ter sido arrombada a cadeia da Povoia de Lanhoso por alguns homens armados, os quais mataram o carcereiro por lhes não abrir a porta, e tiraram alguns presos politicos. (P. L.).

\*

Pelas 8 horas da noite, devido ao peso das chuvas, desabou parte do muro da cerca das freiras de Santa Clara, que confrontava a sul com a quinta do D. Pricr da Colegiada. O muro abatido foi talvez na extensão de 8 metros, e muito ainda o que ficou abalado.

## Fevereiro

**Dia 3** — Por decreto desta data, José Leite de Oliveira de Araujo, tenente do regimento de milicias de Guimarães, foi graduado em capitão do mesmo.

**Dia 7** — Na capela da casa de Sezins, na freguesia de Santa Eulália de Nespereira,

celebra-se o casamento de João de Melo Pereira Sampaio, corregedor de Valença, natural da freguesia de N. Snr.<sup>a</sup> da Oliveira, filho de outro de igual nome e de D. Brísida Maria de Barbosa e Lima, com sua prima D. Ana Margarida de Freitas do Amaral e Melo, natural da casa de Sezins, filha legitima de José de Freitas do Amaral e de D. Antónia Genoveva da Silva Souto e Freitas.

Foi celebrante o conego Francisco Lobo de Melo Vilas Boas e testemunhas Dâmião Pereira da Silva de Sousa e Menezes, juiz de fóra de Guimarães e João Luiz da Silva Souto e Freitas, da cidade do Porto. (P. L. e Ab.<sup>c</sup> de Tagilde.)

\*

Chêga a noticia de ter falecido na sua quinta em Roriz e ser sepultado na igreja de Roriz, Manuel Marinho Falcão. Fôra aqui Juiz de fóra 9 anos, e Provedor só 3, sendo despachado Dezembargador da Relação do Porto, e daí nomiado Intendente Geral da Policia no tempo das denominadas Córtes de 1820. Quando S. M. o snr. D. João 6.<sup>o</sup> reassumiu os direitos monárquicos foi nomiado ministro de Estado, em que permaneceu por algum tempo, sendo depois demittido e ficando com as honras de Ministro de Estado. Era natural de Vila Nova de Cerveira. (P. L.)

**Dia 9** — Por acordãos da Alçada do Porto se julgaram os processos sumários dos reus P.<sup>o</sup> João Manuel de Sousa Machado, vigário de S. Lourenço de Sande, que foi condenado em 1 anno de reclusão no convento de Santo António de Mosteiró, da provincia da Conceição; e José Maria «Quico», sapateiro desta vila, que foi condenado em 1 ano de degredo para Miranda do Douro e 20 mil reis para as despesas da Alçada.

**Dia 15** — Chega um decreto pelo qual S. M. o snr. D. Miguel 1.<sup>o</sup> cria duas comis-

sões, sendo uma em Lisboa e outra no Porto, para conhecer dos cúmplices da rebelião que se descobriu em Lisboa no dia 8 do corrente. (P. L.)

**Dia 18** — Por acordãos da Alçada do Porto, fez-se auto sumário e assignou-se 5 dias para dizer de facto e direito, ao reu Manuel José Ferreira da Silva, negociante desta vila, preso nas cadeias da Relação do Porto, e julgou-se a final o processo sumário do reu José Martins da Costa, também negociante desta vila, cuja culpa se julgou expiada com o tempo da prisão que sofreu, desde 18 de Novembro de 1828.

**Dia 20** — Das 9 para as 10 horas da noite principia a tocar a fogo nas Capuchinhas. Averiguou-se que não era fogo, mas sim (segundo alguns diziam) ladrões que queriam roubar as Freiras. Fôsse o que fôsse, o caso é que este acontecimento fez um grande alarme na vila, pegando em armas os voluntarios realistas e bastantes paisanos. (P. L.)

**Dia 22** — Aniversário da chegada de S. M. o snr. D. Miguel 1.º a Portugal — Ao romper da aurora repiques em todas as torres da vila e alguns foguetes do ar. Às 10 horas sai um Bando para se pôr luminárias à noite. De tarde levam cacetadas algumas pessoas tidas por constitucionais, dadas pelos voluntarios realistas. Á noite sai uma banda de musica a tocar o hino realista e muito povo a dar vivas. (P. L.)

**Dia 24** — Reúnem as milicias desta vila para aprenderem o exercicio; são aboletadas, tocando ao Cabido 100 soldados e 2 officiais. (P. L.)

\*

Chega a noticia de ter sido eleito em Roma, Gregorio XVI. (P. L.)

## Março

**Dia 4** — Em sessão extraordinária de vereação foi aberta a carta alvará régio de 12 de Novembro de 1830 que continha a nomiação da câmara para este ano de 1831, a saber: vereadores: António do Couto Ribeiro, Fortunato Cardoso Meneses Barreto e Manuel de Freitas do Amaral e Melo; procurador, José Joaquim da Silva Pinheiro e tesoureiro José António, boticário. Determinado convidar os eleitos a comparecerem no dia de amanhã para tomarem juramento e posse.

**Dia 5** — Em vereação: foi ordenado ao tesoureiro que entrasse no cofre público com toda a quantia que tivesse para abater ao empréstimo que se pediu em 30 de Julho de 1816 para despesas das exéquias da rainha D. Maria I, que era de 1.800\$000 reis por já se haver pago em 2 de Abril de 1818 a quantia de 600\$000 reis. Da nova camara compareceu apenas o 1.º vereador nomiado e o tesoureiro aos quais o juiz de Fôra deferiu o juramento e deu posse. Os restantes pediram escusas pelas razões expostas em seus officios, os quais foi determinado fazer cientes a el-rei.

**Dia 9** — Por acordam da Alçada do Porto se julgou o processo sumário dos reus seguintes: — António Pereira Lopes da Costa, subdiacono, do lugar da Conceição, da freguesia de Fermentões, condenado em degredo perpétuo para Bissao e na perda e confisco de todos os seus bens, para o Fisco e Câmara Real; — António José Barbosa, vigário de S. Clemente de Sande, condenado em 1 ano de reclusão no convento dos Padres Trinos descalços, comarca de Moncorvo. A este, por acordam de 20 de Maio dêste ano, em cumprimento e execução do Régio Aviso que pela secretaria do Estado dos Negócios Eclesiasticos e de Justiça se expediu ao presidente da Alçada, em 7 do dito mês, foi-lhe comutada a pena em 6 meses de prisão, no aljube de Lamego.

\*

Fizeram-se as Exequias Funebres, na igreja de Roriz, ao ex-ministro de Estado, Manuel Marinho Falcão. (P. L.)

**Dia 10** — Chega o desembargador da Relação do Porto, Sebastião Marinho Falcão, acompanhado de uma forte escolta de policia, e parte no dia seguinte com a mesma escolta para a Povia de Lanhoso para conhecer do facto acontecido na mesma vila no dia 31 de Janeiro do corrente ano. — Vide esta data —. (P. L.)

**Dia 13** — «Acabou de prégar em S. Francisco os domingos da quaresma um célebre frade franciscano, chamado «o Expectação» que em outros tempos havia sido degredado para Vila do Conde por ter prégado doutrinas contra o throno e o altar, e em favor dos Demagogos. Nestes domingos esmerou-se em mostrar a quanto estavam expostos os mesmos thronos e altares se continuassem a ter influencia nos Imperios os Pedreiros-Livres, acabando sempre os seus sermões com nomes injuriosos para os mesmos». (P. L.)

**Dia 27** — Morreu no hospital, onde estava desde 10 de Janeiro ultimo, Manuel José Coimbra, pintor, morador na rua de Mata Diabos e preso desde 19 de Setembro de 1828, na cadeia desta vila, por constitucional. Foi sepultado no dia seguinte na igreja da Misericordia. (P. L.)

**Dia 31** — 5.ª feira Santa — Fugiu do Castelo desta vila o Bento da Fabrica que estava preso por constitucional. Pela sua fuga, esconderam-se o Vilela da Praça e o seu caixeiro e Domingos de Carvalho, por o haverem fiado.

\* .

Na cadeia da correcção deu entrada Matias José Teixeira, ex-carcereiro do Castelo, casado, 63 anos, preso por um escrivão da correcção à ordem do corregedor, por o cabo da guarda se lhe ter evadido com um preso. A 6 de Julho de 1832 foi para a cadeia do Castelo e voltou para esta a 31 de Agosto e em 26 de Setembro do mesmo ano de 1832, por ordem do corregedor António Joaquim de Carvalho, foi entregue ao meirinho da correcção.

JOÃO LOPES DE FARIA.



DUAS ECONOMIAS (1.<sup>a</sup> parte) — DEFINIÇÃO FILOSÓFICA,  
por José Pequito Rebelo. Edição da Junta Escolar de Coimbra  
do Integralismo Lusitano, 1931.

A Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, iniciou, com este belo trabalho, a publicação de uma «coleção de estudos políticos, económicos e sociais».

Não podia ser mais auspiciosa a estreia. *Duas Economias*, do dr. Pequito Rebelo, é um trabalho valioso de doutrina, focando um dos problemas de maior interesse e oportunidade. Conferência lida no Porto, em 31 de Janeiro de 1931, teve a coroa-la o maior exito, a que não faltaram, sequer, as manifestações dos filhos da *Liberdade*.

Com a competência e o saber que o A. põe em todos os seus livros, estabelece-se o estudo consciencioso desse complexo problema, tão debatido, da economia materialista (socialismo e capitalismo) e economia nacionalista — cristã.

Analisando a falsa economia do materialismo, demonstra-nos que «as apregoadas harmonias económicas da Liberdade já começam a mostrar-nos os prenúncios do seu termo lógico, que seria a destruição do homem por sua hipertrofia, com o malthusianismo homicida, a guerra total aniquilapora, o hipercriticismo destruidor da Inteligência».

Descrevendo e elogiando o código formidável de ordem moral e social que se encontra na Oração Dominical, esclarece que «o fim do homem, no seu aspecto económico, não é, como quer o princípio edonístico, base de toda a economia clássica e de toda a economia socialista, a consecução do maximo gozo ou utilidade com o minimo do seu esforço ou custo, mas sim: aquela abastança moderada, aquela suficiênciã cõngrua, que mais convém à sua natureza racional e espirital!»

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

Buscando na Lei Eterna a regra da Economia, o dr. Pequito Rebelo dá-nos a todos uma lição profunda e proveitosa, que devemos divulgar para que mais proficuamente se exerça a acção reconstrutiva, no nosso país.

PORTOS DE MAR NA COSTA NORTE, pelo *Padre Jerónimo Gonçalves Chaves*. Tipografia Espozendense. Espozende, 1931.

Não descansa o snr. Padre Jerónimo Gonçalves Chaves (Chaves Coupon), na sua louvável iniciativa de chamar a atenção dos homens do Governo para a já tão debata-tida questão do porto de abrigo, junto à foz do Cávado.

Problema antigo, tantas vezes discutido na imprensa, ainda não teve a solução que de facto requer.

A necessidade de se criar um porto de primeira ordem na costa norte, visto que o de Leixões é insuficiente e tantas vezes eriçado de perigos, é demonstrada neste novo trabalho do snr. Padre Chaves. Agora, que se fala em melhorar os nossos portos de abrigo, entendemos que é chegado o momento de serem ouvidos os apelos que se têm feito em favor do porto de Fão, onde, segundo afirma o snr. Padre Chaves, ficariam existindo duas barras francas, «uma na linha de noroeste, outra na do sudoeste, à feição dos grandes temporais, com profundidade bastante para todo e qualquer navio».

BÉBÉ GRANDIT, pelo *Abbé Charles Grimaud*. Pierre Téqui, Libraire — Éditeur. 82, Rue Bonaparte, Paris (6.<sup>o</sup>), 1930.

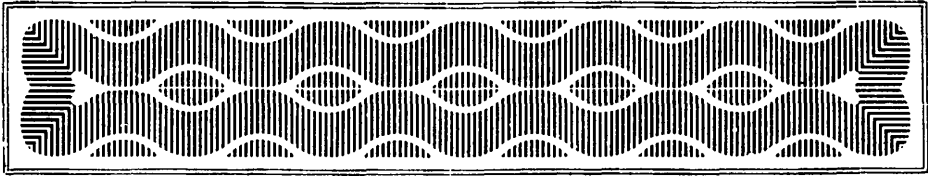
O Padre Grimaud, antigo professor de filosofia, traça neste encantador livro todo um vasto programa de educação da primeira infância. Excelente trabalho pedagógico, deveria sêr largamente divulgado pelos bons ensinamentos que encerra.

UNE PETITE — SOEUR MISSIONNAIRE, par sa soeur *Bénédictine*. Maison de la Bonne Presse. 5, rue Bayard, Paris (8.<sup>o</sup>).

Joana de B., irmã missionária pertencente a uma família ilustre do Rossilhão francês é a heroína deste encantador livro. Tendo-se feito religiosa das Irmãs da Assunção e passando a sêr conhecida, em religião, por irmã Maria-Mercêdes, funda, sucessivamente, casas da sua congregação em Nova York, Buenos Aires, Montevidéu e Barcelona. Na semana trágica de Barcelona (em 1909), quando a sua casa religiosa foi assaltada e incendiada, correu a salvar, com risco da sua própria vida, o Santissimo Sacramento.

Dotada de um carácter alegre e abnegado, faleceu em Montevidéu, vítima de um trágico acidente.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# Índice do VII Volume

## TEXTO:

|                                                               | Págs.     |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| ALVES DE OLIVEIRA (MANUEL)                                    |           |
| <i>Na quinta de Belinho</i> . . . . .                         | 56        |
| <i>A Vitória de Portugal</i> . . . . .                        | 95        |
| <i>Um centenário</i> . . . . .                                | 122       |
| <i>Faça-se Justiça!</i> . . . . .                             | 161       |
| BATELLI (GUIDO)                                               |           |
| <i>Un Nobile Carattere.</i> . . . . .                         | 23        |
| <i>A Vida, o Amor e a Morte na poesia de Florbela Espanca</i> | 39        |
| BRAGA (ALBERTO V.)                                            |           |
| <i>Cancioneiro</i> . . . . .                                  | 35        |
| BRAGA (LUIZ DE ALMEIDA)                                       |           |
| <i>Da arte na pedra minhota.</i> . . . . .                    | 156       |
| CAMPOS (FERNANDO)                                             |           |
| <i>O nosso S. Bartolomeu.</i> . . . . .                       | 50        |
| <i>No centenário de José Agostinho de Macedo</i> . . . . .    | 110       |
| <i>O verdadeiro D. Miguel</i> . . . . .                       | 151       |
| CONDE D'AURORA                                                |           |
| <i>O Estado e as Missões</i> . . . . .                        | 145 e 166 |
| CORRÊA D'OLIVEIRA (ANTÓNIO)                                   |           |
| <i>Quintilhas</i> . . . . .                                   | 5         |
| <i>Minha capa de estudante</i> . . . . .                      | 11        |
| <i>Palavras</i> . . . . .                                     | 16        |
| <i>Cantigas</i> . . . . .                                     | 30        |
| <i>Discurso</i> . . . . .                                     | 65        |

|                                                                | Págs. |
|----------------------------------------------------------------|-------|
| COSTA BROCHADO                                                 |       |
| <i>Sôbre Correia de Oliveira</i> . . . . .                     | 27    |
| DÓRIA (ANTÓNIO A.)                                             |       |
| <i>A «Histoire du Portugal» de Théodoric Legrand</i> . . . . . | 80    |
| FERRÃO (BERNARDO)                                              |       |
| <i>Nun' Alvares, Simbolo da Grei</i> . . . . . 129 e           | 176   |
| FERRÃO (JOSÉ)                                                  |       |
| <i>Para o grande Poeta Corrêa de Oliveira</i> . . . . .        | 33    |
| FEZAS VITAL (DOMINGOS)                                         |       |
| <i>Discurso proferido na Sala dos Capelos</i> . . . . .        | 8     |
| GALVÃO DE CARVALHO (RUY)                                       |       |
| <i>Um poema simbólico de António Sardinha</i> . . . . .        | 137   |
| GUIMARÃES (HORÁCIO DE CASTRO)                                  |       |
| <i>O Pintor de Santas</i> . . . . .                            | 173   |
| HIPÓLITO RAPOSO                                                |       |
| <i>Santo António no Teatro Português</i> . . . . . 70 e        | 97    |
| LOPES DE FARIA (JOÃO)                                          |       |
| <i>Velharias Vimaranenses</i> . . . . . 58, 117 e              | 184   |
| MACEDO (JOSÉ AGOSTINHO DE)                                     |       |
| <i>A morte do príncipe D. José</i> . . . . .                   | 107   |
| MAGALHÃES LIMA (JAIME DE)                                      |       |
| <i>Algumas palavras</i> . . . . .                              | 24    |
| MOREIRA DAS NEVES                                              |       |
| <i>António Corrêa d'Oliveira</i> . . . . .                     | 22    |
| <i>Na Quinta das Rosas</i> . . . . .                           | 28    |
| NOGUEIRA (MARIA AUGUSTA)                                       |       |
| <i>Avé, Poeta!</i> . . . . .                                   | 25    |
| <i>Ao mar</i> . . . . .                                        | 38    |
| NUNES (JULIO CATARINO)                                         |       |
| <i>Discurso proferido na Sala dos Capelos</i> . . . . .        | 13    |
| OLIVEIRA GUIMARÃES (CLAUDIO E ANTÓNIO CORREIA D')              |       |
| <i>Por Portugal Além</i> . . . . .                             | 90    |

| REDACÇÃO                                                                       | Págs |
|--------------------------------------------------------------------------------|------|
| <i>Homenageando um Poeta</i> . . . . .                                         | 7    |
| <i>Aforismos e Depoimentos políticos de José Agostinho de Macedo</i> . . . . . | 108  |
| <i>Os críticos de José Agostinho de Macedo</i> . . . . .                       | 115  |

**Pensamentos, Palavras & Obras — *Da vida: Dos factos: Das Letras:***

|                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------|-----|
| «Arquivo Histórico da Madeira» . . . . .                    | 124 |
| Estudos Políticos, Económicos e Sociais . . . . .           | 125 |
| Hipólito Raposo (Dr.) . . . . .                             | 123 |
| «História» . . . . .                                        | 124 |
| Junta Municipal do Porto do Integralismo Lusitano . . . . . | 125 |
| (A) Morte do Padre Tavares . . . . .                        | 124 |
| Na quinta de Belinho . . . . .                              | 56  |
| Novos colaboradores . . . . .                               | 123 |
| Um centenário . . . . .                                     | 122 |
| (A) Vitória de Portugal . . . . .                           | 95  |

**Dos Livros & dos Autores:**

|                                                                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Bébé Grandit</i> , pelo Abbé Charles Grimaud. (M. A. de O.)                                              | 184 |
| <i>Cartas em verso</i> , por António Corrêa d'Oliveira (H. C. G.) . . . . .                                 | 31  |
| <i>Ce que la civilisation doit aux portugais</i> , por Fernando de C. Pires de Lima (M. A. de O.) . . . . . | 127 |
| <i>Como os nossos avós aprenderam uma profissão</i> , por Emanuel Ribeiro (M. A. de O.) . . . . .           | 159 |
| <i>Contos para as crianças</i> por Maria Pinto Figueirinhas (M. A. de O.) . . . . .                         | 127 |
| (As) <i>Cortes Lendárias de Almacave</i> , por Pedro Veiga (H. C. G.) . . . . .                             | 158 |
| (O) <i>Culto da Alfádiga e dos Cravos</i> , por Alberto V. Braga (M. A. de O.) . . . . .                    | 128 |
| <i>Curiosidades de Guimarães — Montarias</i> , — por Alberto V. Braga (M. A. de O.) . . . . .               | 160 |
| <i>Duas Economias</i> . por José Pequito Rebelo. (M. A. de O.) . . . . .                                    | 187 |
| <i>Francisco Bartolozzi</i> , por Ernesto Soares (M. A. de O.) . . . . .                                    | 127 |
| <i>Guérisons de Lourdes em 1927, 1928 e 1929</i> , pelo Dr. Augusto Vallet (M. A. de O.) . . . . .          | 64  |



|                                                                                                                 | Págs. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <i>Maria, a pecadora</i> , por Nuno de Montemór (M. A. de O.)                                                   | 63    |
| <i>(O) Pensamento Contra-revolucionario em Portugal</i> , por<br>Fernando Campos, (M. A. de O.) . . . . .       | 128   |
| <i>Planalto</i> , por Fausto José (H. C. G.) . . . . .                                                          | 62    |
| <i>Portos de mar na costa norte</i> , pelo P. <sup>o</sup> Jerónimo Gonçalves<br>Chaves (M. A. de O.) . . . . . | 188   |
| <i>(Les) Puissances Morales et Surnaturelles des Femmes</i> , por<br>J. M. Tissier. (M. A. de O.) . . . . .     | 64    |
| <i>Ribamar</i> , por Teixeira Pinto, (H. C. G.) . . . . .                                                       | 126   |
| <i>(A) Santa dos Impossiveis</i> , por José Agostinho (H. C. G.).                                               | 63    |
| <i>(Ao) Serviço da Terra</i> , por Luiz de Almeida Braga (M. A.<br>de O.) . . . . .                             | 127   |
| <i>Um livro infeliz do Sr. Doutor Silvio Lima</i> , por Trindade<br>Salgueiro (M. A. de O.) . . . . .           | 160   |
| <i>Une petit-Soeur missionaire</i> , por Bénédictine. (M. A. de O.)                                             | 188   |
| <i>(A) Vingança de Raul</i> , por M. Dellx (M. A. de O.) . . .                                                  | 127   |

## Gravuras e ilustrações:

### No texto :

|                                                          |     |
|----------------------------------------------------------|-----|
| Na quinta de Belinho em 30 de Julho de 1931. . . . .     | 57  |
| Nas suas feiras alacres... (desenho de Joaquim Lopes). . | 91  |
| Bons dias, cá nos vamos... (Desenho de Joaquim Lopes).   | 93  |
| Padre José Agostinho de Macedo . . . . .                 | 111 |
| Dr. Silva Dias . . . . .                                 | 163 |

### Fóra do texto :

António Corrêa d'Oliveira

SOCIIDADE  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA